J. M. LATINO COELHO

ELOGIOS ACADEMICOS

D. Fr. Francisco de S. Luiz
Rodrigo da Fonseca Magalhães

LISBOA
LIVRARIA DE A. M. PEREIRA — EDITOR
50, Rua Augusta, 52
1873

ESCRIPTOS LITTERARIOS

E

POLITICOS

DE

J. M. LATINO COELHO

TOMO I

ELOGIOS ACADEMICOS

J. M. LATINO COELHO

ELOGIOS

ACADEMICOS

D. Fr. Francisco de S. Luiz
Rodrigo da Fonseca Magalhães

LISBOA
LIVRARIA DE A. M. PEREIRA — EDITOR
50, Rua Augusta, 52
1873

AO

Marquez de Sá da Bandeira

Como testemunho de respeito e admiração
pelas suas virtudes e predicados de soldado,
de estadista e de escriptor,
pelos seus talentos benemeritos
e pelos seus serviços assignaladas á humanidade,
á patria e á idéa liberal

O auctor

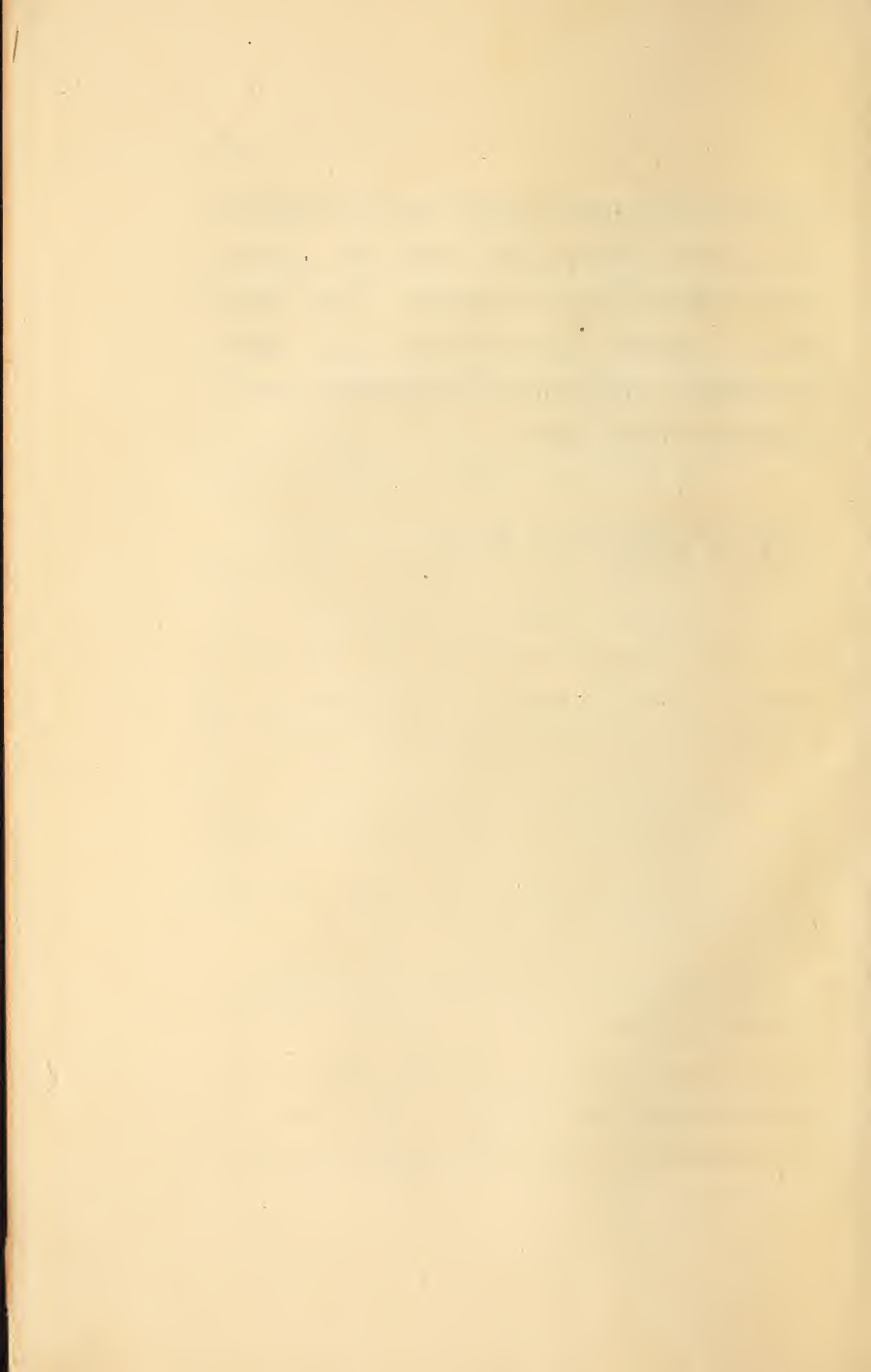
ADVERTENCIA

Os varios escriptos, com que desde muitos annos tenho contribuido para diversas publicações politicas e litterarias, não foram nunca destinados a constituir uma collecção. Eram tão modestos, que a sua ambição apenas se resolvia em satisfazer a uma exigencia transitoria, e a disfarçar a sua mediania com a sua ephemera duração. Nunca o autor os teve em conta de que merecessem as honras de serem

colligidos e continuariam a ficar dispersos, segundo os foi repartindo a occasião, se as benevolas instancias do editor, o meu honrado amigo, o sr. Antonio Maria Pereira, não tivessem determinado a nova impressão, que d'aquellas folhas soltas vem á luz.

Do que era mais capaz, senão mais digno de reimprimir-se, fizemos selecção. Principiámos pelos elogios e biographias, de que se estampa agora o primeiro volume, comprehendendo os panegyricos do doutissimo cardeal Saraiva e do notavel estadista, Rodrigo da Fonseca Magalhães. E por que se não dissesse que taes papeis saíam de novo á praça, sem mais atavío de que o antigo, buscámos como que remoçal-os, quanto podiamos, escrevendo alguma coisa mais recente, com que se completassem as memorias d'aquelles clarissimos varões. Por isso os elogios vão

seguidos de suas notas, umas historicas, outras litterarias, com as quaes pelos assumptos e noticias, não pela feição e estylo de os tratar, não será porventura enganada inteiramente a curiosidade do leitor.

21 de janeiro de 1873.

ELOGIO HISTORICO

DE

D. FREI FRANCISCO DE S. LUIZ

RECITADO NA SESSÃO PUBLICA

Da Academia Real das Sciencias em 19 de novembro de 1856

Quantos homens tem havido no mundo que só de heroes tiveram um dia as palmas, que lhes ceifou a occasião, ou de sabios o laurel, que lhes enramou a parcialidade! Grandes na terra e na vida; pequenos nas cinzas e no tumulo! A estes lhes enflorou o caminho das honras e grandezas humanas a liberalidade dos poderosos, ou a aura popular tão fugaz e voluvel como elles; e encerrados na urna funeraria, ahi, onde as coroas lhes faltaram com a sombra, ou as turbas com a admiração, os veio julgar severamente a posteridade inexoravel.

Para que um nome seja memorado no livro de oiro dos juizos contemporaneos, basta que ali o escreva — quantas vezes com sangue! — a fortuna ou o favor. Para que seja memoravel nos annaes em que se regista a gloria, é mistér que além da campa o estejam canonizando em clamores eloquentes os proprios merecimentos e as virtudes pessoaes.

Muitas vezes o mundo, ao depositar na ultima jazida os restos do homem, a quem cingiu com a aureola de ephemeros triumphos, diz com arrogancia ao tumulo: «— Tu não apagarás o nome, que illustrou um dia as cinzas que te confio.» E o tumulo esconde no esquecimento as cinzas e mais o nome.

É que ali naufragam sem remedio as glorias feitiças, e dissipam-se de todo os falsos esplendores, e esquecem para sempre as mentidas reputações. Triste, mas necessaria condição, que sómente do pó hajam de brotar e florecer mimosas e viridentes as palmas do talento e as flores da verdadeira gloria! Diante de um sepulchro illustre, os carmes do poeta, que elle encerra, parecem altear-se

mais sonoros, e a inveja não afoga nos seus clamores os sons da lyra que se desata em melodias. A voz dos oradores, se não sôa já inspirada pelo enthusiasmo das assembleas e pelas tormentas da tribuna, deixa-se ouvir mais insinuante e mais formosa nos echos purificados de todo o influxo da paixão. Tira a morte aos Thersites os louros usurpados para exornar com elles a fronte dos heroes. Na vida são os Mecenas que douram com os mundanos clarões, que lhes sobejam, os louros altivos dos Virgilios. Na morte são os Virgilios, que illuminam e perpetuam com os reflexos da sua gloria os vultos secundarios dos Mecenas. No tumulo nem as proprias coroas já deslumbram pela soberania; nem as togas pela veneração; nem as mitras pela authoridade; ali nem a propria espada vencedora tem muitas vezes o privilegio de conservar a mesma tempera, que a fortuna lhe imprimiu e lhe encareceu muitas vezes a opinião. Não basta ter nascido principe para ser agora um nome illustre; haver sido afortunado, para ser agora heroe; ter empunhado

*

o baculo, para ser hoje doutor da egreja; não basta haver sido grande homem, como o entende o mundo nos seus respeitos de um dia, para merecer tão nobres e tão desinteressadas honras posthumas como as que votâmos nesta Real Academia aos nomes esclarecidos, cuja memoria vindes hoje glorificar.

Tudo quanto pode, porém, haver de authoridade, de prestigio, de grandeza, e de hierarchia, quantos titulos reparte a largueza dos principes, o favor das multidões, e a liberalidade da fortuna, se acharam reunidos na pessoa do Cardeal Patriarcha, D. Fr. Francisco de S. Luiz, cujos meritos me encarregastes de hoje celebrar na publica solemnidade da nossa corporação.

Membro do mais eminente dos collegios ecclesiasticos pela purpura cardinalicia, prelado da mais condecorada diocese na egreja lusitana; bispo reservatario de Coimbra; reformador reitor da universidade; conde de Arganil; senhor de Coja; conselheiro de estado; vice-presidente da camara dos pares; ministro e secretario d'estado; deputado ás

côrtes e por tres vezes presidente da camara electiva; guarda-mór da torre do tombo; vice-presidente da academia real das sciencias; grão-cruz da ordem de Christo, sobejaram-lhe para as ambições mundanas os privilegios da mais elevada jurisdicção, para os respeitos humanos os titulos da grandeza nobiliaria, para os desvanecimentos do amor proprio os obsequios da real munificencia, e para as lisonjas da popularidade os testemunhos do respeito nacional.

E tantas distincções illustres e tão altas qualificações não poderiam só por si recommendar o seu nome á veneração da posteridade, e ás honras academicas que neste dia votâmos aos benemeritos da litteratura e da sciencia.

Mas os talentos e as virtudes resplandeceram com maior luzimento e fidalguia em D. Fr. Francisco de S. Luiz, do que os esplendores que lhe emprestou o mundo, do que as mitras, os brazões, os arminhos, e as purpuras, que em tantos homens são os ornamentos, com que a indulgencia e o favor

amnistiam tantas vezes a mediania dos serviços, a curteza dos entendimentos, a vulgaridade das virtudes, e a ausencia das vocações.

Em D. Fr. Francisco de S. Luiz os attributos exteriores, com que o condecorou a authoridade dos pontifices, a liberalidade dos soberanos, e o suffragio do povo portuguez, foram apenas a sancção, com que as potestades da egreja e do estado confirmaram em visiveis documentos o engenho, o patriotismo, e as virtudes do monge e do cidadão.

Se não tivera trajado a purpura romana, teria tido por distincção a honra mais singular de a ter merecido pelos seus dotes evangelicos. Se não houvera subido nunca ás prelaturas, o seu aspecto venerando, e os seus costumes verdadeiramente pastoraes, teriam feito lembrar nelle a authoridade e a doutrina dos prelados. Longe da côrte e dos negocios, a lisura da sua palavra, a energia do seu espirito, a prudencia do seu conselho, a abnegação nos triumphos, a longanimidade nos revezes, a tolerancia dos sentimentos, a serenidade do seu animo, e a firmeza das

suas resoluções, têl-o-hiam recommendado ao povo como defensor, á coroa como conselheiro, á revolução como guia e moderador, e á ordem constitucional como apoio e esteio inabalavel.

Nada ha tão bello e tão edificante na vida do cardeal como o affecto e a diligencia com que elle soube conciliar a austeridade da clausura com o amor da sua patria, com as glorias e as tradições da sua terra, e com o culto sincero e fervoroso da liberdade nacional.

O habito benedictino, que lhe sanctificou a vida, [1] não poude nunca mirrar-lhe o coração, nem amesquinhar-lhe o espirito. Debaixo do saial do monge vibrou sempre em rasgos de ardente patriotismo e em vôos de gloria litteraria, a indole do sabio e a tempera do cidadão.

O mosteiro, que para os ascetas é tumulo, para os indolentes ocio, para os attribulados conforto, para os mundanos ambição, foi para elle o logar de retiro em que a ambição era licita, quando fitava o bem da sua patria, o

[1] Vide nota 1.ª

conforto doce, porque não ía alliviar o espinho de passados infortunios, o tumulo nada temeroso, porque se cerrava apenas sobre as profanidades do coração, sem mirrar-lhe os affectos generosos, e o ocio precioso, porque era para o cardeal a semente, d'onde haviam de brotar no claustro as flores da mais variada erudição e os fructos da mais copiosa litteratura.

A feição mais proeminente, que releva e caracterisa o vulto moral de D. Fr. Francisco de S. Luiz, é o entranhavel carinho, com que elle amou a sua patria. Ha nas obras litterarias uma physionomia que retrata ao natural as tendencias e as paixões do escriptor. O espirito reflecte nos escriptos a luz com que o illumina o coração. Em Rousseau o paradoxo veste-se de galla em todas as concepções d'aquelle grande pensador, e a través das fórmas, em que o estylo engrinalda a idéa, transparece a bravosidade e independencia de um caracter irrequieto e original. Em Voltaire admira-se em todos os generos de litteratura, que elle enriqueceu e fecudou, o talento in-

disciplinado e o animo arrogante, que de pé no meio de dois seculos, regista a cada passo, as idéas que pretendem dominar, e lhes rasga desapiedado os titulos com que demandam o acatamento dos vindouros. Na epopéa, é a rasão que vem incarnar no protagonista. Na tragedia, é a philosophia calçando o cothurno, e demolindo em bellos versos os preconceitos da tradição e os erros da authoridade.

Em D. Fr. Francisco de S. Luiz a patria é o assumpto principal das suas obras. Ha n'este ponto uma notavel analogia entre o monge benedictino, e o padre Antonio Veira. Em ambos é o patriotismo ardente a principal camena que os inspira. Em Antonio Vieira, o amor da sua terra exalta sob a roupeta do jesuita os talentos e os recursos do estadista. Em D. Fr. Francisco de S. Luiz, similhante e não menos fervoroso sentimento lhe accende, sob a humildade da cogulla os brios e o esforço para as grandes emprezas, em que vae a salvação e o bem do estado. Fr. Francisco de S. Luiz apparece pela primeira

vez na scena publica,[1] membro de uma junta popular, levantada no Minho para organisar a resistencia da provincia contra as phalanges invasoras do primeiro Napoleão. O padre Antonio Vieira apparece como figura principal em todas as occasiões e em todos os logares, em que se pede contra a arrogancia castelhana um coração verdadeiramente portuguez, um espirito fertil e inventivo, um animo aventuroso e resoluto, e um conselho prudente e moderado. Apparece D. Fr. Francisco de S. Luiz pela segunda vez no *forum* popular para tutellar as liberdades que proclamára a revolução, e para humilhar e corrigir, pela pratica do regimen representativo, as demasias dos poderosos e as corrupções dos privilegiados. E Antonio Vieira, quasi que não subiu uma só vez ao pulpito, que não aproveitasse aquella só tribuna dos seus tempos para vindicar os fóros dos humildes, e para dourar nas apparencias da homilia a objurgação politica e a vehemente imprecação contra os que, por ambições e desacertos, arriscavam a

[1] Vide nota 2.ª

honra deste reino e devoravam a mais preciosa substancia da nação.

Em um e em outro sempre o culto da patria nas emprezas e nos escriptos. Em Antonio Vieira o negociador de Hollanda, o politico das missões, o conselheiro respeitoso, mas dessassombrado, do primeiro rei da casa de Bragança. Em Fr. Francisco de S. Luiz o membro da regencia, o presidente da camara electiva, e o secretario de estado da primeira rainha constitucional. Nos escriptos de um o patriotismo esculpe muitas vezes a satyra vigorosa na apparente candura do sermonario. Nos escriptos do outro a affeição da terra natal, manifesta-se nas investigações da sua historia, nos estudos da sua opulenta litteratura, no seu extremo pela antiga pureza da linguagem vernacula; e quando o patriotismo solta a voz dos interesses populares, como no Manifesto ás Nações da Europa, como na Carta a Elrei D. João VI, as paixões e os odios facciosos passam de longe, para não deslustrar com o halito a luz serena e radiante da liberdade nacional.

É o idioma de um povo a mais eloquente revelação da sua nacionalidade e da sua independencia. Na linguagem andam vinculadas as suas grandezas e as suas gloriosas tradições. A alteração viciosa e irracional da sua indole propria testifica a irrupção de idéas e de costumes peregrinos, que vieram corromper e desluzir o caracter primitivo da nação. Em todos os povos policiados os annaes da litteratura correm parallelos aos fastos da vida nacional. Com as mais notaveis glorias da navegação e da espada se ajustaram as mais altivas galhardias da linguagem portugueza. Quando o genio emprehendedor da nossa antiga gente amadureceu para a conquista e senhorio do Oriente, a linguagem, de inculta e balbuciante que havia sido nos primeiros seculos da monarchia, fixou-se em fórmas elegantes e em arrojos varonis nos cantos heroicos de Camões. Como se a Providencia se comprazesse em aprimorar e enriquecer o idioma de cada povo na sasão, em que as suas emprezas mais florecem, e em que as glorias nacionaes esperam impacientes um cantor. D.

Fr. Francisco de S. Luiz, esforçou-se desde os primeiros tempos da sua vida litteraria por consubstanciar nos seus escriptos esta face brilhante, porque o amor da patria se desentranha em affectos pela boa e genuina linguagem nacional. Apenas graduado de doutor na faculdade de theologia, o erudito benedictino patentêa a sua vocação litteraria, respondendo n'uma douta memoria[1] á these que esta Real Academia havia proposto no seu programma de 1792. A comparação critica entre a historia de D. João de Castro, por Jacintho Freire de Andrade e a vida de D. Paulo de Lima, por Diogo de Couto, abrem a D. Fr. Francisco de S. Luiz a carreira dos estudos philologicos e das investigações historicas, e conquistam-lhe um logar de membro correspondente desta Real Academia, em edade, em que raramente os engenhos mais mimosos e predilectos da fortuna se viam então lisongeados com esta apetecida e honrosa distincção.

[1] Vide nota 3.ª

A esta devoção e enthusiasmo,[1] com que D. Fr. Francisco de S. Luiz cultivou em toda a sua vida o idioma vernaculo, se deveu o seu *Ensaio sobre alguns synonimos da lingua portugueza*, cujo 1.º volume, já desde alguns annos composto e remettido á Academia só veio a lume em 1821.

É, porém, no *Glossario das palavras e phrases da lingua franceza, que se tem introduzido na locução portugueza moderna*, que o Cardeal Saraiva tornou patente a par de muita erudição o zêlo, com que velava pelo recato e esplendor do vocabulario classico. Porventura os excessos e atrevimentos da ignorancia e desprimor, com que uma plebe obscura de escriptores havia corrompido e profanado a lingua portugueza, violentou o douto benedictino, na revindicta do purismo, a capitular de gallicismos e a pôr a nota de pouco authorisados, a vocabulos, aos quaes as innovações deste seculo haviam com razão naturalisado, e que nos escriptos de alguns prosado-

[1] Vide nota 4.ª

res exemplares tinham solemnemente recebido o baptismo portuguez.

A este desejo, que D. Fr. Francisco de S. Luiz sempre nutriu de contribuir para levantar a decaida e humilhada linguagem patria, se deve tambem o seu — *Glossario dos vocabulos portuguezes derivados das linguas orientaes e africanas, excepto a arabe*. E tão vehemente foi sempre no nosso illustre consocio a devoção, com que cultivava o nativo idioma, que, não contente com haver denunciado no seu *glossario de gallicismos* as perolas falsas e os alheios atavios, com que lhe haviam afeiado a magestade, levou o seu enthusiasmo a procurar em remotissimas origens o nascimento e formação da lingua patria. Passára como em julgado a affinidade e parentesco[1] da linguagem portugueza com a latina, e o celebrado verso de Camões resumira neste ponto, imprimindo-lhe o caracter de dogma, a crença geralmente acceita e popular. O cardeal Saraiva, encarecendo as preeminencias de uma genealogia quasi mythologica no idioma de

[1] Vide nota 5.ª

uma nação, julgando por ventura desairada a lingua materna, se de tão proximo tronco, como era o romano, descendesse, intentou provar n'uma memoria philologica os erros da doutrina recebida. Esta memoria, moldada na locução correcta e alinhada, e no estylo simples mas elegante, que sempre distinguiu os escriptos do cardeal, se não poude levar a persuação aos espiritos racionavelmente obstinados na filiação latina, abriu o caminho a um genero de investigações quasi desconhecidas em Portugal, as que se referem aos primordios, desenvolvimento e perfeição do idioma portuguez.

A penna, que havia traçado no *glossario dos gallicismos* o roteiro litterario, onde appareciam notados aos escriptores da moderna geração os escolhos da linguagem viciada; a penna, que depois havia de enriquecer de notas e documentos a edição academica da vida de D. João de Castro, não podia ficar ociosa, quando um critico arrogante[1] pretendeu contradizer, no tribunal da sua propria

[1] Vide nota 6.ª

e singular opinião, o juizo, que de Camões havia formado a idolatria dos seus naturaes, e a imparcial admiração dos criticos estranhos.

José Agostinho de Macedo, em quem a ambição litteraria tanto sobrepujava á faculdade inventiva e á verdadeira inspiração, invejava desde muito tempo o logar que as musas haviam elegido para Camões no Parnaso portuguez, e intentava alevantar a sua propria reputação sobre o pedestal usurpado ao immortal cantor do Gama. Á sentença confirmada por tantos philologos doutissimos, só se atrevêra a pôr embargos um sillographo de tão somenos valia. Alguem erguêra mãos sacrilegas contra os louros de Camões, e ousára profanar a religião da patria, infamando um nome, que era o symbolo poetico do povo portuguez. O monge benedictino acudiu a reparar o aggravo, e na defeza que então se publicou, a authoridade do patrono não desmereceu da fama do cliente.

São numerosos os documentos que nos legou o cardeal Saraiva do fervor e devoção, com que esteve por muitos annos cultivando

as antiguidades e a historia de Portugal. O ardor com que se esmerou em exalçar as glorias patrias, não o cegou, como a tantos nossos historiadores, nem lhe tornou o animo propenso a acceitar sem exame nem criterio as mais erroneas tradições, nem a inventar, como tantos monges chronistas, ás mais extravagantes fraudes pias, para engrandecer, com o prestigio de acontecimentos maravilhosos, o berço e fundação do nosso Portugal. Os exemplos de conscienciosa investigação historica, que lhe offerecia, dentro da sua propria ordem religiosa, a celebrada e eruditissima congregação maurina, as multiplicadas occasiões, que se lhe deparavam de estudar os preciosos archivos nos mosteiros da sua religião, inspiraram-lhe a crença de que a historia senão pode já hoje escrever segundo as chronicas viciadas pela credulidade, e que o viver antigo dos povos só póde reconstruir-se neste seculo pelos documentos e testemunhos genuinos, interpretados pela diplomatica e allumiados pelo clarão da critica moderna.

Que D. Fr. Francisco de S. Luiz seguisse

no claustro as tradições de erudição e de archeologia, não é para estranhar em quem tinha o incitamento da vocação, e a singeleza e bonança da vida monacal a convidar-lhe o engenho, e a estimular-lhe a ambição das glorias litterarias.

Mas que o monge haja de inscrever o seu nome nas memorias da revolução politica[1] e nos martyrologios da liberdade, eis-ahi o que não se esperaria facilmente de quem pelo habito parecêra renunciar ás luctas da vida publica e aos mundanos arrebatamentos da tribuna popular.

Hoje que a liberdade enraizada neste solo portuguez, e que a paz e a tolerancia promettem sazonar os fructos das nossas já passadas revoluções, como é para admirar este monge que sae da obscuridade do seu encerro para alliar o seu esforço, a sua authoridade e a sua palavra á altivez da revolução sem arriscar a humildade do seu caracter, ás tempestades da politica sem alterar a serenidade do seu animo, aos extremos da discor-

[1] Vide nota 7.ª

dia civil sem desmerecer os quilates da sua caridade!

Muitas vezes os talentos, que a clausura a principio recatára, vieram a patentear-se nas scenas da republica e nos episodios das luctas populares. Não raros nos offerece a historia exemplos de estadistas e de tribunos, que fizeram no claustro o tyrocinio das suas vocações, que nas apparencias da modestia aprenderam a intemperança da ambição, e nas falsas mostras da obediencia as arrogancias da authoridade.

Mas D. Fr. Francisco de S. Luiz, deixando a cella pelos conselhos supremos da nação, nem foi agitador, como Savonarola, nem dominador, como Cisneros. Nunca adulou as turbas, para que a sua gloria pessoal brilhasse mais esplendida ao lume dos fachos revolucionarios. Não invejou a suprema magistratura, em que o investiu a revolução, mas sentado na cadeira do governo, nem a falsa timidez da consciencia, nem a hypocrisia da humildade trahiram no monge os deveres do homem publico, nem os empenhos do cidadão.

Se a revolução o foi buscar para ser um dos seus caudilhos á cadeira professoral, onde germanava no ensino a philosophia e a religião, se elle interrompeu o culto das sciencias para vir amparar no berço a liberdade que apenas bracejava, não foi de certo para que, trocada a tunica monastica pela toga revolucionaria, achasse pretexto para desligar-se da austeridade da sua regra, e correr apoz as distincções honorificas, que elle possuiu o raro condão de ter em menos, nos proprios tempos em que lh'as votava a gratidão dos cidadãos, ou lh'as intimava a munificencia dos soberanos.[1]

Ajudou a fundar a liberdade, mas não para si, porque era monge, e monge permaneceu. Contribuiu para a civilisação desta nossa terra, mas não que lhe sorrissem gratos os commodos da vida, porque nos mais eminentes graus da hierarchia soube sempre conciliar a simpleza do cenobita com o modesto decoro da sua authoridade e jurisdicção.

O monge de S. Bento, tomando um dos

[1] Vide nota 8.ª

principaes logares na marcha triumphal da revolução, trajando no fastigio do poder a propria vestidura, que lhe era insignia de humildade, demonstrou que a Providencia confiára a um monge uma das primeiras magistraturas naquella quadra revolucionaria, para tornar bem manifesta uma verdade, que se não havia ainda claramente revelado aos espiritos obcecados e pertinazes.

Aquelle religioso, que vem annunciar[1] a Lisboa a alforria de Portugal, é mais do que o membro accidental da junta provisoria, porque é uma idéa personificada. A sua apparição na praça publica litteralmente quer dizer, que as ordens religiosas tem cumprido o seu destino em Portugal. É um dos ultimos ornamentos do claustro, que vem celebrar as primeiras festas da liberdade, porque é chegado o momento em que o monge sem antecipar a ordem dos tempos, e sem violentar a lei providencial da historia, deve abdicar diante da fraternidade nacional a fraternidade privilegiada do mosteiro, e volver á

[1] Vide nota 9.ª

sociedade commum, donde o havia desterrado a piedosa barbaridade dos seculos passados.

Eram terminados os dias em que o monge podia servir na austeridade do seu instituto a humanidade e o progresso. A idéa em quanto a não haviam deixado florir e vecejar á luz do sol, tinha buscado sob as abobadas do mosteiro a ultima cidadella do entendimento e o extremo refugio da illustração. Mas o claustro era neste seculo estreito ambito para a civilisação, que ía trasbordando e levando comsigo na torrente as instituições e os costumes, que havia derrocado. A tribuna, a imprensa, as assembleas populares, a magestade da opinião, a emancipação da intelligencia humana, a secularisação do ensino e a crescente popularidade das sciencias e das lettras, tirando ao monge o privilegio da erudição, e a preeminencia da virtude, egualaram tacitamente o ermo e o povoado, e tornaram desde então superflua e paradoxal na sociedade a missão, que a Providencia confiára n'outros seculos ás congregações religiosas.

A revolução, de que Fr. Francisco de S. Luiz fôra um dos conselheiros,[1] veio a succumbir bem cedo ao frenesi reaccionario. O monge benedictino, já então bispo de Coimbra, teve de expiar a parte, que tomára nos acontecimentos da sua patria. Elegera D. Francisco de S. Luiz[2] para logar do seu encerro o convento da Batalha. Os ocios do estadista fructificaram na placidez do claustro, e enriqueceram as lettras com a memoria historica sobre aquella celebrada e grandiosa edificação.

O regimen constitucional, restaurado pela Carta, chamou de novo á vida publica a D. Fr. Francisco de S. Luiz.[3] As turbações civis, que alteraram de novo a fórma do governo em Portugal, condemnaram outra vez o nosso consocio ás amarguras do desterro, assignando-lhe por logar de estreita reclusão o convento da Serra d'Ossa. D'aquelle carcere religioso, onde por seis annos jazeu o venerando prelado portuguez, o veio libertar a victoria das armas constitucionaes, e a patria

[1] Vide nota 10.ª
[2] Vide nota 11.ª
[3] Vide nota 12.ª

poude novamente ver aproveitadas as preciosas qualidades, que haviam denunciado no futuro cardeal o estadista prudente e consumado.[1]

Desde então a sua vida correu quasi sempre tranquilla repartida entre as obrigações da vida publica, e o affecto e predilecção com que o erudito cardeal nunca soubera deslembrar um momento os estudos litterarios. Já preconisado para a cadeira patriarchal,[2] publicou D. Fr. Francisco de S. Luiz o seu *Indice chronologico das navegações, viagens, e descobrimentos dos Portuguezes nos paizes ultramarinos*. E ainda a provecta edade em que o veio achar aquella suprema prelatura, lhe não prohibiu inteiramente, até ao fim da vida, as suaves deleitações, em que o seu espirito se deliciava cultivando ainda a erudição e as boas lettras.

O dia 7 de maio de 1845 veio apagar no fastigio das grandezas humanas, e depois de uma carreira litteraria de 60 annos, aquella

[1] Vide nota 13.ª
[2] Vide nota 14.ª

intelligencia, que ainda nos seus extremos lampejos bem deixava adivinhar qual haveria sido a intensidade do seu brilho juvenil.

A vida do cardeal Saraiva foi copiosa de exemplos que imitar e que seguir. Na vida publica, foi a modestia que governou com elle ao lado da discrição e do conselho. Na cadeira pastoral foi a humildade que tornou branda e proveitosa a authoridade do prelado. Na Academia em laboriosas investigações durante mais de 50 annos, foi a indefessa actividade do espirito que fez do cardeal o mais fervoroso cultor da linguagem e das lettras portuguezas.

Deixemos á historia inscrever no logar proprio a reputação politica de D. Fr. Francisco de S. Luiz. Esperemos que a egreja lusitana lhe consagre nos seus annaes a coroa de benemerito. E nós, que só temos jurisdicção e authoridade para votar os louros litterarios, gravemos o seu nome nos fastos academicos, a par dos mais illustres e memoraveis, com que ainda hoje se ennobrece esta Real Acamia.

NOTAS

NOTA 1.ª

«O habito benedictino que lhe sanctificou a vida...» pag. 7.

A indole peculiar de um elogio academico inhibiu o auctor de individuar todas as epochas e circumstancias de uma vida tão dilatada como illustre, e de apontar miudamente os factos e as datas, de que se deve entretecer uma completa biographia. O que se leu na sessão publica da academia era apenas o perfil politico e litterario do cardeal, como que o esboço das suas feições de monge, de erudito e de estadista. Agora porém, que o elogio vem a lume fóra das collecções academicas, é bem que o illustremos com algumas notas, as quaes sirvam de explanar os

trechos, que no panygerico sairam demasiado contraídos, porque assim o exigiam o logar e a occasião.

Dos primeiros tempos da sua vida nos deixou o illustre cardeal Saraiva preciosos apontamentos. Delles constam pelo mais auctorisado testemunho a epocha exacta do seu nascimento, os primeiros passos da sua educação, e a sua entrada no gremio benedictino.

Nasceu D. Fr. Francisco de S. Luiz a 26 de janeiro de 1766 na villa de Ponte do Lima, na antiga comarca de Vianna, da provincia do Minho. Foram seus paes Manuel Saraiva e D. Maria Corrêa de Sá, *pessoas*, diz o cardeal, *distinctas entre todas as d'aquella villa, pela sua probidade e pela boa educação que deram a seus filhos.* Chamou-se no seculo Francisco Justiniano Saraiva. Foi seu mestre de primeiras lettras o professor Thomás da Silva Campos, em cuja escola entrou sendo apenas de cinco annos. E tão bons fructos colheu o seu engenho d'aquelle primeiro ensino, que já achamos o futuro benedictino cursando aos oito annos a aula de

lingua latina, que de todas as de humanidades era a só que havia em Ponte do Lima.

Era n'aquelle tempo o estado ecclesiastico mui buscado pelos mancebos, que n'elle viam facil arrimo e principio feliz de sua carreira. Poucos se alistavam na milicia claustral por invencivel vocação. Alguns a sollicitavam pelo repouso e bonança que promettia. Os mais por se forrarem aos descommodos e trabalhos do seculo. É provavel que Fr. Francisco de S. Luiz, homem austero e espiritual se arrollasse entre os filhos de S. Bento, por obedecer á sua ingenita vocação, porque o vemos até o fim de sua vida presar no meio de seus mundanos esplendores, o habito monachal, de que se vestira logo ao raiar da adolescencia. Completára, de feito, quatorze annos, quando a 6 de abril de 1780 tomou o habito benedictino no antigo e famoso mosteiro de S. Martinho de Tibães, cabeça de toda a congregação em Portugal. A 29 de janeiro de 1782, tendo apenas deseseis annos e tres dias, fazia a sua profissão solemne na mesma casa religiosa.

A eleição que da ordem benedictina fizera para n'ella seguir a vida monachal, denuncia que o seu espirito não buscava no claustro apenas as mysticas satisfações da vida contemplativa. Escolhia aquella congregação, porque era sem duvida a mais accommodada a quem no recesso da clausura se apparelhava para o trafego intellectual. E nenhum instituto monachal era mais illustre por lettras do que a ordem, que se havia condecorado com os nomes de Mabillon, de Martene, de Ruinart, de Calmet e Montfaucon. Os estudos historicos haviam tido sempre por selectas academias os mosteiros benedictinos e Fr. Francisco de S. Luiz veio a demonstrar logo desde os seus primeiros escriptos litterarios que entrando n'aquelle gremio não errara a vocação.

Era escassa ainda a instrucção do novo monge quando entrára ao seu noviciado de Tibães. Mandaram-no os superiores a estudar as humanidades no collegio, que primeiro se abriu no mosteiro de S. André de Rendufe e depois se trasladou para a casa de Nossa

Senhora da Estrella em Lisboa. Ahi sendo seu guia o padre mestre doutor Fr. José de S. Escholastica, depois arcebispo da Bahia, estudou o novo monge a philosophia, com o seu complemento natural dos principios elementares da algebra e da geometria e as poucas noções de physica, n'aquelle tempo ensinadas em Portugal.

A instrucção, apesar da reforma dos estudos seculares pelo marquez de Pombal, e de analogas reformações nos de varias ordens e congregações religiosas, era ainda por extremo deficiente, antiquada, e em grande parte erronea e falseada pelo influxo diuturno do Peripato e da doutrina escholastica em Portugal. Ensinava-se uma philosophia, que já era decrepita nas escolas, e ignorava-se de todo o ponto a boa e sã erudição. Um engenho feliz e sequioso de abeberar-se nas limpidas fontes da amena litteratura, mal podia achar nos claustros os mestres competentes que o podessem doutrinar. «Sem outro magisterio mais que o dos livros, deime (diz o cardeal nos apontamentos da sua

vida) a estudar os principios geraes da litteratura, acompanhando este estudo das correspondentes leituras dos poetas, oradores e historiadores, que me era possivel haver á mão.» Tambem não esqueceu ao diligente benedictino o versar as modernas obras philosophicas, e o aprender a lingua franceza e a italiana, de que não havia então pedagogos em Portugal.

Em 1785, conclusos os tres annos no collegio de philosophia, passou Fr. Francisco de S. Luiz ao collegio de S. Bento de Coimbra e em outubro desse anno entrou a cursar a faculdade de theologia, e as aulas de grego e hebraico, de que obteve approvações.

Terminando o curso da faculdade, sendo laureado em todos os annos subsequentes ao segundo (porque só depois d'elle o governo instituiu os premios para os dois estudantes mais distinctos de cada aula) e frequentado o sexto anno, graduou-se de doutor em 1791.

Á medida que ia cursando as aulas da faculdade theologica, exercitava-se o moço benedictino no officio do magisterio, regendo

varias disciplinas no seu collegio de Coimbra. E para que desse desde logo testemunho de que o seu engenho, posto que mais propenso ás lettras, não era adverso á severidade e exacção das sciencias mathematicas, sendo ainda de mui poucos annos dictou prelecções elementares de algebra, geometria e trigonometria aos estudantes da sua congregação.

Um sujeito de tantos meritos e habilidades, qual era Fr. Francisco de S. Luiz, não podia limitar-se aos modestos encargos da cadeira, sem que n'elle recaissem tambem os officios do governo monachal. No capitulo geral benedictino celebrado em 1798, designou-o o suffragio para secretario da congregação de S. Bento e depois foi successivamente nomeado companheiro do dom abbade geral, abbade do collegio de Coimbra, duas vezes visitador geral, e chronista-mór do seu instituto religioso. Para desempenhar estes officios, percorreu todos os mosteiros, que a ordem tinha em Portugal, examinando as livrarias e archivos, alguns dos quaes pela sua

antiguidade e riquesa de preciosos documentos eram valiosos repositorios da archeologia e historia nacional.

A visitação dos cartorios monasticos e o estudo que n'elles ía fazendo Fr. Francisco de S. Luiz, revelaram-lhe a necessidade absoluta de cultivar as sciencias e as artes, de que depende a leitura dos antigos documentos, a sua critica e a sua interpretação como fontes authenticas da historia. Tinha na sua ordem benedictina os maiores mestres da sciencia diplomatica, aquelles pacientes e engenhosos inquiridores do passado, que tiveram nome de Mabillon, Ruinart, Montfaucon e Dom Calmet. A erudição historica andava como que em morgado n'aquelle illustrissimo instituto. Seria incompleto um benedictino que não tivesse interrogado nos chartularios da meia edade os segredos da vida das nações. Fr. Francisco de S. Luiz applicou-se com a diligencia habitual aos estudos paleographicos e diplomaticos, tendo por auxiliar n'esta sua util educação aquelle grande e celebrado luminar da diplomatica portuguesa, o doutor

João Pedro Ribeiro, de cujos eruditissimos escriptos, ainda que pouco ou nada primorosos na locução, estão cheias as collecções da nossa academia.

A vocação litteraria de Fr. Francisco de S. Luiz offerecia-lhe mais apeteciveis os loiros academicos do que as honras e dignidades, a que poderia ascender no governo e hierarchia. Em 1805, tendo-se aberto concurso geral para todas as faculdades da universidade de Coimbra, foi Fr. Francisco um dos concorrentes ás cadeiras de theologia e os votos unanimes dos cathedraticos o declararam *oppositor*.

Apoz alguns annos, em que Fr. Francisco não andara ocioso, nem insensivel á temerosa catastrophe, por que passára a patria, e aos gloriosos triumphos, com que se illustrára, o proveu el-rei D. João VI, em 1817 na cadeira de philosophia do collegio das artes, annexo á universidade, e ali encheu com applauso publico os deveres do magisterio.

NOTA 2.ª

«D. Fr. Francisco de S. Luiz apparece pela primeira vez na scena publica...» pag. 9.

Em 1808 achava-se Fr. Francisco na terra do seu berço, onde no seio de sua familia havia ido desenfadar-se e repousar. Ardia a provincia do Minho em patriotico fervor. De toda a parte ecchoavam os clamores de emancipação e de resistencia contra o jugo dos invasores, que pretextando fingidas amisades tinham entrado pacificamente em Portugal e a pouco trecho se haviam declarado manifestos conquistadores. As juntas locaes, especie de magistratura revolucionaria e popular, tão caracteristica da Peninsula, iam supprindo a ausencia de governo central. Cada provincia, cada comarca, cada villa, cada povo, se aprestava para o terrivel despertar dos opprimidos. Viana, teve tambem a sua *junta*, com que apparelhar os meios de luctar contra o já intoleravel dominador.

E devia ser já n'aquella sazão tão notoria e apreciada a capacidade e o civismo do monge benedictino, que sem elle interferir na eleição, se achou deputado para aquella empresa patriotica, tão honrada, como perigosa. E de feito os lances difficeis e arriscados não procediam unicamente de que Junot tinha ainda em Portugal mais de vinte mil homens, por assim dizer centuplicados pelo prestigio de uma serie ininterrupta de victorias e pelo talisman de um nome verdadeiramente glorioso. A anarchia e a cegueira popular não raro, principalmente nas provincias septentrionaes, tornavam mais temivel a sanha de uma plebe ignorante e enfurecida do que os proprios attentados do invasor. Os que entendiam no precario governo das povoações e apercebiam a resistencia contra os francezes, andavam sempre incertos e receiosos sobre se os viria saltear a vingança das tropas imperiaes, ou se a turba voltaria e caprichosa, mudado em odio o affecto da vespera, soltaria contra os seus chefes populares a tremenda e vaga accusa-

ção de traidores e jacobinos, e se o termo d'aquelle ephemero tribunato não seria a ponta de uma chuça ou o pelouro de um trabuco. Porque as *ordenanças*, esta milicia, cuja disciplina era a anarchia, e cujo commando era para os que o exerciam quasi uma sentença capital, tinha absorvido todos os poderes do estado e exemplificava em alto grau a cruenta jurisprudencia, que na America se chama a *lei de Lynch*. Os homicidios crudelissimos, com que se patenteáva a justiça popular, eram tão numerosos e tão fóra de toda a condição humana, que não póde affirmar-se com certesa, se Portugal ou a Hespanha uma a outro se avantajavam em furores e em sevicias contra alguns dos que intentavam encaminhar a revolução. A escola primaria da democracia é sempre e em toda a parte infelizmente maculada com os summarios processos do terror. Um povo, que, nas trévas da mais completa ignorancia, sáe dos ferros, em que o apertam o absolutismo e a inquisição, para sonhorear-se dos seus direitos e a si mesmo se reger, é como uma

creança que se desata das prisões e que pensa gosar da sua liberdade com tanto maior desafogo e soberania quanto são mais culposos e execraveis os desacatos, com que deshonra a sua humanidade e infama o seu patriotismo.

O novo officio do moço benedictino não era, pois dos mais invejaveis e quietos. A junta de Viana, — e n'isto não foi pequeno o influxo de Fr. Francisco e o peso da sua authoridade pessoal — desempenhou-se da sua commissão no meio de difficuldades e riscos numerosos, até que constituida no Porto a *junta do governo supremo*, se dissolveram as de mais.

NOTA 3.ª

«Respondendo n'uma douta memoria...» pag. 13.

A academia real das sciencias havia proposto entre as suas theses de litteratura a que

era formulada d'este modo : *Comparação entre a vida de D. João de Castro por Jacintho Freire de Andrade e a vida de D. Paulo de Lima por Diogo de Couto, tanto pelo que respeita ás qualidades do historiador, como á locução e estylo.* Fr. Francisco de S. Luiz, apesar de que apenas contava vinte e seis a vinte e sete annos, abalançou-se a concorrer ao certame e n'elle conseguiu ser laureado. A academia inscreveu-o no registo dos seus socios, na cathegoria de correspondente. Ao passo que se ia adiantando na erudição, e crescendo na edade e na fama de profundo sabedor, o foi a academia promovendo aos diversos graus da sua hierarchia intellectual, nomeando-o socio livre e depois socio effectivo, director da classe de litteratura, e vice-presidente de toda a corporação quando era de annos já provectos.

NOTA 4.ª

«A esta devoção e enthusiasmo....» pag. 13.

Os estudos linguisticos, principalmente na sua applicação á linguagem portugueza, foram sempre mui predilectos do cardeal Saraiva, a quem a boa vernaculidade patria deve alguns serviços meritorios. Lastima é porém, que Fr. Francisco de S. Luiz pelas condições particulares da philologia e erudição em Portugal, não disposesse de todos os thesouros que na edade sua contemporanea já havia accumulado a inquirição infatigavel dos philologos deste seculo. Sabia o cardeal as linguas sabias, que no seu tempo se estudavam em Portugal, a grega, a latina, e a hebraica. Parece porém haver desconhecido inteiramente os progressos que na Inglaterra, na Allemanha, na propria França iam fazendo no seu tempo a grammatica e a lexicologia comparada. E se esta deficiencia de erudição o fez cair em graves erros quan-

do pretendeu filiar a lingua patria em origens celticas, a sua boa erudição classica e o seu conhecimento dos mais correctos escriptores de Portugal, revelaram-se no *Ensaio sobre os synonimos* e no *Glosario das palavras e phrases da lingua francesa*, em que se propoz anteparar a castidade e puresa do idioma contra a impetuosa corrente de grosseiros neologismos. A linguagem portugueza, que apoz dois seculos de brilhantes triumphos litterarios, tivera no dizer elegante, posto que amaneirado de Bernardes o seu canto de cysne, e deturpada pela escola dos conceitos, durante o reinado de D. João V, caira na prosa official dos tempos de D. José, ía engrossando, não como se avolumam os rios com affluentes de agua crystallina, senão como trasbordam as correntes invernosas com o tributo cenagoso, que lhe enturva a limpidez. A linguagem ía n'uma pasmosa decadencia. Acodiam de tropel as idéas novas, os alheios costumes e as peregrinas instituições, sem que o idioma nacional se tivesse prevenido com termos e locuções accommodadas ás modernas

phases do pensamento. De toda a parte affluia o neologismo, adoptado sem discrição e sem decóro. O monge benedictino deu rebate contra a invasão. Como todos os que litigam por conservar o purismo, descaíu porem n'uma intractavel severidade, que o seculo já não podia comportar. Affigurava-se porventura a Fr. Francisco de S. Luiz que as linguas se immobilisam depois de haverem chegado áquelle ponto, em que exprimem com primor e claridade a idéa e o sentimento de uma dada civilisação. Pareceu-lhe que a locução dos quinhentistas era o compendio de todas as perfeições, a que podia levantar-se a lingua patria, e que fixada uma vez a linguagem, convinha sequestral-a de todas as influencias exteriores, que tendessem a deslustrar-lhe o esplendor. E não advertia, como o notou profundamente Schleicher, que os idiomas se vão lentamente degradando e passando por successivas transformações e que «nenhuma lingua permanece a mesma e invariavel durante um longo espaço de tempo; ao menos em quanto conserva a sua existencia na boca

do povo, em quanto permanece na condição de lingua viva.» [1] Desde Fernão Lopes até Vieira a lingua portugueza vae tomando nova conformação, perdendo por esta natural excreção dos idiomas os elementos já inuteis ao organismo, inhalando do exterior a nova substancia da sua nutrição. Quantos italianismos e castelhanismos não introduziu Camões nos seus poemas? Quantos vocabulos e giros forasteiros no dizer se não deparam nos escriptos de Fr. Bernardo de Brito, a quem eram familiares as musas castelhanas? O padre Vieira que descorrêra por tantas peregrinas regiões, enriqueceu a lingua com palavras e modismos que João de Barros houvera taxado de contrarios á vernaculidade, como a elle entendia e praticava.

As linguas — parece paradoxa esta doutrina — vão-se corrompendo e degenerando ao passo que da civilisação, que representavam,

[1] Kein Sprache bleibt, so lange sie wenigstens im Munde der Voelker ihr Dasein hat, so lange sie eine lebende Sprache ist, langere Zeitraume hindurch dieselbe. *Zur vergleichenden Sprachengeschichte* von A. Schleicher. Bonn. 1843. (Sobre a historia comparada das linguas).

se transita para um *momento* novo na historia da humanidade e da cultura. Já um dos glotticos mais eruditos e profundos da Allemanha assentou em seus escriptos, que a civilisação e a linguagem se correspondem em certa maneira em duas series invertidas, de feição que ás mais brilhantes e progressivas civilisações responde uma fórma idiomatica, menos perfeita e engenhosa do que a linguagem pertencente a mais antigas e menos expansivas civilisações. «A historia das linguas (diz Schleicher) parece á primeira vista ter seguido o caminho diametralmente opposto á de todas as demais historias... É hoje verdade incontroversa que nos tempos historicos as linguas vão declinando. Não ha exemplo de uma lingua que nos tempos historicos nascesse e se fosse aperfeiçoando.» E poucas linhas antes já dissera o mesmo fecundissimo linguista: «Se compararmos por exemplo a flexão italiana com a latina veremos desde logo que a primeira apenas conserva ainda vestigios da riquesa, que distinguiu o periodo mais antigo da linguagem e que a estructura

da sua grammatica não póde bem comprehender-se sem que retrocedamos á origem, donde a lingua moderna se derivou. Quanto mais longe na antiguidade vamos estudando um idioma, tanto mais rica é a sua estructura grammatical.» [1] E já o grande philosopho Hegel havia professado a mesma doutrina, comprovada exuberantemente com a analyse comparativa das linguagens antigas e modernas, dizendo: «É um facto attestado pelos monumentos que as linguas no estado de cultura imperfeita dos povos, que as fallaram, são mais complicadas e perfeitas... É egualmente um facto, que com a progressiva civilisação da sociedade e do estado... as linguas se vão tornando mais pobres e imperfeitas.» [2] Que estructura admiravel não observamos no sanscrito com a sua riquesa extraordinaria de flexões verbaes e nominaes? Que perfeição, ainda que já em menor grau não é a da lingua grega e a da latina? O

[1] Schleicher's *Zur Vergleichenden Sprachengeschichte* (sobre a historia comparada das linguas) pag. 14.

[2] Hegel *Philosophie der Geschichte, Einleitung* (Pilosophia da historia, introducção) pag. 61.

que são os modernos idiomas neo-latinos ou romanicos senão os productos da lenta decomposição, quasi diriamos fermentação de linguagens mais completas e primorosas? O que é o portuguez de hoje senão o descendente — em centenares de gerações degenerado, — do antigo e nobilissimo tronco, de que apenas hoje conserva as feições proeminentes e essas mesmas confusamente delineadas? Se pois a lingua patria não existiria se não fôra a degeneração da lingua mãe, onde está o padrão porque havemos de afferir esta suprema e inexcedivel perfeição, em que uma linguagem se diz fixada, e em que é urgente circundal-a de muros e barreiras, para que não a venham elementos forasteiros macular e corromper? E depois qual é esta lingua classica, que serve de termo definitivo e impreterivel aos progressos do idioma? É a lingua de Fernão Lopes e de Azurara? É a lingua de Barros e Castanheda? É a lingua de Fr. Luiz de Sousa ou de Heitor Pinto? É a lingua de D. Francisco Manuel? É a lingua de Vieira? E todavia estes nomes signifi-

cam momentos diversissimos na evolução da lingua patria. E se o idioma de cada periodo, reputado classico, não poude servir á expressão do pensamento na epocha seguinte da historia litteraria, se Fr. Luiz de Sousa não sabe já pensar com o vocabulario de Castanheda, nem Bernardes se accommoda com o portuguez já então deficiente de Heitor Pinto, como é que nós os homens de um seculo riquissimo de noções desconhecidas aos nossos avoengos havemos de condemnar-nos, em nome de um purismo intolerante, a constranger os nossos movimentos intellectuaes no leito de Procusto de uma linguagem sacramental e immobilisada?

O neologismo é pois uma fatal necessidade e os rebates dos puristas não conseguem impedir o complemento natural de uma lei inexoravel. Tão vão e inefficaz nos parece o empenho dos exagerados zeladores do dizer classico e quinhentista, como a empresa do astrónomo, que enlevado nos preconceitos de um Cosmos invariavel, intentasse coagir a naturesa e obviar ás lentas mas necessarias

variações nos elementos das orbitas planetarias, e julgando, por exemplo, a precessão dos equinocios uma grande imperfeição na harmonia do universo, declamasse blasfemando contra o seu divino legislador, renovando a jactanciosa exclamação de Affonso o sabio.

Se os mais discretos e elegantes escriptores, se os eruditos mais ciosos da puresa e vernaculidade não alcançam deter a corrente necessaria da innovação, porque sem ella a linguagem por uma consequencia do organismo, se demudaria desde logo em lingua morta, é bem que os seus esforços se convertam a tornar quanto possivel regrada a variação, para que ao menos da estructura, indole e feição peculiar de cada idioma se não desvaneça quanto é mister para imprimir-lhe individualidade. Este serviço prestaria o glossario dos gallicismos dado á estampa pelo novo benedictino. Taxando justamente de contrarios e sacrilegos á religião da lingua patria muitos neologismos reprovados pela sua viciosa derivação, Fr. Francisco de S. Luiz fez ás lettras um bom officio, re-

digindo uma como tarifa glossographica em que se declaravam as phrases e vocabulos, que nunca haviam tido entrada nas obras dos nossos mais selectos e esmerados escriptores, se bem que uma ou outra vez o demasiado escrupulo do philologo o induziu a pôr a nota affrontosa no seu indice expurgatorio a palavras, que haviam sido solemnemente baptisadas por sacerdotes de tanta authoridade na egreja litteraria, quaes foram Bernardes e Vieira.

NOTA 5.ª

«Passára como em julgado a affinidade e parentesco....» pag. 15.

A «Memoria em que se pretende provar que a lingua portugueza não é filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos» é um d'estes escriptos,

em que um auctor antes revela o seu engenho na defesa de proposições manifestamente erroneas e insustentaveis do que o fructo de profundissimos estudos e de largas meditações sobre o thema, que se propoz illucidar. O tempo, em que foi publicada (1836) não consentia, em presença dos notaveis progressos operados na grammatica comparada e na linguistica, que se intentasse defender por convicção uma doutrina tão remota da verdade. A qual não sómente era condemnada pela mais perfunctoria comparação dos idiomas neo-romanos com a sua lingua-mãe, mas ainda claramente convencida de falsa e temeraria pelas investigações de tantos eruditos, que até então se tinham applicado não a demonstrar a filiação latina — porque d'essa ninguem podia duvidar — mas a formular as leis, que na sua degeneração tinha seguido o latim rustico e provincial até se ir convertendo pouco a pouco nas linguagens litterarias da Europa meridional.

Pareceu a Fr. Francisco de S. Luiz que seria desdouro para a nação portugueza o

ter adoptado a lingua dos antigos conquistadores. Affigurou-se-lhe que propugnar pela conservação dos primitivos elementos celticos do idioma nacional, era como que affirmar a continuidade entre portuguezes e lusitanos; era demonstrar que as glorias de Viriato pertenciam com tão legitimo direito ao moderno Portugal como os feitos de Hermann, — o velho Arminio, — ou as memorias de Wittikind, se podem ainda hoje chamar domesticas e familiares á Allemanha dos nossos dias.

A theoria de Fr. Francisco de S. Luiz, resume-se pois em assentar: que jámais na Lusitania foi vulgar a lingua latina, ainda mesmo a que chamaram rustica, de que tantos vestigios apparecem ainda mesmo em obras de boa latinidade; que não tendo os povos subjugados acceitado a lingua dos seus dominadores, — á semelhança do que ainda hoje succede na India, submettida a Europeus, — dos idiomas celticos, exclusivamente fallados na Lusitania, se havia de derivar por continuas degradações a linguagem portugueza,

depois enriquecida e aperfeiçoada por frequentes acquisições ou tomadas directamente do latim culto e litterario, ou das linguas neo-romanas, que primeiro do que a nossa chegaram á maturidade e perfeição. Envidou o monge benedictino os seus thesouros de antiga erudição para comprovar que a lingua latina não era, sob a dominação romana, vulgar na peninsula hispanica, sem reflectir que este ponto ainda que estivesse esclarecido com a ultima evidencia não poderia destruir o facto irrevogavel de que a lingua portugueza, não dizemos sómente a dos mais elegantes escriptores, senão a dos primeiros e mais antigos monumentos, a lingua romance barbara, ainda balbuciante, mal fixada na sua estructura grammatical e nas suas flexões, denuncia, ainda aos mais pertinazes defensores da pretendida origem celtica, a latina descendencia.

Era o cardeal um homem erudito nos estudos classicos da antiguidade, conhecia todos quantos escriptos se haviam estampado na peninsula ácêrca das linguagens mo-

dernas falladas nas Hespanhas. Não ignorava muitos dos trabalhos litterarios, com que a França se illustrára em assumptos de moderna philologia. Mas o cardeal, que sabia desentranhar dos escriptores gregos e romanos tudo quanto era de molde para authorisar as suas theses, desconhecia inteiramente os principios essenciaes da sciencia da linguagem, como n'este seculo os tem descoberto e confirmado, pela indefessa confrontação de numerosos idiomas, antigos e modernos, já *fossilisados* ou recentes, os mais eminentes glossologistas, a datar de Vater e de Adelung. Se o cardeal não houvera dado tantos e tão irrecusaveis documentos da sua consciencia e lealdade moral e litteraria, podera alguem haver-lhe applicado aquella sentença, em que o famoso orador e philosopho romano condemnou a facilidade em professar e defender sem nenhuma dubitação o que ou é falso, ou se não buscou illucidar e discernir com bastante exploração. *Quid tam temerarium, tamque indignum sapientis gravitate atque constantia, quàm aut falsum sentire, aut, quod non*

satis exploratè perceptum sit et cognitum, sine ulla dubitatione defendere? [1]

O engenho do cardeal, enturvado ainda n'estas questões pelo preconceito de uma doutrina singular, e pelo amor de uma viciosa novidade, não podia suprir com o seu lume natural a deficiencia dos factos linguisticos e das leis, que d'elles se deduzem pelo methodo scientifico da inducção, instrumento o mais poderoso nas sciencias experimentaes.

Definindo na sua memoria os caracteres, que distinguem perfeitamente as linguagens e lhes dão essencia propria, o seu talento soube rastrear escassamente algumas das verdades glossologicas, que, pelas ver confusamente, o levaram a inferencias oppostas á verdade. Viu o cardeal que «não se deve (são palavras suas) procurar o genio das linguas nem por consequencia a sua filiação e parentesco, nos particulares vocabulos de cada uma considerados separadamente.» Anteviu o illustre benedictino que é na estructura e

[1] Cic. *De natura deorum* I, 1.

construcção ; nas differentes fórmas grammaticaes, que modificam os vocabulos, que reside a feição individual de cada lingua. Mas d'esta generalidade, tão distante da claresa analytica e scientifica distincção, com que hoje se estudam, se classificam, e se descrevem as linguagens conhecidas, nenhum corollario racional poderia deduzir o erudito pensador.

Esqueceu ao laborioso investigador o instituir, como era proveitoso, o confronto do portuguez e do latim, sob os dois aspectos essenciaes na comparação das linguas : a naturesa dos seus sons, ou a sua *phonologia* : a indole das suas fórmas ou a sua *morphologia*. E na sciencia das fórmas da linguagem devera ter confrontado os vocabularios e a estructura e construcção grammatical.

E de feito duas linguas, não só pertencentes a generos differentes, mas a familias diversissimas, podem ter vocabulos communs, sem que d'este facto se possa inferir logicamente o seu parentesco. Dois idiomas que sem terem entre si affinidade, por um

accidente ethnologico, por uma migração, uma conquista, um tracto frequente politico ou mercantil, vieram ao contacto e se conservaram experimentando por longo tempo a sua mutua influição, é claro que se emprestam reciprocamente grande ou pequena copia de vocabulos, sem que nenhum d'elles perca a sua propria feição individual. Ninguem diria que a lingua portuguesa e a castelhana, linguagens essencialmente indo-germanicas, trazem de outra grande classe, das semiticas ou syro-arabigas, tão differentes na estructura e na flexão, a sua nem sequer remota procedencia. E todavia quantos vocabulos se não deparam nas duas linguas peninsulares, os quaes serviriam para attestar a permanencia dos arabes nas Hespanhas, se todos os outros monumentos tivessem desapparecido ou todas as demais tradições se houvessem oblitterado.

Dos arabes tomámos, é verdade, centenares de vocabulos, principalmente dos que se referem á vida physica, ás sciencias naturaes e mathematicas ou ás instituições politicas,

militares e sociaes.[1] Se folheamos os *Vestigios da lingua arabica em Portugal* por Fr. João de Sousa, accrescentados por Fr. José de S. Antonio Moura, advertimos que são mui raras as locuções, que dos arabes herdámos para exprimir as noções abstractas e os sentimentos moraes. Este facto denuncia que na vida moral da peninsula não foram profundas as influencias exercidas pelos seus musselemanos conquistadores. Mas são nullos os effeitos produzidos na flexão pelo systema dos suffixos arabigos, e são poucos, ainda que não de todo imperceptiveis òs vestigios, que da sua construcção grammatical permanecem ainda hoje nas linguas peninsulares, principalmente no commum dizer do povo, cujas fórmas syntacticas ás vezes mais parece que se ajustam pelas grammaticas semiticas do que pelas fórmas theoricamente mais correctas da

[1] Veja Friedrich Diez, *Grammatik der romanischen Sprachen* (gramm. das linguas romanicas) I. 97. «Fast alle bezeichnen sinnliche Gegenstaend oder wissenschaftliche Begriffe vorzuglich aus den Naturreichen, der Heilkunde, Mathematik, Astronomie, Musik; verschiedene betreffen Staatseinrichtungen, besonders Aemter and Wuerden, Masse und Gewichte; auch das Kriegswesen ist vertreten.»

construcção greco-latina. Entre estes *semitismos* da lingua portuguesa popular (a litteraria é sempre mais ou menos artificial e privativa das gentes cultivadas e eruditas, e constitue uma excepção ao fallar commum) um dos mais frequentes é sem duvida o principiar a oração por um nome, que figura no caso recto e todavia não é o seu agente grammatical, mas logicamente representa a idéa predominante no conjuncto de um pensamento. É uma infracção da grammatica scientifica e regular, e comtudo é vulgarissimo dizer-se no discurso habitual, ainda na bocca dos mais eminentes oradores, quando fallam sem rhetorica affectação: *Eu parece-me.* São construcções, que se nos deparam nos escriptores de melhor nota, e de que nem o correctissimo Vieira saiu immune, syntaxes como a d'este passo de um sermão: «*Os tres reis orientaes,* que vieram adorar o filho de Deus recemnascido em Belem, é tradição da egreja que *um era preto.*»[1] e este periodo de João de Barros: «Martim Affonso de Mello,

[1] Vieir. Serm. XX do Rosario.

como o navio vinha dirigido a elle... ficou o navio com elle, e feita cada um sua jornada, Sebastião de Sousa se veio para Malaca.[1]» E poder-se-hiam citar numerosos exemplos da mesma construcção em quasi todos os escriptores de maior authoridade. Ora esta grammatica, certamente viciosa, e que só por forçadas ellipses explicavam os theoricos da linguagem, não é senão a mesma que os arabes observam, sem que a reputem erro ou incorrecção. Citemos apenas um exemplo e seja tirado das fabulas de Lokman: *Asad marra achtadd álei-h harr ech-chems*[2], que vertido litteralmente quer dizer: *Um leão uma vez foi intoleravel a elle o calor do sol.*

Omittimos o referir outras particularidades que na indole idiomatica do portuguez revelam que a maneira de dispor o pensamento e de o retratar quanto é possivel na palavra semitica, deixou estampados aqui e

[1] Barr. Decad. III. Liv. VIII. Cap. VIII.

[2] اسد مرّة اشتدّ عليه حرّ الشمس

Lokman Fabul. IV.

acolá os testemunhos de que não foi de todo inerte para a nossa linguagem vernacula a diuturna influencia dos arabes durante a sua longa dominação.

Seria comtudo uma theoria insustentavel e absurda o insinuar que a lingua portuguesa se derivou da lingua arabiga, tomando apenas vocabulos numerosos ao latim. Porque é hoje indubitavel que o parentesco e filiação das linguagens é principalmente nas suas relações phonologicas, e sobre tudo nas leis da sua estructura grammatical, na sua *morphologia* que se devem procurar. Esta é porque assim o digamos a ossada dos idiomas. Este é o typo do organismo, embora n'elle possam e devam necessariamente variar muitos elementos, porque de outra sorte não haveria differença entre duas linguas affins e descendentes do mesmo ramo.

Ora está hoje demonstrado á evidencia que a morphologia da nossa lingua é apenas uma variação no typo da latina. O verbo, sobre tudo, estabelece sem contestação a genealogia da lingua patria. Infelizmente Fr. Fran-

cisco de S. Luiz, sendo profundamente conhecedor da antiga erudição prophana e sacra e da philologia classica, desconhecia inteiramente a moderna philologia, e a grammatica comparada, sciencia que data propriamente dos fins do passado seculo e no presente se tem enriquecido com innumeraveis descobrimentos. Quando o cardeal Saraiva discutia na sua memoria a these ultra-paradoxal, que emprehendera demonstrar, eram já copiosos os documentos, que provavam de um modo irrefragavel as origens latinas das chamadas linguas romances, denominação que por antiga e authorisada era já de si um attestado, de que o portuguez, o castelhano, o francez, o provençal, o limousim, o catalão, o italiano, eram o producto de uma decomposição lenta, mas regular da opulenta e formosa linguagem de Roma. Eram conhecidos no tempo de Fr. Francisco de S. Luiz alguns escriptos notaveis de Fauriel e de Raynouard, de Sarmiento, de Marina, e já em tempos mais remotos os eruditos Aldrete e Covarrubias haviam examinado as origens

da lingua castelhana, apenas distincta do portuguez por differenças de puro dialecto. A grammatica comparada e os estudos linguisticos ou glotticos, segundo a moderna appellação de Schleicher, tinham produzido até o tempo do cardeal obras tão profundas e tão solidamente fundadas sobre os factos, quaes eram entre outras as de Schlegel, Guilherme de Humboldt, Pott, Benfey e Franz Bopp, de cuja *grammatica comparada* appareceram os primeiros fasciculos em 1833.

Fr. Francisco de S. Luiz, para negar a procedencia latina da nossa linguagem portuguesa estribava-se n'uma these fundamental, que lhe parecia demonstrada, e era que o idioma dos conquistadores não tinha sido nunca inteiramente abraçado pelos vencidos na peninsula; e que as linguas indigenas tinham continuado a persistir com indomita vitalidade. Se pois o latim jámais fôra vulgar nas Hespanhas, como era possivel que alguns seculos após a conquista romana, fallassem os povos da Lusitania, em grande parte já convertidos em portuguezes, uma

linguagem que em Roma houvesse tido o seu berço e creação? Adduzia o cardeal copiosas allegações, que fôra buscar aos mais authorisados escriptores da antiguidade greco-latina para comprovar o seu asserto. Não lhe esquecia aquelle celebrado texto de Cicero, em que o eminente orador, fallando dos sonhos e da sua interpretação, asseverava em termos de comparação que os carthagineses ou os hispanos não poderiam ser entendidos, se fallassem perante o senado romano sem interprete: *Tamquam si Poeni aut Hispani in senatu nostro loquerentur sine interprete.*[1] E podera haver citado aquelle passo, em que Tacito refere como um rustico do povo dos Termestinos, na Hespanha citerior, sendo posto a tormento, para que declarasse os cumplices, (havia matado a Lucio Pisão, pretor d'aquella provincia) bradára em altas vozes e na sua lingua patria, que de balde o inquiriam, porque nem no auge dos maiores supplicios o fariam confessar: *Cùm tormentis edere conscios adigeretur, voce magna,* sermo-

[1] Cicer. *De divinatione* II, 64.

ne patrio *frustra se interrogari clamitavit.*[1] Deslembrou-se o erudito cardeal de copiar de Strabão aquelle texto, com que se manifesta haver sido completa nos turdetanos, a mudança na linguagem e nos costumes, trocados pelo idioma e pelos usos dos romanos. «Os turdetanos (diz o geographo de Cappadocia) trocaram afinal o seu modo de viver pelo dos romanos e não se lembram já do seu dialecto proprio.»[2]

As Hespanhas eram pela sua posição geographica, pela sua fertilidade, e principalmente pela riquesa das suas minas uma região tão cubiçada dos povos, que demoravam nas orlas do Mediterraneo, que desde a antiguidade mais remota foram sendo por elles visitadas e reduzidas por alguns á obediencia e vassallagem. A principio vieram os Phenicios, que eram então os mercadores e navegantes universaes, como quem dissera os in-

[1] Tacit. Annal. IV. 45.

[2] Strab. geograph. I. Οἱ μέν τοι Τουρδιτανοὶ τελέως εἰς τὸν Ῥωμαίων μεταβέβληνται τρόπον οὐδὲ τῆς διαλέκτου τῆς σφετέρας ἔτι μεμνημένοι.

glezes da antiguidade e do oriente. Depois os carthaginezes, descendentes seus e seus continuadores. Mais tarde os romanos; depois as raças guerreiras de origem teutonica e scandinava, os arabes finalmente. Havia de certo uma lingua, ou mais provavelmente muitas linguas, que eram falladas pelos indigenas. Seriam todas affins e derivaveis de um só typo? Pertenceriam não sómente a generos, mas a familias e troncos irreductiveis entre si? Fallar-se-hiam na Peninsula linguagens tão varias e discordes como as polysytheticas dos indios da America, ainda em não mui distantes regiões? Ou antes, exceptuado o basko, euskaro ou vasconso, que é provavelmente segundo o parecer de Holmboe um idioma scythico ou turanico, inteiramente alheio ás linguas indo-europeas, e alliado mais ou menos estreitamente aos idiomas finnicos e lappicos e á lingua magyar[1] des-

[1] «Til den cudiske Æte synes ogsaa Baskerne eller Oeskaldunerne i de nordvestlige Pyrenæer og ved Kysterne af det biskaiske Hav at höre; thi deres Sprog (oeskarisk) har adskilligt tilfaelleds med Finsk, Lappisk og Magjarisk.» *Det norske Sprogs væsentligst Ordforraad* & por Chr. Andr. Holmboe (em norueguez) Vienna 1852. Introd. pag. 1.

cenderiam do ramo celtico, ou *keltico* todas as linguas nativas na peninsula de áquem dos Pyreneus? Se como o attesta Zeuss[1] já desde antigos tempos as linguagens celticas se distinguiam pela sua variedade; se por outro lado, como affirma Cesar,[2] os belgas, os aquitanos, os celtas ou gallos differiam entre si na lingua, nas leis e nos costumes; se Strabão declara que os aquitanos eram inteiramente diversos dos gaulezes e mais proximos aos ibéros;[3] se contrapomos finalmente a estes testemunhos o que Tacito nos deixou escripto[4] que entre os gallos e bretões não havia grande differença de linguagens, não saberemos decidir-nos sobre se os celtas das Hespanhas fallavam idiomas proximos ou remotos dos que eram familiares aos povos da mesma origem nas Gallias e na Britannia. Qualquer que seja a hypothese adoptada, é certo que de todas as linguagens falladas antiga-

[1] *Grammatica celtica e monumentis vetustis.* 2.ª Ed. Berlin 1871. — Pref. v.
[2] *De Bell. Gallic.* I.
[3] *Geograph. lib.* IV. 1761.
[4] *Vit. Agricol.* XI. Sermo haud multum diversus.

*

mente na Peninsula apenas, por um raro privilegio de tenaz vitalidade, saiu vencedora da lucta com os idiomas extrangeiros e com as influencias da conquista, e alcançou perpetuar-se até os nossos dias, a que ainda hoje é vulgar nas provincias vascongadas. O embate de tantos idiomas peregrinos com o fallar indigena, devia modifical-o profunda ainda que pausadamente. As linguagens, que pertencem a familias diversissimas, resistem com maior tenacidade á reciproca influição do seu contacto. Os hebridismos e crusamentos não são realisaveis senão quando ha semelhança no organismo. Não faltam porém exemplos numerosos de que as linguagens mais antagonistas na sua phonologia e na sua estructura flexional ou syntactica, cedam uma á outra muitos dos seus vocabulos, algumas fórmas grammaticaes, e não raro o seu proprio alphabeto, mais ou menos modificado para accommodar-se aos sons differentes, que tem de representar. Assim a lingua turca, sendo como é turanica, adoptou do arabe, que é semitico, a escriptura e uma parte do

vocabulario, e do persa, que é indo-germanico, grande numero de locuções. A lingua malaia tão inconciliavel com as semiticas, escreve-se com o alphabeto arabigo. As linguas derivadas do sanskrito não ficaram, principalmente o hindustani, alheias á influencia do idioma fallado pelos seus conquistadores muselemanos. É pois natural que as linguas indigenas da peninsula hispanica se fossem alterando com a mescla de alheios vocabulos, á medida que no seu vastissimo territorio iam successivamente desfilando os invasores, desde os carthaginezes até os arabes, e que mais fortemente se impregnassem de elementos forasteiros, quando era mais diuturna a permanencia dos vencedores, e mais intima a connexão politica e social com os novos hospedes, como aconteceu principalmente nas invasões dos arabes e dos romanos.[1] Devia ser mais profunda a alteração na linguagem pelo influxo d'estes ultimos do que pelo contacto dos primeiros, porque o idioma latino per-

[1] *So vieler Vœlker Herrschaft oder Niederlassung auf einem und demselben Boden konnte kaum ohne eine starke Sprachmischung vorubergehn.* Diez. Gramm. der Rom. Sprach. I. 95.

tencia não sómente á grande familia indo-européa, em que o celta se filia, mas os dois idiomas tinham entre si laços mais estreitos, ambos se incluiam no mesmo genero, ou grupo de linguagens appellidado o *italo-celtico*, que bifurcando-se em idade comparativamente moderna, brotára n'uma direcção o ramo celtico, donde sairam as linguas já extinctas da Gallia, e as linguas celticas ainda existentes nas ilhas britannicas e na velha Armorica ou Bretanha franceza, — o *gaelico*, o *irish*, *erse*, ou hibernico, o *welsh*, ou dialecto do paiz de Galles, o *cambrico*, *o cornish*, ou dialecto do Cornwall, o *aremorico*, ou bretão, e o *kymrico* ou *cymbrico*; e na outra direcção o latim, com as linguas romanicas ou *romances*, e as linguagens extinctas, da velha Italia, taes como o *osco* e o *umbrico*.[1]

Se as linguas celticas eram as dominantes na peninsula (o que se poderia com muita probabilidade determinar confrontando com

[1] Veja a taboa genealogica das linguas indo-germanicas no fim da memoria. «*Die Darwin'sche Theorie und die Sprachwissenschaft*» (a theoria de Darwin e a sciencia das linguas,) Weimar. 1863 por Aug. Schleicher.

os monumentos celticos da Gallia e da Britannia e com as linguas affins ainda hoje vivas os nomes peninsulares, principalmente geographicos, citados nos escriptores gregos e romanos, á semelhança do que em relação ás reliquias da linguagem gaulesa, preservadas nos *commentarios* de Cesar, fez o erudito Gluck[1]) é certo que os vestigios celtas desappareceram sob os estratos sobrepostos de uma linguagem nova e de uma nova civilisação. Se pelo contrario fosse verdadeira, — e não a cremos tal, — a opinião de Guilherme de Humboldt, seguida por Milne Edwards de que a lingua vasconça, hoje relegada para uma nesga septentrional da Hespanha, representa o idioma dos seus primitivos moradores,[2] seria manifestamente absurdo o pretender explicar a descendencia da lingua portuguesa, entroncando-a n'uma

[1] *Die bei C. Julius Cæsar vorkommenden keltischen Namen in ihrer Echteit festgestellt und crlautert von Christ. Wilhelm Gluck.* Munich 1857.

[2] Wilhelm von Humboldt's *Untersuchungen ueber die Urbewohner Hispaniens* (Investigações sobre os habitantes primitivos de Hespanha.) 1821. — H. Milne Edwards — *Recherches sur les langues celtiques,* Paris 1844. pag. 128 e seg.

familia inteiramente incompativel com os idiomas indo-germanicos.

Ha em Tacito[1] uma expressão, que póde em certa maneira authorisar a supposição de que as linguagens celticas, falladas na peninsula, não andariam desconformes das que eram vernaculas na Britannia. *Silurum colorati vultus et torti plerumque crines, et posita contrà Hispania, Iberos veteres trajecisse easque sedes occupasse fidem faciunt;* quasi dizendo que a côr do rosto nos silurios, os seus cabellos annellados, e a circumstancia de ficar a Hespanha fronteira ao littoral britannico davam testemunho de que os antigos iberos teriam passado os mares e feito sua morada n'aquellas ilhas.

Como quer que seja, se na peninsula havia linguas celticas, deveriam ser ligadas por chegado parentesco aos idiomas congeneres fallados nas Gallias, na Hibernia, na Britannia. É plausivel que tivessem com elles uma phonologia commum, ou pelo menos baseada em fundamentos semelhantes, um mes-

[1] Tacit. *Vit. Agricolæ.* XI.

mo organismo flexional de affixos, infixos e suffixos, uma textura grammatical análoga, e um mesmo fundo de raises e vocabulos. Deveriam ter ao menos entre si relações eguaes ás que se observam entre as varias linguas romanicas, entre os idiomas derivados da velha stirpe *nórdica*, — o islandez, o norueguez, o sueco e o dinamarquez, — entre as linguagens do ramo baltico ou lithuanico, taes como o prussiano, ou *borussico*, hoje extincto, o lithuanico actual, e o *lettico*, ou entre as linguas pertencentes ao tronco slawo, propriamente dito, o *Elboslawo*, já hoje fossil, o slawo ecclesiastico ou antigo bulgaro, o *sorbico*, o polaco, o bohemio, ou *tchech*, o russo, o *slowenico*, o serbio, e o bulgaro.

Ora com os escriptos dos celtologos modernos e com os numerosos vocabulos das linguas celticas, é possivel achar um fio assaz seguro, que nos encaminhe e vá guiando no labyrintho das suas origens. A grammatica dos idiomas d'esta familia é hoje um thesouro solidamente conquistado para a sciencia pelos trabalhos profundissimos de Ebel e do

professor Zeuss, que na sua *Grammatica celtica*, methodisou as suas proprias investigações e aproveitou o que desde o XVII seculo até os nossos dias se havia escripto ácerca da grammatica e lexicologia da lingua hibernica, pela diligencia de Mac Curtin, O'Brien, e O'Reilly, da lingua *gaelica* ou *gaedelica*, pelos estudos de Stewart, Armstrong, Mac Leod, Dewar, Kelly, da lingua cambrica, ou cymrica, *wallica*, ou *welsh* pela erudição de Davies, Llwydius, Owen, Spurrel, da lingua *cornica*, ou *cornish* pelos escriptos de William Pryce, e finalmente da *aremorica*, ou do idioma bretão pelas disquisições de Milne Edwards, de Le Pelletier, Le Gonidec, Hersart de la Villemarqué, Dumoulin e Adolphe Pictet.[1] O douto Zeuss collacionou escrupulosamente os codices antigos, em que se guardavam os vetustos e authorisados monumentos das linguagens celticas.

Entre a nossa lingua vernacula e os idiomas celticos, existem na verdade aquellas re-

[1] A. Pictet e Milne Edwards trataram nos seus escriptos não sómente do bretão, mas de todos os idiomas celticos, o primeiro confrontando-os com o sanskrito.

lações e analogias, que são communs em primeiro logar a todas as linguas indo-germanicas, e que se tornam mais estreitas quando se comparam entre si as linguagens de um ramo particular d'aquelle tronco, — o italo-celtico. Mas estas semelhanças são puramente devidas á commum origem, e não á descendencia e filiação das linguas italicas a respeito das celticas, suas contemporaneas. É verdade que se confrontamos os pronomes, os numeraes, os proprios verbos, as leis geraes da composição dos vocabulos nas linguas dos dois generos, acharemos affinidades, que ainda são visiveis posto que em menor grau quando comparamos qualquer d'esses idiomas com os de outra familia mui diversa, por exemplo a indo-iranica, a teutonica, a slawo-lettica. É verdade que os numeraes hibernicos e ainda mais os britannicos teem notavel semelhança com os latinos e com os portuguezes que d'elles se derivaram. Assim para exprimir o numero *um* o hibernico diz *oin* ou *óen*, e o britanno escreve *un;* para designar *dois* o primeiro põe o vocabulo

dá, e o segundo as vozes *dou* e *deu;* e assim nas duas linguas se expressa o numero tres respectivamente por *tre* e *tri*, quatro por *cethir* ou *cethar*, e *petuar;* cinco por *coic*, *cinc*, *cuinc* (= lat. quinque) e *pimp* (= greg. πέντε, eolic. πέμπε ao allem. *funf*, ao sanskrito *pañkan*); seis por *sé* e *chwech;* sete por *secht* e *seith;* oito por *ocht* e *óith;* nove por *noi* e *naw;* dez por *dech* e *dec.* Mas esta semelhança, que egualmente se realisa quando se comparam estes numeraes com os sanskritos, os gregos, os allemães, os slawos, os letticos e lithuanicos, e com os de todas as linguagens indo-germanicas, é apenas o documento de que todos estes idiomas por successivas transformações se derivaram de um typo commum, a que podemos dar com Schleicher o nome de *lingua primitiva indo-germanica (Indogermanische Ursprache.)*[1]

Se entre os numeraes celticos e os portuguezes se encontram pronunciadas semelhanças, o confronto dos pronomes pessoaes con-

1 *Compendium der Vergleichende Grammatik der Indogermanischen Sprachen* von Aug. Schleicher. 3.ª ed. publ. por Leskien e Schmidt; Weimar 1871 pag. 7 e 9.

vence-nos plenamente de que esta cathegoria de palavras na nossa lingua nacional se não derivou dos pronomes celticos. O pronome *eu* deduz-se mais naturalmente do latim *ego*, egual ao greg. εγω, ao allemão *ich*, ao dinamarquez *jeg*, ao sanscrito *aham*, do que da fórma hibernica *me*, da cambrica *mi*, ou na mais antiga fórma *esmy*, da cornica *my*, *me*, da aremorica *me*, as quaes todas eram evidentemente casos obliquos de um pronome primitivo, de que se perdeu o caso recto. O pronome portuguez *nós* é identico ao pronome latino, e o que lhe corresponde nas linguas celticas é o vocabulo *ni*. O pronome portuguez *tu*, egual ao latim *tu* e ao dorico τυ, é tambem egual ao pronome hibernico *tu*, mas no caso recto differe do cambrico *ti*, do cornico *ty* ou *te*. *Vós* é graphicamente egual á palavra correspondente em latim, emquanto que o pronome da segunda pessoa do pessoal é na lingua hibernica *sib*, na cambrica *chwi*, na de Cornwall *why*, na aremorica ou britannica propria *hui*.

E é digno de reparo que tendo-se perdido

logo desde a primeira formação da lingua portugueza o uso dos casos ou declinações, sómente se conservaram as flexões nos pronomes pessoaes, correspondendo com pequena corrupção aos casos latinos. E mantendo-se as declinações com uma extrema riquesa de fórmas n'algumas das linguagens celticas, ainda hoje vivas, taes como a hibernica, posto que faltem quasi inteiramente na britannica, só dos pronomes na sua fórma absoluta nos casos obliquos, apenas existam rarissimos vestigios.[1]

Comparando os pronomes possessivos, ha de ser difficil conciliar, por exemplo as fórmas hibernicas, *arn*, e *farn*, e as britannicas *an* e *awch* ou *ych* com as fórmas portuguesas *nosso* e *vosso*. E é sabido que nenhuma cathegoria de palavras resiste com tão grande tenacidade ás degradações e metamorphoses como os pronomes e os numeraes, que existem por assim dizer no amago de um idioma.

[1] *In casibus obliquis . . . rariores sunt formæ positionis absolutæ.* — Zeuss *Gramm. Celt.* 2.ª edit. 327 — Cf. Schleicher *Compend. der vergl. Grammatik* — 625. Ebel. *Keltische Studien.* Beytrag. V.

Nas linguas celticas ainda hoje vivas encontram-se algumas fórmas que são absolutamente identicas na sua expressão graphica a pronomes portuguezes. O dialecto cambrico emprega a palavra *eu* para designar o pronome possessivo da terceira pessoa do plural de qualquer genero como se vê no texto: *aossodassant* eu *hemendyth* (puseram a sua maldição), que se lê no *Legum cambricarum codex venedotianus*. O mesmo dialecto usa das vozes *meu, teu* como pronomes possessivos da primeira e segunda pessoa do singular, com ou sem artigo, como se observa n'estas orações: *ac y mae y* meu *i y lle hwnn* (este é o meu logar) e *tauawt lluwnda yw y* teu *di* (lingua ampla est tua) no codice intitulado *Mabinogion*.[1] Estas coincidencias, que aliás são raras, e das quaes só poderia ser concludente a do segundo exemplo, explicam-se naturalmente pela affinidade que existe entre as linguas celticas e as italicas, ambas derivadas do mesmo commum tronco, o italo-celtico e mais semelhantes entre si do que são o grego e o

[1] Zeuss. *Gramm. Celt.* 2.ª edit. 217.

sanskrito, o antigo bactriano e os idiomas neo-latinos. E todavia temos no sanskrito *aham*, *tvam*, no bactriano *azem*, *tum* e *tu*, no grego εγω, εγων (dialecto dorico) e τυ para exprimir pronomes da primeira e segunda pessoa e todavia ninguem sem visivel paradoxo se lembrou ainda de trazer de quaesquer d'aquelles idiomas indo-europeus a descendencia das nossas linguagens meridionaes.

Ha, porém, na lingua portuguesa e em todas as que hoje se fallam na Europa, uma especie de palavras, que inteiramente faltava na latina. Referimo-nos ao artigo. Tem sido ponto litigado entre os grammaticos e philologos nacionaes qual foi a fonte, d'onde veio á lingua patria este elemento grammatical. Aqui é que os *celtistas* podiam entrincheirar-se invocando para as suas origens propriamente peninsulares a honra de terem ministrado ao nossa fallar vernaculo, o que o latim lhe não podia legar em sua herança.

Mas vejamos quaes são os artigos nos idiomas do ramo celtico. Na lingua hibernica e

no caso recto é o artigo masculino *int*, *in*, no feminino *ind*, *in*, no neutro *an*, *a*. Nos dialectos britannicos temos *an*, *en*, para todos os numeros e casos, porque n'elles se verifica em relação aos artigos a mesma penuria de fórmas, que a respeito dos substantivos e adjectivos.

Alguem porventura pensaria ver no neutro hibernico *a*, e no commum britannico *an* a fórma primitiva dos nossos artigos portuguezes. A fórma feminina vernacula é de feito semelhante ao vocabulo britannico. Mas de que artigo celtico se derivou o artigo masculino portuguez? É facil concluir que nem sobre este ponto, certamente o mais obscuro e litigioso das nossas etymologias, podem as origens celticas esparzir satisfactoria claridade.

Uma das rasões, que mais preponderaram no espirito do cardeal Saraiva para negar-se a admittir a formação romanica da lingua portugueza, foi a ausencia das declinações. Não podia o douto benedictino comprehender como aquellas ainda opulentissimas flexões das linguagens italicas, particularmente da

latina (se bem já menos numerosas que no grego e no sanskrito, por serem privadas do caso instrumental e do locativo, do numero dual, da fórma verbal media, dos aoristos e de alguns outros notaveis caractéres) se teriam perdido inteiramente, se do tronco romano descendesse o nosso idioma nacional. Mas este reparo não tivera sido feito, se a Fr. Francisco de S. Luiz houvessem occorrido circumtancias, que era força ter presentes para tentar a solução do problema, que com tanta facilidade julgou ter formulado e resolvido.

A primeira é que as linguas na sua progressiva e lenta evolução, á medida que se amoldam ás exigencias de novas civilisações e de novos *momentos* na historia do espirito humano e das suas instituições, se vão degradando e corrompendo, ganhando na claresa o que vão perdendo na sua perfeição organica, lucrando em flexibilidade o que lhes mingua, por assim dizer, nas feições estheticas, passando de linguagens syntheticas a idiomas analyticos. Com rasão obser-

vou Schleicher, porventura o mais distincto glossologo allemão depois de Bopp, «que nos periodos historicos é a historia das linguas a historia da sua decadencia como taes, em consequencia de serem reduzidas pelo espirito humano á servidão.»[1] As linguas, como é hoje admittido por todos os linguistas, começam na sua ordem genealogica pela fórma monosyllabica, em que os elementos da linguagem estão ainda de todo separados e independentes, como ainda hoje succede no chinêz, no thibetano, no annamita, no siamez e no mantchú. N'este periodo as linguas são chamadas *isoladoras (isolirende Sprachen)*[2] pelo erudito Schleicher. Passam depois ao estado, em que uns as appellidam linguagens de *agglutinação* e outros de *juxtaposição*, no qual as raizes se reunem sem nenhuma alteração para constituirem as palavras, em cujo

[1] *In der historischen Perioden ist die Sprachengeschichte die Geschichte des Verfalls der Sprachen als solcher im Folge ihrer Knechtung durch den Geist.* Schleicher *Zur vergleichenden Sprachengeschichte.* Bonn. 1848 (Sobre a historia comparada das linguas) pag. 17.

[2] Schleicher *Compendium der vergl. Gramm.* 3. *Zur Sprachengeschichte.* 21 seg.

significado entram idéas de relação. A esta grande familia de linguagens pertencem a lingua magyar, as linguas finnicas, as tartaricas, o vasconço, as linguas polysyntheticas americanas, as de Dekhan, as da Africa meridional, as linguas malayas, e muitas outras. Segue-se depois o mais perfeito estado, em que as raizes primitivas se convertem em palavras pelo mechanismo da flexão. São as linguas chamadas *flexionaes*, e n'esta cathegoria se dispõem os idiomas indo-germanicos e os semiticos.[1]

No seu movimento ascensional as linguas tendem a tornar-se cada vez mais syntheticas. A palavra é um organismo complicado, que tem em si proprio os elementos, com que variar a sua significação, exprimindo por flexões (prefixos, infixos e suffixos) as multiplices relações que é chamada a representar. Esta perfeição organica da palavra, esta fórma viva do vocabulo, é nas linguas em que se rea-

[1] Schleich. *Zur vergl. Sprachengesch.* pag. 24. — Schleich. *Compendium der vergl. Grammatik* pag. 3. Cf. Bopp *Grammaire comparée des langues indo-européennes.* trad. de Mich. Bréa. 1866. pag. 225 e seg.

lisou, anterior a todas as commemorações e fastos da humanidade.[1] É puramente prehistorica e é um dos mais eloquentes testemunhos, que comprovam a antiguidade do homem e os centenares de seculos que porventura decorreram desde a sua apparição no globo até aos primeiros monumentos transmittidos pela escripta. «A formação das linguas, (diz Schleicher) a historia ascendente do seu desenvolvimento cae nos periodos prehistoricos dos povos; não ha um só exemplo historico de uma lingua que de novo se creasse.»[2]

Chegadas as linguagens ao apice da sua perfeição organica (é preciso escrupulosamente distinguil-a da perfeição logica, ou da capacidade que os idiomas possam ter ainda depois de corrompidos e degenerados para exprimirem as idéas mais completas n'uma larga e progressiva civilisação) principia o ramo descendente da sua curva. A lingua no primeiro

[1] Wir sehen zu geschichtlichen Zeiten keine Sprache weder entstehen noch sich vervollkommnen. *Zur vergl. Sprachengesch.* 14.

[2] *Zur verg. Sprach.* pag. 16.

momento da sua evolução, vae-se affastando do monosyllabismo primitivo, e escondendo e disfarçando cada vez mais as suas raizes, com o apparato e adorno das flexões. Começado que é o segundo *momento* da sua existencia, do seu *devenir* incessante (para nos servirmos de um verbo francez, correspondente ao *werden* allemão, que não tem exacto equivalente em portuguez) a lingua entra a decompor as palavras, por um processo de analyse continua. O vocabulo perde a grande variedade das flexões, e o idioma tende ao menos virtualmente a cair de novo na separação primordial das suas raizes. Não logra, porém, nunca esta persistente decomposição pôr a nú as mesmas palavras primitivas.[1] O movimento da analyse é semelhante a uma curva asymptotica, que nunca chega a encontrar a sua asymptota. A tendencia a retroceder á simplicidade primitiva da raiz, pela perda das flexões, é largamente compensada, n'esta segunda phase das linguagens, pela *composição* que se vae tornando tanto

[1] Schleicher's *Zur vergleichenden Sprachengeschichte* pag. 19.

mais necessaria e mais frequente, quanto o progresso das idéas multiplica as suas relações e obriga os idiomas a empregar todos os expedientes para enriquecer o seu vocabulario. A analyse limita-se a simplificar quanto possivel o apparato das flexões. Os casos desapparecem, ou ficam apenas representados por vestigios, desapparecem as fórmas syntheticas do comparativo; a riquesa das flexões verbaes cede o logar ás fórmas compostas com os verbos auxiliares. Já se não distinguem muitas vezes senão imperfeitamente, como succede no idioma inglez, as pessoas e os numeros do verbo. A lingua deixou por assim dizer a sua crystallisação regular e complicada, em que a raiz representa a fórma fundamental e para nos servirmos de uma comparação historico-natural, os vocabulos tornam-se compactos ou terrosos.

Succede na historia das linguagens o que no decorrer dos successivos periodos geologicos aconteceu ás rochas, de que se compagina a crusta ou capa externa do nosso glo-

bo. As rochas primitivas, os granitos, a ossada gigante da terra, o esqueleto immenso dos Titães, eram crystallinas e no mais perfeito estado, em que a naturesa póde apresentar a materia inorganica. Os agentes naturaes operando em centenares, em milhares de seculos, corroeram, e desaggregaram as rochas crystallinas, e levando aos lagos e aos mares, aos estuarios os seus detritos, deram origem ás formações sedimentares, as quaes se bem mais imperfeitas na fórma e na estructura, eram comtudo a condição essencial da vida e do organismo. Assim passou com as linguagens. Das mais complexas e syntheticas se foram derivando por successivas alterações os idiomas modernos incomparavelmente menos perfeitos e mais irregulares na sua morphologia ou no seu corpo, porém mais compreensivas e serviçaes pelo seu espirito e pela sua flexibilidade.

A ausencia ou a pobresa das flexões não annulla pois o parentesco de duas linguas, oriundas do mesmo tronco, nem pronuncia como impossivel que um idioma se filie n'ou-

tro mais perfeito e copioso na sua variedade morphologica. A lingua arabe tem declinações, posto que pobrissimas comparadas com as sanskritas, as zends ou bactrianas, as gregas, as do antigo slawo ecclesiastico, do antigo bulgaro e dos idiomas lithuanicos. O hebreu, que lhe é tão conjuncto e affin, carece de flexões para significar os casos dos nomes e suppre o officio d'elles pelo uso das particulas inseparaveis. E é provavel que a lingua mais antiga d'onde as duas procederam havia de ser caracterisada por aquella opulencia, de que no arabe ainda apparecem modestas reliquias nas flexões dos nomes triptotos[1] O latim posto que seja congenere do sanskrito, deixou perder nas suas declinações o caso instrumental e o locativo. Na lingua hibernica é admiravel a riquesa das flexões, e os casos faltam quasi de todo no ramo britannico das linguas celticas.

A lingua inglesa é porém o exemplo mais concludente do que póde a successiva degra-

[1] Vej. *Grammatica arabica breviter in usum scholarum academicarum conscripta* a T. Roorda, Lugd. Batavor. 1835 pag. 103 e segg.

dação de uma linguagem perfeita e complexa na sua estructura e nas suas fórmas grammaticaes.

Ninguem contesta que o idioma inglez seja uma vergontea do baixo-allemão, que se dividiu em frisio e em saxonio. O allemão ainda hoje manifesta a riquesa flexional da commum e antiga stirpe teutonica. E o inglez é tão pobre de flexões, que nem distingue em grande numero de casos o plural do singular. E ninguem ainda ousou acudir ás origens celticas para negar o berço tedesco da velha linguagem anglo-saxonia, que pela profunda influencia do francez, produziu o anglo-normando dos nossos dias.

E nenhum exemplo demonstra mais claramente do que o inglez, que as linguas celticas não tinham esta capacidade prolifica, que em tão alto grau caracterisou o sanskrito, o teutonico, e o latim. Nas ilhas britannicas o celta era a linguagem exclusivamente fallada e popular. Os romanos, pela sua escassa permanencia na Britannia, pouco poderam influir no fallar d'aquelles povos,

. . . penitus toto divisos orbe Britannos.

Quando as primeiras invasões do norte da Europa principiaram a irromper n'aquelle archipelago, acharam diffundidas por todo o seu territorio as linguas e dialectos celticos. E foi tão energica a influencia e tão duradoira a pressão dos povos conquistadores, que na Gran-Bretanha por exemplo, os idiomas indigenas, estreitados pela corrente da invasão, foram pouco a pouco cedendo o passo ás linguas de origem teutonica e buscaram nas montanhas da Escocia, no paiz de Galles, no Cornwall a sua derradeira cidadella, em que podessem perpetuar-se não como lingua politica e official, senão como idioma da familia e repositorio de uma litteratura local e decadente. A lingua que desde as invasões dos *Vikingar*, ou navegadores do norte (que no dizer dos historiadores scandinavos estenderam á Peninsula hispanica, sem esquecer Lisboa, as suas aventureiras correrias)[1] até á

[1] Sveriges Historia (Historia da Suecia) af G. H. Mellin Stockholm 1839. «Med 54 laengskeppe hade nemligen Vikingorne intagit Lisabon.» pag. 73.

conquista dos normandos e desde então até o desabrochar da opulenta litteratura inglesa, se fallou, se escreveu, e se foi aperfeiçoando na Inglaterra, como lingua popular, tinha por fundamento o anglo-saxonio, depois profundamente mesclado, quanto ao seu vocabulario, e a alguma das suas fórmas grammaticaes, pelas influencias do latim, não immediatas e directas, mas exercidas por intermedio do normando. O elemento celtico entrou na nova linguagem, ministrando palavras e alguns elementos phonologicos; mas a morphologia da lingua moldou-se pelo typo anglo-saxonio. Realisou-se aqui um dos exemplos numerosos d'esta lei de antagonismo, e de lucta perpetua e pertinaz, de que Darwin faz a primeira condição dos organismos na sua admiravel theoria da transmutação das especies, e que Schleicher applicou com tanta propriedade á transformação das linguagens e á sua derivação de typos primordiaes.[1] Ao gaelico, ao irlandez, ao *erse*, ao

[1] Vej. *Die Darwin'sche Theorie und die Sprachewissenschaft* von Aug. Schleicher. Weimar. 1863, pag.

cambrico, foi-lhes acontecendo como ás especies, cuja região geographica se vae contraindo e apertando, até que de todo o ponto se extinguem e deixam de figurar entre os organismos actuaes para se incluirem nas faunas ou nas floras paleontologicas. O dialecto cornico ou *cornish* desappareceu d'entre as linguas communs no seculo XVII[1] e não tardará porventura muito que a linguagem tão copiosa e elegante, que ainda representa o ramo celtico, tão diffundido na antiguidade, o idioma, em que se modularam os canticos dos bardos, pertença inteiramente á archeologia.

Se pois o celta, nas proprias ilhas Britannicas, na Gran-Bretanha, na Irlanda, na ilha de Man, onde ainda perseveram reliquias vivas do que foi, não logrou a fortuna de servir de fundamento ao idioma inglez, com que plausibilidade se pretenderia defender que

[1] «Iam per sæculum decimum septimum desiit esse communis lingua, usitata tantum in paucis quibusdam et remotis locis. Dicitur tamen hujus populi ultima cornicæ linguae gnara *Dolly* Pentreath, Dorothea P, quæ obiit anno 1778 nata annos 102.» Zeuss. *Gramm. Celtic.* Pref. pag. VIII not.

o celta da peninsula, o qual tão facilmente cedeu á invasão, a ponto de que não ha um só vestigio certo da sua antiga existencia, constitue a ossada primitiva da lingua nossa vernacula e desde antigos tempos subsistiu atravez de tantas e tão espantosas revoluções?

É um erro gravissimo suppor que os povos indigenas de uma dada região, resistem á corrente de uma invasão, que se torna em permanente occupação do territorio, em vassalagem, degradação e exterminio da raça conquistada. Quando duas civilisações estão em presença e disputam com forças desigualissimas moraes e physicas a victoria, a historia pronuncía sobre o indigena o *væ victis* do conquistador. Vejam-se as tribus da America do Norte, fugindo mais e mais diante do machado que rareia as selvas e ante a locomotiva, que dilata as fronteiras da civilisação. Vejam-se os *maoris* da Nova Zelandia tendendo rapidamente á extincção. Veja-se que lingua se falla no Mexico, onde uma civilisação incomparavelmente superior á dos celtas pe-

ninsulares, uma civilisação parallela á do Egypto, sua rival e sua congenere, povoou o territorio de pyramides collossaes, de *teocatlis*, como o de Cholula, gravou ou coloriu os seus engenhosos hieroglyphos, inventou um calendario complicadissimo e attestou por uma completa cosmogonia, por um systema mythologico, pelas reliquias de uma chronologia e de uma historia a sua energia creadora.[1] Quando d'aqui a poucos annos tiver desapparecido na Australia o ultimo representante da raça vencida, d'aquella que o professor Huxley, fez sob o nome de *Australoide*, uma das quatro fundamentaes do seu systema authropologico, poderá alguem affirmar que a lingua d'aquellas florentissimas colonias, porventura convertidas então n'um estado independente, não seja a inglesa mais ou menos alterada, mas um producto immediato dos idiomas polysyntheticos? Muito mais poderiamos allongar a presente nota, continuando o parallelo entre os idiomas cel-

[1] Vid. Alex. de Humboldt. *Vues des cordillères et monuments des peuples indigènes de l'Amérique.*

ticos e a lingua portugueza, instituindo o confronto entre as fórmas verbaes das duas linguagens. Abstemo-nos porém de accrescentar ás que fizemos novas e diffusas observações para evitar desnecessaria prolixidade.

NOTA 6.ª

«Quando um critico arrogante... pag. 16.

O escripto a que se refere este logar é o que saiu debaixo do titulo de *Apologia de Camões* e se deu á estampa em 1819. José Agostinho de Macedo, a quem não faltava engenho, mas em quem não sobrava o bom gosto litterario, nem era correcta e exemplar a locução e o estylo, principalmente nas suas prosas, cioso de se levantar á primeira plana entre os innumeraveis epicos portuguezes, sem exceptuar o que por consenso universal era no-

meado o principe dos poetas do seu tempo, perdeu o tradicional respeito ao vate dos *Lusiadas* e saiu a criticar desassombrado aquelle que todos veneravam por mestre e por modèlo. Não era desasisado que um escriptor imparcial e erudito rompesse os grilhões de um respeito supersticioso e intentasse aquilatar por uma analyse conscienciosa a valia do grande poema portuguez e relevar-lhe as imperfeições e os defeitos. Camões não é de certo inviolavel e a critica racional póde pôr de manifesto mais de um lunar pouco invejavel na famosa epopêa lusitana. O juizo esthetico do poema está ainda por fazer. Nem a turba dos idolatras, desde Manuel Corrêa e Faria Sousa até os enthusiastas dos nossos dias, nem os que sem consciencia detráem do cantor, acertaram em descontar as deformidades, ou em encarecer as formosuras do poema. O juizo de Macedo era porém tão iniquo e desabrido que nenhum portuguez se recusaria a defender o ultrajado poeta das glorias nacionaes.

Não são os *Lusiadas* um poema perfeito, na traça e no debuxo, no agrupamento das

figuras e na propriedade e vigor do colorido, na correcção da metrica, e na exacção e primor da linguagem. No desenho geral da epopéa não logrou o poeta copiar, nem ainda rastrear a unidade e bellesa da concepção virgiliana e ficou por ventura mal avantajado no seu confronto com outros epicos portuguezes de muito menor valia. O Tasso excede-o n'este ponto sem nenhuma contestação. Digam o que disserem os que tudo perdoam ou antes applaudem no Camões, o maravilhoso do poema, entretecido de reminiscencias e mythos pagãos, é pobrissimo de invenção e mal ajustado áquellas grandes acções, que n'elle se descantam, e entre ellas é sem duvida a principal, a que domina pelo seu fito espiritual e christão os heroicos episodios do assombroso periplo do Gama. O poeta na proposição dos seus *Lusiadas* nos intima logo desde a segunda estancia que vae cantar

> . . . as memorias gloriosas
> Daquelles reis, que foram dilatando
> A fé e o imperio.

O que o vate se propõe celebrar nas suas estrophes é ao mesmo tempo a conquista de novas e dilatadas regiões para a corôa portugueza e a adjuncção de inesperadas e fecundas glebas á vinha espiritual e evangelica. O poema é pelos heróes e pelo assumpto uma epopêa essencialmente christã. O seu maravilhoso devia pois ser subsistente com a idéa religiosa; porque não é licito ao poeta lavrar ao mesmo passo em dois campos contradictorios, em um a verdade, que lhe ministra a idéa fundamental, em outro a mentira, que só póde emprestar-lhe personagens inconciliaveis com o pensamento christão. Esta Venus, que ama extremadamente os portuguezes, é sem differença alguma a Venus já decrepita de Virgilio. Acostumada a encaminhar heróes e a escudal-os contra as insidias de numes invejosos e malevolos, desperta a vetusta Aphrodite ao cabo de mais de mil e quinhentos annos para renovar o officio e exercer de novo as suas velhas traças e artificios.

A opposição de Baccho é em certa maneira pueril. Comprehende-se na Iliada a sanha de

*

Poseidon e de *Athenè* (de que os romanos fizeram o seu Neptuno e a sua Minerva) contra os troyanos. Os dois grandes epos hellenicos, a Iliada e a Odysséa tem por idéa dominante a continuada intervenção das divindades, que constituem a republica aristocratica do Olympo, e o embate não raro apaixonado e violento de uns contra os outros numes principaes, imagem das tempestuosas aristocracias, que na edade heroica e depois nas epochas historicas, regeram os burgos e as cidades da antiga Hellade.[1] Os poemas, vulgarmente chamados de Homero, representavam o sentir e o viver d'aquellas edades primitivas. Zeus, e Poseidon, e Athenè, e Herè, e Aphrodite, e Apollo Smintheu e Hephaistos e o collegio inteiro dos deuses olympicos, tendo como caudilho e moderador o *pae dos deuses e dos homens*, πατὴρ ανδρῶν τε θεῶν τε, não são apenas a creação do poeta, nem os ornatos convencionaes da epopéa : são os proprios deuses hellenicos. É por seu arbitrio,

[1] Duncker. *Geschichte des Alterthums* (Historia da antiguidade.) Berlin 1856. III 284. *Die fur Ilion kaempfeuden Götter.*

temperado pelos decretos do destino, o *aisès*, e a *moira*, que se concertam e concluem os negocios humanos, na casa, na familia e no estado.[1] Quando o poeta faz depender toda a economia do seu poema, do conselho e industria de Zeus ou de Jupiter, na Iliada, e da interferencia de Athenè, na Odysséa, traslada para os seus cantos heroicos a crença religiosa do povo, cujos personagens e cujos feitos vae traçando e colorindo na téla mudavel da epopéa. E se o indiviso Homero, ou o Homero impessoal que fabricou os dois poemas se tivesse lembrado de povoar de deuses egypcios ou phenicios o theatro da sua acção, se Rhà, ou Astarte, Neith ou Melkarth tomassem partido pró ou contra Odysseus ou Heitor, ninguem hesitaria em capitular de importuno e absurdo o mechanismo poetico das creações homericas. Toda a epopéa, quando por baixo da ficção está como esteio e fundamento a lenda viva e a tradição immemorial de cada povo, tem a sua mythologia propria e nacio-

[1] Veja Carl Friedrich von Nagelsbach's *Homerische Theologie* (Theologia Homerica) Nuremberg. 1861. I Secção. § 29 e seguintes.

nal. Não entram nos livros epicos do Hindostão, no *Mahabharatta* ou no *Ramayana*, as divindades hellenicas, nem ao lado de Thor e de Freya nos sagas heroicos da velha Scandinavia, tomam logar os deuses assyrios, Bel e Sandon.

Poder-se-hia responder que os poemas hellenicos recontavam os feitos mythicos de idades incertas e nebulosas, emquanto os *Lusiadas* narrando acções quasi contemporaneas, não achavam uma apropriada mythologia nas crenças da nação ; e que era força desentranhasse o poeta dos veios antigos o oiro, com que exornar as suas ficções, mesclando aprasivelmente á chronica severa da sua epocha os arabescos imaginosos da fabula poetica, de cujo emprego se bem escrupulosamente limitado ao maravilhoso christão da meia idade, o Tasso pedia ser indultado logo na segunda estancia da sua *Gerusalemme*,

> . . . Ah! tu perdona
> S'intesso fregi al ver, s'adorno in parte
> D'altri diletti che de' tuoi le carte.

Imitando a norma de Homero e de Virgilio, logo desde as primeiras singraduras do arganauta aventuroso, congregara Camões no Olympo o senado dos deuses e conferira ao turbulento Baccho o custoso officio de chefe da opposição; emquanto Marte guiava como *leader* os votos da maioria. Não se entende, porém, como o piedoso Vasco da Gama, convertido agora em Ulysses ou em Eneas, para que os deuses se afadiguem pelo servir, não observe na terra os preceitos religiosos com que os antigos heroes auspiciavam as suas guerras e as suas navegações. Como é que os deuses se empenham em patrocinar o navegador, que ao iniciar a empresa nobre e arrojada, em vez de ouvir missa no Restello não consulta primeiro o oraculo de Delphos, Dodona ou Amphiarao e não se mostra por signaes irrecusaveis um pagão confesso e digno de que se amercêem d'elle os immortaes? Ora Vasco da Gama, apesar de que os numes gregos fervem em enredos e dissidios por causa da sua navegação, permanece christão impenitente, e não são menos

sonoro documento da sua fé ardente e inabalavel os bellos versos, com que descrevendo no canto III ao rei de Melinde os primordios de Portugal, lhe reconta a apparição de Ourique. Mal está concluida a larga narração das glorias portuguezas e christãs, quando ao sair o Gama de Melinde em principios do sexto canto, lhe sáe pelo travez da nau S. Gabriel o insidioso Thyoneo,

> . . . . que na alma sente
> As vantagens que então se apparelhavam
> Á gente lusitana, d'ellas dina

e como invejoso e réfece contradictor de portuguezes

> Arde, morre, blasphema e desatina

E mergulhando nas profundesas do oceano

> . . . . . vae-se á corte,
> D'aquelle a quem o mar caíu em sorte.

Convoca Neptuno as cortes marinhas, em

cuja descripção o Camões resgata pela bellesa dos versos a vulgaridade e incongruencia da ficção. O padre Baccho faz o seu discurso de truculenta opposição. De todos os deuses marinos sómente Proteu se peja de ser ministerial e bem quizera

> Dizer n'este negocio o que sentia

E observa o poeta que o deus tinha que fazer taes e tão graves ponderações que póde ser deixassem perplexo e talvez desacordado o concento dos numes oceanicos.

> E segundo o que a todos pareceu
> Era alguma profunda prophecia.

As prophecias foram sempre mal ouvidas do poder em todos os parlamentos e congressos. Parece que Protêo insistia em senhorear-se, como disemos, da palavra, porque

> . . . . . o tumulto se moveu
> subito na divina companhia

exactamente como nas modernas assembléas, quando a maioria se obstina em negar a palavra á opposição. E é notavel que Thetys condemna ao silencio o deus-tribuno, com dizer-lhe inflammada na mais piedosa reverencia por Poseidon:

> Neptuno sabe bem o que mandou

Neptuno era o governo, e os governos no juizo dos seus incautos parciaes têm sempre rasão contra as mais propheticas opposições. Excita-se nos mares a tempestade, mas Venus, por uma usurpação manifesta da alheia jurisdição, de que não ha exemplo nos poemas homericos, annulla os mandados de Neptuno, peitando por intermedio das suas nymphas a Boreas e a Noto, os executores da vingança de Baccho. Logo em seguida no canto VII, o poeta sorri do mechanismo pueril dos seus deuses olympicos e n'uma vehemente e varonil allocução aos principes da christandade os exhorta a que propaguem e defendam a lei santa que professam.

Até aqui os nossos reparos sobre a contextura poetica dos *Lusiadas*. Salvo o respeito ao immortal cantor, preterindo as observações sobre o estylo, a linguagem, os episodios, em que algo se depara que censurar, é licito colligir que não seria em Macedo temeraria a analyse do poema, se o fizera com lisura e imparcialidade, e a sua *Censura dos Lusiadas* poderia corrigir a supersticiosa adoração pelos proprios erros e deformidades da epopéa.

José Agostinho não tinha porém nem o talento, nem o gosto, nem a solida e profunda erudição, com que o seu contemporaneo Schlegel illustrava, convertendo-a n'uma sciencia, a critica litteraria. Ainda menos justo do que Luiz Antonio Verney, o padre Macedo não logrou com os seus reparos desthronar o grande poeta portuguez, nem sentar-se no throno da epopéa, de que aspirava a desapossar o Virgilio portuguez. Accudindo em defesa do poeta na sua *Apologia de Camões contra os reparos do padre J. A. de Macedo ao canto 5.º* o escriptor benedictino tinha a certesa da victoria, porque é exactamente o quinto canto

dos *Lusiadas* aquelle em que o vate revelou as mais intensas faculdades da sua creadora phantasia, se bem não soube libertar-se das cadeias mythologicas na soberba ficção do Adamastor.

NOTA 7.ª

Mas que o monge haja de inscrever o seu nome nas memorias da revolução politica... pag. 19.

A um homem tão notavel pelo seu entendimento, pela sua erudição e pelo seu amor da justiça, não podiam quadrar os erros e abusos da velha monarchia. Apesar de que o seu estado monachal o devia inclinar á tradição, o seu espirito nutrido pelas idéas novas não haveria de ser impassivel á revolução e á liberdade. O estado do reino, convertido de metropole em colonia pela ausencia do rei e do governo, os achaques po-

liticos e sociaes, que se haviam exacerbado com a guerra da independencia, a ancieda-de e fermentação dos animos, que todos re-conheciam ser precario o estado da monar-chia e carecente de promptos e energicos remedios, a persuasão geral entre os homens pensadores e experimentados, de que a an-tiga fórma de governo tinha já produzido to-dos os seus fructos e que era já infecunda para acudir aos males do reino, deviam in-fluir no espirito de Fr. Francisco de S. Luiz para o inclinar á defensão das idéas liberaes, de que era seguramente já desde muitos an-nos cultor apaixonado. No recesso tranquillo da cella, no remançado officio do magisterio, não corriam para elle indifferentes os succes-sos politicos. É provavel que o benedictino não se deixasse avantajar em civismo e zelo popular pelos que mais se esforçavam em plantar no reino as instituições liberaes, que na Europa iam fazendo numerosos proselytos e defensores.

Era o benedictino partidario da monarchia temperada, mas não menos favorecedor das

legitimas aspirações da sensata democracia. Anhelava o enlaçar a tradição e o futuro tornando a monarchia serviçal á causa popular e a democracia insuspeita á realesa. Quando se levantou em 24 d'agosto de 1820 o grito da revolução liberal, é de crer que as opiniões de Fr. Francisco e as suas eminentes qualidades o recommendassem aos que traçavam aquelle grande e patriotico movimento e que elles buscassem authorisar a revolução com um nome tão bem conceituado e ajudar-se do seu conselho e moderação nos lances difficeis que se esperavam.

Fr. Francisco de S. Luiz assevera na *Deducção dos factos da sua vida publica*, especie de autobiographia sua que *não tivera parte alguma no projecto da revolução, nem conhecia muitas das pessoas que se ligaram para o executar,* nem mesmo *algumas das que tinham concorrido para a concepção do plano, não tinha com nenhuma das outras amisade que se podesse chamar particular, nem correspondencia frequente... nem o seu voto ou conselho foi ouvido, ou sollicitado por pessoa alguma.*

Estas formaes declarações tiram ao cardeal a gloria de ter ajudado a planear a revolução. Resta-nos porém em face d'ellas o direito de conjecturar que o benedictino não era de todo o ponto estranho, e ainda menos avesso aos trabalhos que se iam proseguindo. Com alguns dos motores da revolução tinha relações e commercio epistolar, posto que infrequente. Não é raro que homens graves e importantes, os quaes não entraram nas revoluções, sejam convocados a ajudal-as e dirigil-as, quando triumphantes e taes sujeitos ha que sendo improprios para conspirar, são comtudo accommodados para tomar parte no governo. Se o illustre benedictino foi alheio aos trabalhos do conselho militar, origem da revolução, é manifesto que depois os applaudiu. Elle proprio significou a sua approvação nas palavras do officio, em que respondeu a José Ferreira Borges, o qual, em nome da junta provisoria do governo supremo, lhe participára a nomeação do futuro cardeal para membro d'aquelle poder revolucionario. «Estou perfeitamente convenci-

do, (escreve o monge-estadista) que de nenhum modo se podia manter a independencia, a honra e a gloria nacional sem uma resolução d'esta naturesa, tomada com unanimidade e vigor. E creio não menos que elrei pelo muito que ama os portuguezes não desapprovará uma medida, que vae dar o maior lustre á sua corôa e fará do seu reinado uma das epochas mais gloriosas da nossa historia. Julgo pois que acceitando esta honra... obedeço á voz nacional...»[1]

Devia ser publica e notoria a fama de Fr. Francisco de S. Luiz como cidadão e liberal, para que os revolucionarios do Porto se lembrassem desde logo de ajuntar o seu nome aos que figuravam na lista da junta suprema. E este é o maior encomio ao liberalismo do cardeal, que, sem elle haver contribuido para a traça da revolução, o julgassem todavia indispensavel no poder.

Na sua propria biographia declara o cardeal com a habitual chanesa do seu animo,

[1] Officio de 27 de agosto de 1820 nas Provas da *Memoria historica de D. Fr. Francisco de S. Luiz* pelo sr. marquez de Rezende.

que muitas vezes, estando já em Lisboa, instára energicamente para que o exonerassem do governo, reputando-se inhabil para cargo tão importante, e allegando, para reforçar as suas instancias, a naturesa de seus estudos e a profissão que por fugir do seculo havia procurado.

Das declarações do cardeal no papel, que já citámos e dos seus actos de homem publico resulta manifesto que associando-se á revolução e participando no governo, nunca deslustrou pela violencia a mansidão do seu caracter apostolico, nem fomentou a impiedade, nem pretendeu que se maculasse a liberdade com as exaggerações, que tantas vezes a põem a lances perigosissimos. No conselho jámais o receio da impopularidade lhe torceu o voto e o dictame, opinando sempre o que lhe parecia mais justo, e evitando com a sua grande authoridade moral que se deshonrasse a revolução com providencias arbitrarias ou iniquas, ainda quando a opinião desvairada ou incendida pelo receio da reação as parecia reclamar.

Era Fr. Francisco de S. Luiz extremamente liberal, mas não desconhecia os perigos innumeraveis, que ameaçavam a revolução e os elementos hostis, que a circundavam, ainda entre os proprios que desejariam arriscal-a sob color de a tornar mais democratica. É difficil que um povo passando do absolutismo para a liberdade e da inquisição para a tolerancia, possa attingir de um jacto a perfeita democracia. No cidadão, ainda na vespera encadeado, a marca do servo impressa pelo senhor, é um signal que o está encaminhando a cair novamente na servidão.

A revolução carecia de marchar com moderação, e com prudencia sem que comtudo perdoasse aos abusos inveterados, deixasse de estabelecer a egualdade politica e civil, e refundisse a anachronica administração, já então desproporcionada ás necessidades de uma illustrada monarchia.

A opinião mais avançada exigia das cortes que se iam congregar, fizessem uma constituição não menos liberal do que a hespanhola do anno 12. Os successos de 11 de no-

vembro de 1820, transtornando por um breve eclipse o andamento regular da junta suprema, e entregando por alguns dias á influencia militar os destinos publicos, fizeram prevalecer, contra o sentir do cardeal, a idéa de que aos representantes populares se impozesse mandato imperativo, assignando-lhes o dever de formular uma constituição egual pelo menos em democracia ás livres instituições de Cadix.

Congregadas as côrtes em fins de janeiro de 1821, findaram as funcções governativas da junta, e a soberania nacional, representada no congresso, proveu a que se estabelecesse um governo regular, que fosse o agente directo da assembléa e o mandatario nominal do soberano ausente no Brazil. As côrtes geraes e extraordinarias por seu decreto de 30 de janeiro de 1821, instituiram uma regencia de cinco membros, que eram Fr. Francisco de S. Luiz, o marquez de Castello Melhor, o conde de Sampaio, José da Silva Carvalho e João da Cunha Souto Maior. Nomearam para secretarios d'estado na repar-

*

tição do reino, o desembargador Barradas, na da fazenda, o desembargador Francisco Duarte Coelho, na dos negocios estrangeiros, Anselmo José Braamcamp de Almeida Castello Branco, na da guerra o marechal de campo Antonio Teixeira Rebello, e na da marinha e ultramar o chefe de divisão Francisco Maximiliano de Sousa.

Entrou Fr. Francisco de S. Luiz a fazer parte da regencia, não sem que logo de principio se lhe suscitassem desgostos e contradicções, que muito lhe despraziam. Previra-se a hypothese de que o principe real chegasse a Portugal antes que estivesse decretada a constituição e urgia que n'este presupposto estivessem redigidas as bases do novo codigo, para que fossem desde logo appresentadas ao successor del-rei e por elle juradas solemnemente. Commetteu a regencia ao benedictino o encargo de as escrever. Obedeceu Fr. Francisco de S. Luiz. N'ellas formulou os principios de uma livre monarchia representativa, fugindo cautamente á franca democracia, que depois veio a prevalecer na cons-

tituição. Pertencia o cardeal visivelmente á escola moderada e doctrinaria, mas não era por isso menos sinceramente addicto á revolução e ás pautadas limitações, que convem oppor ao arbitrio dos governos e á prerogativa dos monarchas. As bases redigidas pelo futuro cardeal eram a mais clara demonstração de que elle amava entranhavelmente a liberdade, se empenhava em plantal-a em Portugal, amparando-a desde o berço com as sensatas providencias, que mais se lhe affigurava a podiam defender contra os extremos demagogicos e as ciladas da reacção. No esboço escripto por Fr. Francisco de S. Luiz lançavam-se as linhas principaes da monarchia representativa, assegurando á dynastia de Bragança as corôas de Portugal e do Brazil, proclamando com a liberdade e a egualdade os direitos essenciaes dos cidadãos, instituindo a divisão e independencia dos poderes. E é notavel que sendo o redactor d'este projecto um religioso de tamanha austeridade e tão irreprehensivel na sua piedade monachal, declarasse no art. 3.° das

suas bases o catholicismo como religião *dominante* em Portugal, sem accrescentar a intolerante limitação, com que as côrtes de Cadix no artigo 12.° do seu codigo politico haviam proclamado a intolerancia religiosa, tornando impossivel o exercicio de qualquer outra communhão. Sobre este ponto, que ainda hoje, apoz cincoenta e dois annos, não está legalmente resolvido em Portugal, escreveu o monge benedictino uma douta e prudente reflexão, em que transparece a tolerancia do seu animo para com os que de futuro professassem uma diversa crença religiosa. [1]

O augusto congresso teve todas as grandes qualidades e todos os defeitos infantís de quantas assembléas se reunem pela primeira vez nos povos recem-emancipados de uma larga oppressão e despotismo. A soberania suffocava a legislatura. Era como se abafasse debaixo da opa roçagante que lhe pendia das espaldas.

O congresso tinha mesclada com as suas

[1] *Sobre o artigo* 3.° *das bases da constituição* nas Provas da *Memorias historica* pelo sr. marquez de Rezende.

virtudes incontestaveis uma certa dose de *parvenu*. Compunha-se de homens quasi todos graves e benemeritos, distinctos uns pela sua sciencia e illustração, outros pela sua condição e hierarchia. Quasi todos pertenciam ás classes privilegiadas, áquellas que parecia deverem ser as mais zelantes em amparar e fortalecer a velha monarchia: desembargadores, lentes, officiaes generaes e superiores, inquisidores, prelados, grandes proprietarios, membros da nobresa de provincia. Mas — facto paradoxal e digno de reparo — a exaggeração das idéas democraticas era quasi sempre proporcional á eminencia da cathegoria social. Não eram ainda chegados os tempos, em que homens obscuros e ignotos, bachareis saidos recentemente dos bancos da universidade, audases aventureiros fraudariam o suffragio e conseguiriam o diploma de legisladores.

A assembléa soberana de 1821 era pelas pessoas dos seus membros mais respeitavel porventura que a primeira assembléa franceza, onde em 1789 se proclamaram os principios da liberdade. A sciencia, a illustração,

a gravidade, a experiencia dos negocios estavam representados n'aquelles homens, que eram por assim dizer a flôr da intelligencia nacional. Nenhum dos portuguezes mais notaveis pelo talento fôra deslembrado pelo suffragio, ainda então singello e inexperto dos meneios e sobornos, com que se desnatura e falsifica a expressão da vontade popular.

Entre os homens de toga, a quem os estudos da sua profissão mais inclinavam ao tracto dos negocios politicos e sociaes, tinha o primeiro logar pela sua immensa popularidade e pela puresa dos seus principios aquelle primeiro apostolo da liberdade portugueza, Manuel Fernandes Thomaz. Era-lhe superior nas faculdades oratorias, egual na convicção revolucionaria aquelle fogoso tribuno, que fundou e desde logo ergueu á sua maior altura e luzimento a tribuna parlamentar, o ardente Borges Carneiro, de cuja eloquencia nos restam os arrojados lineamentos, se bem não possamos á justa aquilatar os raptos da sua vigorosa declamação.

Nas bancadas do congresso das Necessida-

des tomavam logar jurisconsultos de tão firmada reputação como Ferreira Borges, Corrêa Telles, Ferreira de Moura, nomeado entre os mais insignes oradores da assembléa popular, José Vaz Corrêa de Seabra; cathedraticos distinctos da Universidade, taes como Camello Fortes, Pinheiro de Azevedo, Trigoso, Soares Franco, Serpa Machado, Thomé Rodrigues Sobral, Basilio Alberto, então juvenil, e talvez o unico representante ainda hoje vivo d'aquelle congresso veneravel; geometras illustres, lentes da academia de marinha, Travassos, Rodrigo Ferreira da Costa, Simões Margiochi, Villela Barbosa, ambos depois elevados aos mais eminentes cargos publicos o segundo no Brazil e o primeiro em Portugal; officiaes benemeritos pelos seus serviços ou pelos seus talentos eminentes, Povoas, Pamplona, Mollelos, Gonçalves de Miranda, José Antonio da Rosa, Barreto Feio, Franzini; homens publicos distinctos, como José Antonio Guerreiro, um dos futuros restauradores da liberdade na regencia da Terceira, Manuel Antonio de Carvalho (depois

barão de Chancelleiros,) Hermano Braamcamp, Pereira do Carmo, Xavier de Araujo, Ribeiro Saraiva.

Parecia que a nação, no primeiro alvorecer da sua liberdade, ainda innocente d'estas doutrinas viciosas e d'estas praxes corruptoras, que maculam a urna eleitoral, andára buscando patriotica os homens de maior valia pela alteza do seu entendimento, pelos quilates do seu saber, ou pela eminencia da sua posição social, para confiar-lhe o encargo honroso, mas difficil de firmar na constituição os principios liberaes e realisar nas instituições e nos costumes a revolução iniciada pelo conselho militar.

O congresso respondeu ás esperanças e aos votos da opinião, redigindo e approvando a primeira constituição livre e democratica, de que o paiz poude apenas antegostar os fructos politicos e sociaes.

Aquella constituição formulava ousadamente os mais espinhosos problemas do direito publico e resolvia-os sem a minima hesitação. Proclamava a democracia como principio fun-

damental e como direito primitivo e inalienavel. Impunha-lhe depois como limitação que a sociedade portugueza se havia de reger sob a forma da monarchia representativa continuando a ser hereditaria na familia de Bragança a primeira magistratura da nação.

A soberania nacional era expressamente reconhecida pelo novo codigo politico e os legisladores das Necessidades inferiam d'este precioso postulado todas as consequencias, que d'elle derivam naturalmente, e davam como pedra fundamental a todo o edificio do governo o suffragio popular. A monarchia vinha a perder assim o seu caracter tradicional e a sua divina sagração. Era apenas uma instituição de direito positivo, uma estipulação consensual entre o rei e os cidadãos. A realesa, que tinha sido uma funcção augusta e quasi sobrehumana, entrava na cathegoria dos officios da republica, embora fosse o cargo mais elevado, e a pessoa do soberano ficasse envolta na athmosphera da ficção constitucional, e nos penetraes do sacrario politico vivesse irresponsavel legalmente e alheia

por hypothese ás paixões e aos interesses dos partidos.

A constituição delimitava ciosamente (como a theoria ensina e a pratica tem sempre recommendado) os dois poderes politicos do estado,—o executivo e o legislativo. A faculdade legislatoria pertencia ao povo. O governo era da exclusiva attribuição dos agentes responsaveis da corôa. Nas relações necessarias entre os dois poderes, a preeminencia competia ao congresso dos deputados, representantes genuinos da soberania e da vontade nacional. O rei tinha apenas *véto* suspensivo. A seu lado e para se esclarecer nos casos graves da governança, tinha um conselho de estado, cujos membros não eram exclusivamente nomeados pela corôa, senão por ella escolhidos em lista triplice apresentada pela augusta assembléa. Para que nunca ficasse interrompida a representação popular e a sua continua e directa intervenção e vigilancia na leal execução do pacto politico e na severa administração dos negocios publicos, uma *deputação permanente* das côrtes velava junto

do poder executivo, emquanto permanecia encerrada a legislatura.

A esta especie de *ephorato* constitucional cabiam largas e valiosas attribuições, entre ellas a de convocar, *jure proprio*, as côrtes extraordinarias, nos casos em que a assembléa se devesse congregar, segundo as prescripções da constituição.

Segundo esta lei fundamental em vez de que o rei tivesse a minima influencia legal na legislatura, como succede no regimen actual, pelo direito illimitado de dissolver, e addiar o parlamento, nomear os membros da segunda camara, e negar a sancção regia aos decretos das côrtes geraes, era pelo contrario a representação nacional que, saída unicamente do suffragio, não sómente consubstanciava em si todo o poder legislativo, mas exercia ainda a censura universal sobre os actos da corôa e do ministerio.

Já vimos que D. Fr. Francisco de S. Luiz, espiando de longe os escolhos, que demoravam no rumo das novas instituições, votara na regencia por uma constituição liberal, mas

prudentemente moderada, a qual podesse congraçar a corôa facilmente com as franquezas e immunidades populares e a inclinasse a defender sinceramente as novas idéas contra a sanha de seus implacaveis adversarios, aconselhados pela parte mais poderosa e irrequieta da familia real.

A sorte estava porém lançada, não havia retrogradar. Votou-se a constituição. E ao passo que se fôra elaborando, levantaram-se no congresso debates agitados, que tendiam a pôr de manifesto os abusos da velha monarchia e os erros capitaes da sua administração.

Mas se o congresso era ousado e resoluto em affirmar os principios de uma radical democracia, esquecia-se de que só por si a revolução das instituições politicas altéra pouco profundamente a vida moral de uma nação. Uma fórma de governo, quando por largo tempo exercitada, modifica em certa maneira a condição de cada povo, mas é sem duvida mais poderoso e efficaz o influxo, que as instituições sociaes e os costumes exercem na

vida publica e nas relações politicas dos cidadãos. As constituições podem desbravar a superficie, mas é infecundo o seu trabalho, emquanto as fórmas tradicionaes da velha monarchia, as reliquias de todos os regimes desde o systema feudal até ao despotismo, alastram as suas raizes nas camadas mais profundas do sub-solo social.

O congresso de 1821 limitou-se quasi inteiramente á revolução politica, mas revolução escripta apenas no pergaminho de um codigo liberal. E não attentou em que por baixo do rebôco revolucionario ficava mal occulta a velha enxelharia de um edificio decrepito, mas ainda resistente ao tempo e ao camartello. A constituição era como uma arvore transplantada a inhospitas regiões e agora circundada de uma flora parasita, que lhe haveria de absorver a seiva escassa. De todos os tribunaes, ligados intimamente á antiga monarchia e ao seu poder descricionario sobre as consciencias, as pessoas, e a fazenda, sómente a inquisição tombou ás primeiras arremettidas populares; mas o santo officio, desde

que o marquez de Pombal o havia secularisado, era mais uma tradição sinistra do que uma tremenda e energica instituição.

Nenhum d'aquelles orgãos, de que se compunha a velha monarchia e sem os quaes lhe não seria dado funccionar, padeceu a sua ultima ruina aos golpes vibrados pelo braço revolucionario. A nobresa, com todos os privilegios e proventos, que ainda lhe deixára o grande ministro de D. José, atravessára incolume a revolução. Se o congresso era em verdade radical nos principios abstractos da democracia e tambem na sua concreta applicação ao mechanismo formal do governo politico, revelava-se por outra parte uma certa *morgue* aristocratica no seu modo de conceber a egualdade legal dos cidadãos. É notavel n'este ponto um debate levantado no congresso a proposito de uma petição dos facultativos militares, que haviam feito as campanhas da Peninsula e desejavam alcançar uma medalha, á semelhança da que se havia concedido aos officiaes combatentes do exercito. O congresso duvidava por esta occasião

de que aos cirurgiões se podesse conceder um habito das ordens militares, por que não eram fidalgos os requerentes.

A administração publica permaneceu quasi inalterada. Ao lado de um governo politico, essencialmente democratico, funccionava, em flagrante desharmonia um governo administrativo, á maravilha calculado para dar força á monarchia absoluta. Toda esta serie immensa de instituições, de tribunaes, de corporações, de officios, de sinecuras, que as dictaduras revolucionarias principiaram dez annos depois a demolir, desde os dias da Terceira até 1834, continuou a conviver com a revolução : as ordens militares com a liberdade de imprensa, os donatarios com as sociedades patrioticas, o monachismo com o livre exame, as milicias com a guarda nacional, a oppressão real dos capitães móres com o resfôlego momentaneo das soltas declamações. Era o cortejo da velha monarchia acceitando um logar de honra no prestito solemne da revolução e esperando o ensejo proprio a restaurar o absolutismo, mudando apenas no

scenario politico a vaporosa perspectiva da constituição.

A sociedade portugueza, que ficára a mesma sem mudança do que fôra nos dias ainda recentes do despotismo, acordou um dia ao estrepito e vozeria de uma bacchanal politica. D. João VI, que jurára a constituição, entrava na cidade n'um coche tirado por ignobeis cortezãos. Á altivesa democratica da vespera succedera a extrema abjecção, que póde padecer a dignidade do homem e a hombridade do cidadão. Alguns dos tribunos das Necessidades foram os primeiros cortesãos da Bemposta e de Queluz. Mas por honra da liberdade e dos seus primeiros congressos, digamos que nos membros mais conspicuos da sua grande maioria recrutou depois o absolutismo as mais illustres victimas. D'ali sairam apostolos e confessores da liberdade para agonisarem nos ergastulos, mendigarem nos exilios, padecerem nos desterros, e cansarem a propria tyrannia com a tenacidade e constancia da sua fé.

Teria sido outro e mais feliz o destino da

revolução, se a temperada e prudente constituição alvitrada por Fr. Francisco de S. Luiz, houvesse prevalecido? Crêmos firmemente que el-rei e principalmente a rainha e o infante, e a turba dos seus interessados cortesãos, sem esquecer a parte mais obscura, mais rude e mais selvatica do povo, teriam com egual ferocidade dilacerado uma carta constitucional, com o sello pendente da monarchia, ou um codigo politico decretado por um congresso popular. O odio dos absolutistas contra a carta moderada e realenga de 1826, é prova exuberante da nossa opinião. Fr. Francisco de S. Luiz houvera sido egualmente infesto aos olhos da reacção absolutista, e o congresso não haveria dado o nobre documento de formular, na presença da Santa Alliança e quando a cruzada reaccionaria avançava a passo accelerado contra a Europa meridional, uma constituição, que fazia de Portugal uma apparente domocracia com um presidente hereditario.

A revolução e o congresso, como o semeador do Evangelho, lançaram á terra as se-

mentes que haveriam de germinar, as que teriam de cair nas frinchas dos penedos, e as que os passaros deviam recolher por seu quinhão. Esta democracia estreita, mas firmemente enraisada, que hoje temos em Portugal, é mergulhia d'aquelle tronco primitivo. A carta, que foi uma concessão á necessidade, teria sido porventura uma simples restauração dos antigos tres estados, se a nação em 1822 não tivesse formulado e resolvido politica, posto que não socialmente o problema democratico na sua mais vasta comprehensão, acceitando como limite á soberania popular a conservação da realesa. Na ordem politica a revolução fez pois o que devia. Arvorou a bandeira e entregou a sua defesa e a sua vindicação á espada liberal. A reacção incruenta de 1823 e a ferocissima reacção de 1828 eram providencialmente necessarias á victoria das idéas democraticas. Era preciso que o despotismo, como o legendario monarcha de Babylonia, concluisse a existencia nas excitações e nos delirios do seu ultimo festim. Era força que o absolutismo demons-

trasse que não sómente se tornára uma instituição inconciliavel com o progresso politico, com a liberdade do pensamento, com os direitos da civilisação, mas um espectaculo repugnante á condição moral das modernas sociedades.

NOTA 8.ª

«. . . lh'as intimava a munificencia dos soberanos.» pag. 21.

D. Fr. Francisco de S. Luiz soltára-se dos vinculos do governo — sempre importuno a um varão modesto e amante das boas lettras — quando, voltando el-rei á metropole, a regencia se dissolveu e a suprema authoridade executiva se concentrou nas mãos do novo soberano constitucional.

Os meritos, as virtudes e os talentos do

monge benedictino estavam-lhe apontando naturalmente nas dignidades e honras ecclesiasticas ainda mais o justo reconhecimento das suas eminentes qualidades, de que a remuneração dos seus serviços á patria e á liberdade.

D. João VI chegára a Lisboa em 4 de julho de 1821. N'este dia cessáram as funcções da regencia. A 21 do mesmo mez recebia Fr. Francisco a communicação official de que elrei o havia nomeado coadjutor e futuro successor do bispo de Coimbra, e de que ao mesmo passo o designava para succeder no cargo de reitor reformador da universidade.

N'este ultimo officio entrou o bispo eleito a servir em outubro seguinte, porque o prelado, que então regia aquella corporação, o bispo D. Francisco de Lemos, sollicitou e obteve de elrei o ser exonerado d'este emprego.

Não foram desde logo coroadas de bom exito as deligencias, a que o governo procedeu perante a curia para alcançar a confirmação do bispo eleito.

O monge benedictino não estava em cheiro de exemplar reaccionario perante o Vaticano, que via com maus olhos a intervenção de um religioso claustral na primeira revolução, que os portuguezes haviam operado para a conquista da liberdade. Se houvermos de pôr fé nas palavras de José Liberato Freire de Carvalho, em suas *Memorias,* não faltaram aos curiaes especiosas rasões, com que demorar a confirmação. Affligia-se o ministro dos negocios extrangeiros, que então era Silvestre Pinheiro, com as passivas resistencias oppostas pela curia. Adoptadas afinal por conselho de José Liberato (segundo elle o historía) efficases providencias e intimado á côrte pontificia por maneira peremptoria o vehemente desejo do governo portuguez, conseguiu o agente de Portugal, Pedro de Mello Breyner, arrancar á chancellaria romana as bullas desejadas.

D. Francisco de Lemos, que por tantos annos occupára a cadeira episcopal conimbricense e regêra a universidade veio a fallecer em 16 de abril de 1822. E porque ainda a

este tempo não eram vindas de Roma as bullas de confirmação, as quaes se demoraram até ser quasi meado aquelle anno, foi Fr. Francisco de S. Luiz eleito vigario capitular da diocese de Coimbra a 22 de abril, quando eram passados poucos dias depois de estar a egreja viuva de pastor.

A 15 de setembro do mesmo anno foi sagrado o novo antistite na cathedral de Coimbra pelo arcebispo da Bahia, D. Fr. Vicente da Soledade, assistido por dois abbades benedictinos.

Achava-se agora o bispo investido em dois officios eminentes e de grave responsabilidade. Estava liberto do governo politico, porém não das obrigações parlamentares, porque tres collegios eleitoraes o haviam eleito seu representante nas côrtes ordinarias, que se haviam de reunir em fins do anno de 22.

Applicou-se ao mesmo tempo ás duas prelaturas com egual sollicitude, entendendo na reformação da universidade sem desamparar os cuidados pastoraes. Elle proprio compendiou na *Deducção dos factos da sua vida* os

principaes feitos do seu breve reitorado. Depois de se precaver contra a nota de suspeito, porque a si mesmo se applaudia, accrescenta Fr. Francisco de S. Luiz: «O bispo conde não duvida dizer que governou a universidade com a mais exacta e escrupulosa inteiresa, amor e observancia da justiça e com zêlo e assiduidade constante e infatigavel.»

E ainda que o bispo não tivera a mais firme reputação de veridico e modesto, a sua immaculada austeridade nos houvera de persuadir que bem presidiria ao fomento da instrucção e á reforma dos abusos academicos quem tanto presava a illustração e a puresa dos costumes. Elle proprio nos affirma que todos os papeis officiaes remettidos á secretaria de estado e mais de noventa portarias, que expediu em Coimbra sobre a economia dos estudos e a disciplina e fazenda academica, e quantos officios dirigiu a differentes repartições e magistrados para tutelar os interesses da grande corporação a seu cuidado, de sua lettra os notou, fazendo ao mesmo tempo officio de prelado e exercicio de

secretario. Era, segundo se depreende do já citado manuscripto, lastimosa a relaxação em que havia caido a universidade. «Proveu (diz Fr. Francisco de S. Luiz, fallando de si na terceira pessoa) proveu o laboratorio chimico de vasos de vidro de que estava totalmente desprovido... Fez dar balanço geral a toda a fazenda da typographia, tirando-a do cahos, em que estava desde muitos annos... e a fez pôr em marcha regular e administração fiel.»

Depois de recapitular os proveitos, que da sua prelasia academica advieram á universidade, restaurando a boa disciplina n'aquella corporação, excitando o zelo dos estudos, cohibindo os abusos administrativos, e pondo côbro ás demasias e escandalos, a que se habituára a mocidade, é digna de reparo e de louvor a singella ingenuidade, com que o bispo na *Deducção dos factos da sua vida*, passando a fallar de como encheu o seu officio pastoral, se lastima de não poder adduzir em seu favor como prelado ecclesiastico merecimentos e serviços eguaes aos do funccionario temporal. «Por infelicidade sua (diz Fr.

Francisco de S. Luiz,) não póde o bispo allegar no desempenho d'este emprego serviços eguaes aos que fez no governo da universidade!» Eram obvios os motivos do pouco que lhe foi dado amanhar na herdade espiritual. Elle proprio os resume como quem se desculpa e desonera a consciencia, á qual, sendo de homem tão douto e escrupuloso, remordia porventura a apprehensão de que mais podéra haver adiantado em proveito de suas ovelhas. O mesmo homem, se bem tão zeloso, tão activo, tão prudente, tão indefesso no trabalho, não bastava para acudir ao governo dos estudos e aos cuidados da sua grei. Muitas vezes, affirma o bispo, anceiava por algum ensejo de sollicitar e obter a sua demissão do cargo de reitor para que desasombrado de encargos temporaes, podesse vagar exclusivamente ao regime da sua egreja.

D'estes escrupulos o veio a pouco trecho aliviar o despotismo, que voltava de Villa-Franca, triumphalmente acompanhado pelos corypheus da reacção. O bispo alcançou que o exonerassem do officio reitoral. Insinuado

em setembro de 1823 para resignar o bispado, achou a instancia tão conforme ao seu desejo, que sem metter tempo entre a advertencia do governo e a propria deliberação, renunciou a mitra, que sempre mais temera por pesada do que ambicionára por brilhante.

NOTA 9.ª

«Aquelle religioso, que vem annunciar a Lisboa...» pag. 22.

A ordens religiosas constituem um dos factos mais singulares e mais notaveis na historia das instituições do christianismo. Está ainda por escrever um livro, em que, sem espirito de occasião, de parcialidade, e de systema, se apreciem e aquilatem os serviços eminentes, que estas republicas hieraticas, incluidas no meio da christandade temporal,

fizeram á civilisação, compondo e temperando a asperesa dos costumes, salvando nos cenobios as reliquias intellectuaes da antiguidade, continuando, posto que frouxa e corrompida a tradição da sciencia e da litteratura, tutelando os fracos e os humildes contra a oppressão e prepotencia dos soberbos e poderosos, ensinando aos pequenos a consoladora philosophia de uma republica celestial e bemaventurada, onde os pontifices, os imperadores, os reis, os principes e os senhores quiçá não poderiam ter entrada, e onde seriam acolhidos em triumpho os miseros e mesquinhos, a quem a adversidade houvesse perseguido e affrontado na sua breve peregrinação da vida temporal; mantendo a noção do direito, da justiça e da egualdade nas epochas nefastas, em que a tyrannia dos soberanos e a brutesa dos barões, proclamavam como principios sociaes exclusivos a força de seus montantes e achas de armas, a iniquidade das suas deliberações, e a ignominiosa desigualdade do servo e do homem livre.

As ordens religiosas realisavam no chris-

tianismo e com mais elevadas e santas aspirações, aquella mesma idéa moral e fecundissima, que na antiguidade hellenica havia inspirado as communidades pythagoricas e as havia constituido sociedades mais perfeitas e harmonicas do que as republicas civís, onde as paixões, os interesses, os egoismos, as antipathias de nascimento, de classe, de fortuna turbavam diariamente as relações pacificas dos homens e desatavam mais e mais os vinculos sagrados de sua amoravel fraternidade.

O Evangelho ensinava por seus conselhos uma vida practica mais extremada e mais pura do que a do commum dos seus alumnos. O mais subido estado do christão seria aquelle, em que o homem, abnegando de suas terrenaes inclinações, se despojasse idealmente do corpo e da materia, pelo sacrificio absoluto de seus apetites sensuaes, para viver na comtemplação da verdade eterna, como um peregrino, que impaciente de chegar ao suspirado termo da romagem, se assenta á beira do caminho agro e pedregoso, até que sôe o momento de tomar o bordão e de

apressar-se a longos passos em demanda da celeste Jerusalem. Esta metamorphose do homem mundano e imperfeito n'uma substancia participante da divindade; n'um grau proporcionado á sua finita condição, este incessante forcejar por destruir sequer subjectivamente o mundo da materia, este indefesso luctar do espirito contra a naturesa, este concentrar-se a alma na perenne contemplação do infinito, este *nirvana* christão, este anniquilar do individuo com maior insistencia e perfeição do que nos cultores enthusiasticos de Brahma, realisa-se a principio nos desertos, aonde fogem nos primeiros seculos da Egreja os anachoretas, remordidos do peccado, ou divorciados do mundo e cansados de suas delusorias imaginações.

O *monachismo*, n'este seu primitivo e litteral significado, punha de permeio entre o monge e a sociedade o ermo e a solidão. Havia algo de egoismo n'este fugir as occasiões, os perigos, as tentações, n'esta quarentena perpetua e intolerante, com que o solitario da Thebaida buscava segregar-se da humana

communhão, elegendo a sua gruta no reconcavo dos valles mais profundos, pendurando a sua choça nos mais erguidos alcantís, ou escondendo nas selvas mais ingratas a sua humilde habitação. O anachoreta, era como um soldado, que não fiando dos seus brios a sua galhardia na peleja, nem pondo inteira fé no ferro de sua lança, ou na certeira pontaria do seu dardo, para lidar em rasa campanha acudia aos meios de defesa e nas asperesas e brenhas mais solitarias e impervias se apercebia e acastellava contra as remettidas e assaltos do inimigo espiritual.

O monge solitario cuidava principalmente da sua propria salvação. Nos seus dialogos não queria mais interlocutor do que Deus, mais companheira do que uma naturesa agreste e indomestica, para lhe dar á justa e com mão avara os fructos escassos e taxados, com que amparar a vida na sua larga e voluntaria provação. Não prégava ás multidões, não reprehendia os vicios do seculo, não se insurgia em nome da Evangelho contra a abominação e torpesa dos poderosos, nem ia con-

fortar os que desesperavam, nem soccorrer os que padeciam, nem abrir na morada obscura dos infelizes e oppressos, uma fresta apenas, por onde viesse diffundir-se na fronte abatida do infortunio a luz da esperança e da salvação. Era como o naufrago, que tendo boiado n'um troço de gorupez até aos penhascos proximos da costa, distinguia ao longe confusamente as reliquias do seu lenho, ora levantadas, ora affundidas pela vaga, descuidoso de saber que destino aguardava, no furor da tempestade, os seus antigos socios no baixel.

Dos dois preceitos capitaes do christianismo, o anachoreta seguia com exaltação o que prescreve o amor de Deus; e punha no segundo plano o que ensina a caridade; retirando-se ao deserto, fugira do proximo, como o mais perigoso manancial de todas as tentações.

O solitario podia crear e fortalecer a ascese christã e deixar preceitos e dictados na vida contemplativa e purgativa, legar o seu nome á posteridade como espelho e profes-

sor de mysticismo. Mas não podia exercer nenhum influxo directo e proveitoso ao bem da humanidade. Toda a sua sciencia se resumia em batalhar pela sua perfeição individual. Ora o christianismo, como religião da humanidade, tinha pelo contrario por escôpo o melhorar, corrigir, e sanctificar as multidões. Logo desde os seus principios tinha consagrado em positivas instituições e em praxes consuetudinarias a unidade e a sympathia dos fieis. A sua associação chamava-se *ecclesia*, que era o nome dado nas republicas antigas á assembléa dos cidadãos. Desde a communhão dos bens até ás *ágapes* fraternaes tudo exprimia na egreja christã, que os seus filhos haveriam de viver unidos, não apenas pelo vinculo abstracto da mesma fé, senão pelo estreito laço de um amor, demonstrado a cada instante com officios de entranhada fraternidade.

Se pois dentro da sociedade christã, se houvessem de formar institutos particulares, encaminhados á mais estreita observancia, e a uma vida mais austera e consoante ao can-

dido viver dos tempos apostolicos, sómente seria conforme ao espirito evangelico, á doutrina do Divino Mestre, e ás praticas da caridade, que as novas associações se não desligassem inteiramente da mundana sociedade, antes fossem como as companhias graduadas da milicia espiritual, destinadas a guardar e a proteger as tropas menos esforçadas, e a prevenir contra as ciladas do inimigo o corpo inteiro da christandade.

O claustro acercou-se pois do povoado, para que estivesse a ponto de acudir ás necessida des multiformes da sociedade profana. O *cenobitismo*, sem esquecer a ascése e sem descontinuar os processos da vida contemplativa, corrigiu as piedosas demasias e soube alliar com os interesses da religião individual os destinos espirituaes da humanidade.

A extrema corrupção, funesta herança do mundo romano, tornava necessarias estas devotas corporações, em que o homem podia fugir ao seculo, sem todavia romper todos os laços que o prendiam a seus irmãos na fé e na caridade. Os Benedictos e os Basilios po-

voaram pois de casas religiosas o Occidente e o Oriente, e abrindo os cenobios e mosteiros como extremo refugio aos desenganados do mundo e das suas illusões, pagavam em beneficios espirituaes e em honestissimos proveitos o que a sociedade civil lhes accordava para seu alimento e moradia.

Quando os barbaros irromperam impetuosos nas vastissimas provincias do imperio agonisante, as quaes eram ao mesmo tempo os limites do territorio christão, a devassidão romana se por um lado era contrapesada pela indole varonil das raças septentrionaes, ainda não contaminadas pelas blandicias de uma civilisação decrepita, era por outra parte aggravada, em damno dos vencidos, pela feresa e brutalidade dos novos dominadores. N'aquelle ponto, em que na historia politica e religiosa da Europa, conflúem e se mesclam as duas correntes antagonistas, — a da civilisação romana e a das instituições germanicas, — succedera uma larga perturbação das relações domesticas e sociaes. Mais do que nunca n'aquelles primeiros seculos depois da

invasão, as casas religiosas serviam de cidadellas espirituaes contra a degradação dos costumes e contra a infracção quotidiana da justiça, assoberbada pela força, e da caridade, affrontada pela cobiça e egoismo dos altivos conquistadores. A cultura antiga estava a pique de affundir-se no immenso cataclysmo da invasão. Nenhuma força social restava já para contrarestar a torrente da barbarie, senão a Egreja. Nenhuma outra unidade subsistia no corpo outr'ora solido e consistente do collosso romano, senão a unidade mystica da fé. A Egreja, que não podia resistir aos barbaros com a espada, saia-lhes ao encontro com a palma dos confessores e com o verbo dos missionarios. Veturia, a matrona patriotica, tinha em nome da piedade filial divertido a espada do exilado vingativo, já apontada ao coração da patria, e forçára Coriolano a volver sobre seus passos, corrido e pesaroso de haver tentado um quasi-parricidio, aluindo e escalando os sacros muros da cidade eterna. A Egreja atalhava o passo ao barbaro, não exprobando a culpa ao filho ingrato, se-

não declarando-se a mãe adoptiva e affectuosa do antigo sectario de Wodin e de Thor.

A Egreja, que nos primeiros seculos demolira juntamente com o paganismo as instituições, os costumes, as tradições, as proprias lettras da velha gentilidade, agora que já não podia arrecear-se das impossiveis restaurações do polytheismo, nem temer os novos Julianos, nem estremecer diante dos polemistas e defensores da cultura pagã, tomava no seu regaço os fragmentos dispersos e as truncadas reliquias de uma civilisação para sempre memoravel, e recatava-as no templo contra a brava ignorancia dos novos dominadores.

Os benedictinos, que eram a sagrada milicia do Occidente, foram dilatando pela Europa as suas conquistas e povoando de cenobios a christandade. Os discipulos de S. Bento arroteavam os bravios e maninhos, e faziam florescer a cultura e a povoação em deredor dos seus mosteiros. As lettras foragidas achavam asylo nas suas casas religiosas e se o fio intellectual do mundo romano se não quebrava inteiramente, devia-se em grande parte

um tão assignalado beneficio ás congregações monasticas, ainda proximas do berço e inflammadas em todo o fogo de sua primèva austeridade e vocação.

Todas as corporações privilegiadas tendem naturalmente, com o discorrer dos tempos, a constituir-se em aristocracias. Todas as refórmas descaem da sua primeira observancia. Os que eram hontem exemplares, vivem hoje de laxar os vinculos da antiga disciplina. As riquesas exageradas e as piedosas e frequentes doações, introduzem o mundo no deserto e corrompem com as deleitações da carne a candura e o mysticismo dos espiritos. Tres seculos depois de legislada a regra benedictina, já se lastimavam as infracções e os abusos d'aquella espiritual instituição.

O trabalho manual fôra nos desertos, onde nascera o monachismo, o socio inseparavel da contemplação e da virtude. Os Hilarios, os Pacomios, os Antões haviam grangeado com o seu lavor a parca subsistencia. Os primeiros benedictinos haviam seguido o exemplo dos solitarios da Thebaida. Com a opulencia

crescente dos mosteiros, entrou a ociosidade e os monges degeneraram pouco a pouco em ambiciosos e mundanos. Ao começar o seculo x a observancia monastica era quasi perdida no Occidente. Estava-se na epocha mais escura e mais inculta de toda a meia edade e os monges não poderam subtrair-se á corrente geral da humana depravação. A fundação da ordem cluniacense, tendo por cabeça o mosteiro de Clugny, fundado por Guilherme, duque de Aquitania, foi a reacção opposta á perversão do estado monachal e a primeira tentativa de restaurar nas monarchias barbaras do Occidente o austero instituto de S. Bento.

A refórma de Clugny degenerou com o andar dos tempos n'uma total relaxação dos vinculos monasticos. No XII seculo apparece na christandade um d'estes fogosos enthusiastas, que sonham o renascimento dos primitivos costumes evangelicos e intentam cohibir pela sua prégação eloquente e pelo candor da sua vida as abominações da sociedade e os desmanchos do monachismo. S. Bernardo insti-

tue a reforma de Cister, ou de Citeaux, e destaca-se na sombra d'aquelles tempos tormentosos como uma figura etherea e sobrehumana.

No seculo XIII as ordens monasticas haviam já caído em tamanho abatimento e corrupção, que em vez de serem exemplo á puresa dos costumes e correctivo á geral depravação, eram apenas uma nova maneira de ser do feudalismo, uma vasta associação incluida na sociedade civil, para constituir um novo monopolio da riquesa e pedir aos principes e aos senhores o seu valioso quinhão na influencia e no poder. Repetia-se nas congregações religiosas o que na antiguidade succedera com as sociedades pythagoricas, as quaes, a poder de suas invasões ambiciosas e politicas, e esquecida a austera disciplina primitiva, se haviam convertido em insolentes aristocracias e tinham conturbado em vez de melhorar as republicas da grande Grecia. E n'aquelles seculos medios, em que os puros e humildes para assegurarem a sua vida e a sua fazenda eram forçados a buscar a protecção feudal, os que

se aninhavam sob as azas temporaes da Egreja, sempre ficavam avantajados áquelles que viviam sob a dependencia baronial. «Os estabelecimentos religiosos (diz um notavel historiador economista) assignavam aos seus colonos direitos mais extensos e melhor assegurados do que os senhores da ordem secular.»[1]

As doações, com que a prodigalidade piedosa dos fieis, desde os imperantes até ás mais baixas condições da sociedade, fora successivamente opulentando as casas religiosas, se por um lado tendera a beneficiar a agricultura pelo aproveitamento de terrenos incultos e bravios, desviara por outra parte as corporações monasticas da sua antiga simplesa e humildade, convertendo os abbades em cavalleiros e senhores e os mosteiros em estados arrogantes e não raro competidores da potencia temporal. As mais celebradas abba-

[1] Ils (les établissements réligieux) virent augmenter le nombre de leurs tenanciers, parce qu'ils leur assuraient des droits plus étendus et mieux garantis que ne le faisaint les seigneurs laiques.» Dareste *Histoire des classes agricoles en France.* Paris 1854, pag. 143.

dias de França, da Allemanha, de Inglaterra, da Hespanha e de Portugal eram memoraveis pela sua riquesa e poderio. Muitos dos abbades no corpo germanico, o de Fulda por exemplo ainda no passado seculo eram membros do collegio dos principes. O mosteiro de Alcobaça era documento da opulencia e authoridade, a que no coração da meia-edade tinham chegado as ordens religiosas em Portugal.

O XIII seculo foi uma quadra de revolução e renovação na christandade. É a epocha, em que os espiritos originaes começam a reptar abertamente a tradição. É o tempo, em que uma arte nova supplanta e desautora as ultimas reliquias da architectura antiga, e aguça as ogivas e as fléchas dos mosteiros e cathedraes. O espirito philosophico, até ali encadeado, principia a suspeitar que a rasão humana tem o direito e o poder de inquirir e de inventar. É o tempo em que os povos ainda em grande parte servos, activam a sua emancipação, e em que ao lado dos barões e dos castellos, e armando-se já para affron

tal-os, se levantam os burgos e os municipios. É a quadra em que a reacção contra a decadencia dos costumes evangelicos se formula sob dois aspectos, theologicamente antagonistas, mas philosophicamente concordes e unisonos; — um, inspirado pela liberdade do pensamento, o outro incitado pela piedade enthusiasta; a heresia dos novadores, que anhelam a seu modo por evocar as edades apostolicas, e o fervor da caridade, que sonha o antegostar na terra, sob a fórma de novas associações religiosas, a republica celestial. É a epocha de S. Francisco de Assis e dos Valdenses o tempo de S. Domingos e dos Albigenses.

S. Domingos e principalmente S. Francisco são dois communistas religiosos, que se levantam contra a depravação do estado social e contra a decadencia moral do mundo, em que viviam. Um é o ardente communista, que vê no ferro e no fogo o cauterio das abominações, o outro o communista illuminado, que pede á abnegação e á caridade as armas com que luctar. Á riquesa, á mundanidade,

e arrogancia das congregações monasticas responde a pobresa, o mysticismo, a humildade das ordens mendicantes. Possuir e dominar é o instincto e a empresa dos monges, que desde o Monte Cassino e de Clairvaux se difundem a toda a christandade. Negar a propriedade, como contraria á perfeição, e o poder, como damnoso á santidade, é a philosophia e a praxe das novas associações.

Esta reacção, porque assim o digamos democratica, dos frades menores contra as aristocracias temporaes e ecclesiasticas, não poude manter a sua puresa espiritual durante largos annos. Apenas o famoso instituidor desapparecera, já os vicios e as discordias que traziam contencioso e dividido o estado monachal, entravam tambem nas ordens, que professavam a pobresa voluntaria e a inteira abnegação. A estas instituições excepcionaes, que em nome da angelica virtude e da egualdade absoluta, violam as leis da sociedade natural, sómente a muito custo alcança conservar-lhes a candura da primeira inspiração o espirito enthusiasta dos seus ardentes funda-

dores. Quando o mestre já não está presente para doutrinar com a palavra e com o exemplo e esforçar os tibios com a instigação da sua energica vontade, a obra a passos contados vae affrouxando e decaindo, até que um novo reformador, o Sysipho incansavel, recomece a obra mil vezes mallograda.

Quando no xvi seculo as sementes do livre exame, que tinham germinado aqui e acolá durante a meia idade, vieram a florecer e puseram a christandade a perigo de novas e mais funestas divisões, já as ordens religiosas existentes não respondiam, como lusida milicia da Egreja militante aos fins essenciaes do seu instituto primitivo. S. Francisco de Assis, S. Domingos, S. Antonio, S. Boaventura, eram venerados como santos; não podia porém a sua memoria reaccender a piedade e alentar os seus alumnos nos tremendos combates com a heresia. Como S. Bernardo se levantára contra a decadencia religiosa no seu tempo, como S. Domingos dois seculos depois arrolára as suas hostes contra a hetorodoxia dos albigenses, como S. Francis-

co cerrára em volta de si as columnas dos seus adeptos para restaurar a antiga innocencia da christandade, S. Ignacio de Loyola institue a companhia de Jesus, e á propaganda audaz e progressiva do augustiniano de Wittemberg oppõe a palavra eloquente e a acção imperatoria da nova sociedade religiosa. Desde então até os annos, que precederam a revolução de 89, a lucta espiritual é pelejada entre a Reforma e a Companhia. Apesar dos grandes meritos d'esta vasta corporação, apesar do seu largo martyrologio nas mais apartadas gentilidades, o seu poder invasor e a sua ambição mal sofrida e imprudente, incitam contra as suas empresas temerarias os representantes do imperio e põem em sobresalto o sacerdocio. A extincção da Companhia é a solemne proclamação de que as ordens religiosas se tornavam mais damnosas de que uteis á christandade. O seculo XVIII que ainda nos estados mais orthodoxos dispertára nos animos dos principes e dos philosophos a suspeita contra o clero regular, lavrou a sentença a estas já anachronicas ins-

tituições, em que, afóra pouco numerosas excepções, menos se servia a Deus do que se requestava o mundo e as suas paixões.

Em Portugal no fim do seculo XVIII a corrupção dos institutos monasticos havia chegado ao extremo grau. N'alguns conventos e mosteiros ainda se cultivavam com algum fervor as lettras classicas, mas os costumes chegavam a affrontar a moral publica e a provocar da parte do poder civil e da authoridade religiosa providencias já então inefficases. Os processos de confessores sollicitantes eram numerosos na inquisição e avultavam pelo numero os que se referiam ao clero regular. A tal ponto havia chegado ao declinar o seculo XVIII o desmancho dos costumes monachaes, que o archivo da antiga intendencia da policia nos ministra copiosos documentos d'esta quasi geral dissolução. Os monges e os frades eram não sómente o alvo predilecto dos espiritos mais despreoccupados e videntes, senão tambem a fabula do povo, que começava a descrer da sua virtude e valia espiritual. Já no seculo XVII um

escriptor tão orthodoxo, como D. Francisco Manuel, na *Carta de guia de casados* dissera entre outros conselhos ao noivo seu amigo, que se acautelasse de admittir ao seio da familia os frades por directores espirituaes.[1]

O clero regular durante a meia edade foi innegavelmente o esteio mais seguro das sciencias e das lettras. Quasi todos os homens eminentes d'aquelles tempos se educaram e floreceram na clausura. No seculo XIII os nomes de S. Thomás, de Roger Bacon, de Raymundo Lullo e os representantes mais illustres das sciencias naturaes, honráram os fastos das corporações religiosas. Durante largos annos a historia do espirito humano é apenas um capitulo da historia monastica. Dominicano foi Alberto Magno, que é por muitos appellidado o maior engenho da edade

[1] «Olhae, eu sou amigo de frades: se não são bons, não lhes quero dar occasião em minha casa para que sejam peiores: se são bons não lhes quero dar occasião em minha casa para que o não sejam... Outro mais exemplar dizia que em quatro partes lhe pareciam bem os religiosos: altar, pulpito, confessionario. E perguntando-lhe qual fosse o quarto logar respondeu: Pintados.» D. Francisco Manuel *Carta de Guia de Casados.*

media. D'elle datam, segundo um moderno historiador das sciencias naturaes, os principios do methodo experimental.[1]

Com o Renascimento das lettras começa a declinar apressadamente o monopolio scientifico e litterario que os frades haviam exercido quasi sem rival durante a penumbra da meia edade. As lettras fazem-se prophanas e as sciencias refogem os claustros, onde intenta encadeal-as a tradição escolastica. A liberdade do pensamento, que é a condição fundamental de toda a fructuosa investigação, mal se podia accommodar com as regras monasticas. Os jesuitas ainda tentaram reconstruir em seu favor uma organisação hieratica de todo o saber humano.

Mas a nova ordem, que logo desde o berço, pretendia como Hercules, luctar victoriosa com as serpentes, nascia n'uma quadra já desfavoravel ao monopolio sacerdotal da intelligencia e do saber. Os jesuitas conseguiram em boa parte da christandade e principal-

[1] Pouchet, *Histoire des sciences naturelles au moyen âge ou Albert le Grand et son époque, considérée comme point de depart de l'école expérimentale*. Paris. 1853.

mente nos povos dominados por influencias neo-latinas, attraír pouco a pouco aos seus collegios e noviciados a educação da juventude. Em Portugal, em Hespanha, na Italia, em França, na Austria, na Polonia o ensino tornou-se nas suas mãos um agente efficaz de propaganda e um poderoso instrumento de conquista. A companhia de Jesus dictou durante dois seculos as normas e os programmas da instrucção official. Mas na presença do movimento scientifico e litterario do seculo XVI, diante da Renascença e da Reforma, que eram na ordem religiosa e na sphera intellectual, as guardas avançadas da futura revolução, a audaz tentativa dos alumnos de S. Ignacio tinha menos probabilidade de triumpho que o imperio monachal exercido sobre os espiritos nos tempos mais florentes da meia edade.

O monachismo, a associação sacerdotal, sob as varias fórmas, que foi tomando a contar do VI seculo, intentára encerrar a idéa humana em um recipiente claustral, donde não fosse dado exparzir-se no ambiente prophano e secular a minima particula. Mas a pressão

da idéa, como a de um gaz excessivamente expansivel, triumphára muitas vezes contra o vaso, em que a pretendiam clausurar.

As explosões do entendimento haviam sido frequentes e temerosas. A rasão humana não cabia no estreito recinto da crasta monachal. Roger Bacon, porventura o engenho mais indomito e original da edade media, rompêra com as suas opiniões e as suas doutrinas a contrasenha da tradição e o seu rigoroso encarceramento attestára por largos annos que a independencia dos espiritos não quadrava ás regras apertadas e formalistas da escholastica, e prefigurára com tresentos annos de antecedencia as duras perseguições de Galileu.

Alberto de Boellstedt, appellidado Magno, o Aristoteles dos tempos medios, como lhe chama um discreto historiador, era em verdade um dominicano, mas se o frade e o prelado se continha austero e exemplar no recesso do seu cubiculo, o philosopho e o pensador transcendia a cada vôo do seu grande entendimento os limites da sciencia monachal.

Os grandes homens, que florecendo á sombra das clausuras, ou sob o seu influxo intellectual durante a meia edade, souberam levantar-se nos seus arrojos philosophicos acima do nivel commum dos seus contemporaneos, ou incorreram na suspeição de heterodoxia, ou pouco lhes faltou que não descaissem abertamente na heresia. João Scoto Erigenes, que em pleno seculo IX professa a identidade entre a verdadeira religião e a verdadeira philosophia, espirito eminente, que inspirado no neo-platonismo alexandrino, escreve no seu tractado *De divisione naturae*, que *Deus é o Nada absoluto*, o *eterno mysterio* de entendimento, e partindo do systema da emanação se deixa conduzir ao pantheismo, provoca a animadversão dos claustros e encontra em Carlos o Calvo o seu mais seguro defensor. S. Anselmo, o abbade do mosteiro de Bec em Normandia, o successor de Lanfranc na sé archiepiscopal de Cantuaria, este grande talento philosophico, que mereceu a paranomasia de segundo Agostinho, é um largo innovador da sciencia mediêva. O seu

Monologium sive exemplum meditandi de ratione fidei é a reconstrucção do platonismo, como elle podia ser no undecimo seculo da nossa chronologia, platonismo simultaneamente racional e mystico, como era na edade media toda a philosophia grega vestida de cogulla e cingida de burel; como seria o Parthenon de Athenas restaurado pela esthetica monachal, um mixto indefinivel de metópes e triglyphos doricos e de portadas e arcarias ogivaes. S. Anselmo, forcejando por erguer-se ás mais sublimes concepções da theologia philosophica, é levado pela sua dialectica até o conceito racional da divindade, e no mais alto voejar da dialectica, encontra a cada passo insoluveis antinomias a baldarem-lhe o supremo esforço do entendimento: como estes investigadores aeronautas, que ascendendo nos ares até que lhe sejam quasi invisiveis as montanhas, se perdem desconfortados nas paragens glaciaes do silencio e da solidão. Mais um passo acima na sua aventureira singradura e os espiritos mais inquiridores da meia edade encontram a duvida ou o pan-

theismo e felizes se para escaparem ao naufragio baixam velozmente a ferrar ancora no fundo mais seguro da sua fé.

As luctas do realismo e do nominalismo são o facto capital da philosophia e da rasão na edade media. A scena principal d'estas contendas implacaveis é o claustro e o mosteiro. Sob a apparencia de uma «questão de frades» debatia-se na phrase de um recente historiador da philosophia a opposição dos principios metaphysicos e renovava-se a perpetua contestação entre o materialismo e o idealismo[1] De um e outro campo sairam a pelejar esforçados paladinos. Os *nominaes*, a poder de emancipar o pensamento, acercam-se mais e mais do racionalismo e estão a pique de cairem na heresia. Muitas vezes a Egreja intervem para empecer-lhes a aventurosa dialectica. Roscelin e Abélard retractam em Soissons os seus erros sobre o dogma da Trindade. O franciscano Ockam, renovando com fervor o nominalismo de Abélard e Roscelin,

[1] Weber *Histoire de la philosophie européenne* Paris 1872, pag. 220.

incorre nas censuras pontificias e é um dos mais eminentes precursores da Refórma na Egreja. O cisterciense João de Mercurie é condemnado pela audacia das suas theses sobre o mal e o peccado. Hugo de Blankemburg, chamado vulgarmente Hugo de S. Victor, do nome do mosteiro em que havia professado, allia ao mais ardente mysticismo as idéas mais insolitas sobre a fé e a orthodoxia, e no seu tratado de *Sacramentis christianae fidei* encaminha-se a largos passos para o systema do monismo,—a adopção de um só principio na concepção do universo. Seu discipulo, o inglez Aicardo de S. Victor, partindo da contemplação mystica de Deus acerca-se perigosamente ao emanatismo. O dominicano Savonarola, talvez o espirito mais independente d'entre os que se alimentáram na clausura, põe termo á meia edade monachal no affrontoso supplicio de Florença.

Quando o Renascimento impelle as primeiras ondulações da sua luz e começa de aclarar as sombras da meia edade, os engenhos superiores, que ennobrecem os conventos e mosteiros,

insurgem-se abertamente contra a autoridade tradicional, proclamam a dissidencia entre a fé e a rasão, e ensancham o abysmo que separa a philosophia e a sciencia theologica. Giordano Bruno incuba no seu claustro dominicano um systema philosophico, que será amadurecido pelo genio de Spinosa; proclama abertamente a hypothese heliocentrica do universo, e expia em Roma, nas agonias da fogueira inquisitorial, a indomita liberdade do seu espirito rebelde. Thomás Campanella é como Bruno, um frouxo dominicano e um ardente pensador. A audacia das suas concepções custa-lhe o encerro, o exilio, e o desamparo no fim da sua existencia aventureira e attribulada. D'então para cá a sciencia e a philosophia innovadora e progressiva separam-se dos claustros e tornam-se tão prophanas e audases, que nenhuma grande vocação intellectual se póde já alimentar sob as abobadas estreitas do mosteiro. A philosophia e a theologia divorciam-se sob o influxo de Descartes, que os jesuitas educam e que proclama a suspeição de toda a autoridade; sob a

influencia de Locke e David Hume. A sciencia monachal é desde então um puro saber retrospectivo, sem nenhuma participação nos mais altos problemas da naturesa ou da humanidade. O monge estuda nos archivos e nos cartorios, e deixa cerrado a sete sellos na sua estante o livro sublime da naturesa, esse livro que Raymundo de Sebonde no seculo XVI já ousára preferir aos livros do homem, porque é escripto pela mão de Deus e mais intelligivel do que todas as humanas concepções.[1]

Desde então as ordens religiosas em vez de serem o thesouro da sciencia, tornaram-se em damnosos repositorios da escholastica e opposeram a força da tradição e a tyrannia da autoridade ás livres expansões do pensamento. Como instituição litteraria e philosophica tinham perdido inteiramente a sua significação. Como atalaias da fé, a sua tibiesa e mundanidade inspirava diminuta confiança ao christianismo. Como organismos sociaes, eram um anachronismo insustentavel e uma fla-

1 Weber *Hist. de la phil. europ.* 262.

grante infracção á lei commum. Se a revolução de 1820 as deixou ainda subsistir, a dictadura de D. Pedro, ao abolil-as não fez mais que executar a sentença da opinião.

NOTA 10.ª

«A revolução de que fr. Francisco de S. Luiz fôra um dos conselheiros.» pag. 24.

A historia, que se escreve sob a inspiração de uma erronea philosophia, considera como o seu maximo problema, o inquirir as causas puramente humanas, que determinam os phenomenos sociaes, e busca no livre arbitrio a explicação satisfactoria de todos os successos politicos da humanidade e das nações. É frequentissimo, por não dizer universal o esforço, com que os historiadores se empenham em ligar pelo principio da causalidade os factos mais importantes e mais graves á acção e influencia de agentes exclusivamente pessoaes.

A historia segue, em nosso parecer, um errado trilho, quando procura inquirir de que maneira os successos poderiam ter acontecido, em vez de subordinar os factos a alguma lei geral e philosophica.

A proposito da revolução de 1820, e da sua infausta terminação, tem-se dividido as opiniões. Suppõem uns que era precoce a revolução e que o germen caio em terra ingrata e ainda mal amanhada para a cultura. Acreditam outros que se perdeu a revolução pelas suas imprudentes exaggerações, pelo repto com que affrontava a monarchia, redusindo o soberano a uma entidade secundaria ou a uma estreme abstracção no mechanismo politico. Muitos crêem que viera a contra-revolução porque elrei era frouxo ou malevolente contra a fórma democratica.

Todas estas explicações se nos affiguram falsas ou incompletas. É ocioso investigar, por uma demorada apreciação de todos os elementos politicos e sociaes da Europa e de Portugal, no anno de 1823, como é que a revolução podera ter saido triumphante das poderosas contradicções que intentavam desde o principio anniquilar os seus effeitos. A revolução de 24 de agosto de 1820 foi um facto necessario. Um facto egualmente necessario foi a reacção monarchica de 1823. Sem

negar o livre arbitrio, podemos professar a theoria de que todos os phenomenos sociaes estão sujeitos como os physicos a leis universaes e imprescriptiveis. Assim como n'um systema de corpos, os movimentos externos e apparentes se executam segundo normas inviolaveis, sem que os movimentos interiores e moleculares de cada corpo deixem de existir, assim tambem o livre alvedrio dos individuos não pode alterar os grandes movimentos moraes da sociedade. As nações tem o seu crescimento, o seu progresso, a sua decadencia e a sua terminação, reguladas por principios tão invariaveis como os que presidem á evolução dos organismos. As difficuldades que até hoje se têm opposto a que definitivamente se formulem as leis da historia não importam a sua concludente negação. Porque as leis de Kepler foram ignoradas por milhares de annos, durante os quaes empiricamente se estudaram os phenomenos celestes, não havemos de inferir que antes do seu descobrimento os movimentos planetarios se effectuavam ao acaso, ou de feição

que não podessem tradusir-se em lingoagem analytica e geometrica. Antes de Newton a attracção universal fôra vagamente presentida e todavia o stagyrita, que durante muitos seculos apoz a cultura antiga, dominou despoticamente nos espiritos e nas escolas, porventura o maior entendimento philosophico de toda a humanidade, não podia compreender como os astros se mantinham no espaço sem lhes dar por sustentaculo o cerebrino e complexo mechanismo das suas espheras celestes.

Os phenomenos sociaes são mais refractarios do que os physicos a uma simples e geral explicação. A complicação de circumstancias de que apparecem revestidos, torna menos facil a applicação dos processos experimentaes e inductivos, com que as sciencias physicas e naturaes sabem desentranhar dos factos cosmicos a expressão das suas leis. A mutua acção exercida a cada passo pelos homens entre si e na apparencia tambem sobre os acontecimentos sociaes, contribuem poderosamente a radicar o principio de

que todas as mutações da sociedade tem por causa exclusiva a vontade humana e a influencia decisiva dos interesses e das paixões. É difficil o despojar os grandes phenomenos moraes e politicos de todas estas apparentes influições. Eis ahi o que difficulta a solução dos problemas historicos e o que, perturbando o juizo dos historiadores, torna quasi impracticavel para os espiritos mal emancipados da tutella da autoridade e tradição, o deduzirem e formularem os principios fundamentaes da vida organica das sociedades, independente da vontade collectiva, como as funcções da vida humana são tambem independentes da vontade individual.

Tudo o que se passa na sociedade e na historia é necessario e impreterivel. Não é do capricho de um soberano ou do mau humor de um ministro ou de um privado que pendem os destinos da sociedade. A tyrannia tem o seu tempo e a liberdade a sua sasão. Não é dado restaurar a tyrannia nem antecipar a liberdade. N'isto vemos cifrado

o movimento intellectual, a que damos o nome de progresso, que um estado menos culto seja o prologo indispensavel de uma phase mais perfeita na existencia social.

A revolução de 1820, com quanto fosse justissima absolutamente, não podia ser mais do que uma primeira tentativa de liberdade. As condições interiores de Portugal e as influencias exteriores da Europa monarchica, mal consentiriam que novas instituições se enraisassem desde logo em nossa terra. Quando a França armava os seus exercitos para que restituissem aos Bourbons de Hespanha os seus pretensos direitos a um absolutismo illimitado, não podia estar segura ao occidente do Guadiana a forma incipiente do governo democratico.

Desde que D. João VI aportara ao continente europeu, presagiava-se que o regimen constitucional, decretado pela nação no exercicio da sua soberania, pouco poderia resistir aos exforços multiplicados para o aluir e derrocar. O soberano era sem duvida o menos culpado nos meneios da reac-

ção. O seu caracter indolente e passivo nem se alliava aos enthusiasmos do liberalismo nem facilmente se prestava a fazer da coroa o instrumento de uma contra-revolução. É verdade que a ausencia do *véto*, ultima cidadella da monarchia pura, no systema representativo, não seria por extremo grata a elrei. Educado na convicção de que os principes recebem de Deus a directa investidura e são fadados para governar a seu talante as submissas multidões, mal poderia D. João comprehender como um rei perde as prerogativas da magestade e só conserva os attributos externos do poder supremo, sem abdicar moralmente a sua missão. As subtilesas metaphysicas, as distincções especiosas, com que hoje se conciliam na apparencia as duas soberanias incompativeis e hostis, a do povo e a do monarcha, a da liberdade e a da tradição, não tinham ainda autoridade para incutir a sincera persuasão no animo dos reis.

Quaesquer que fossem porém as repugnancias instinctivas de D. João VI contra os go-

vernos democraticos, o tolerar o que existia parecia-lhe preferivel aos lances aventurosos de uma restauração politica.

Um homem eminente, que foi testemunha dos successos de 1820, e em muitos d'elles teve parte, estando ainda no principio da sua longa, agitada e brilhante vida publica, o meu respeitavel amigo, o sr. marquez de Sá Bandeira, referio-me circumstancias que parece justificarem o procedimento do soberano. Quando os liberaes julgaram já inevitavel a reacção, e depois que a maior parte das tropas haviam quebrado o juramento constitucional, alguns homens que desejavam salvar ainda a liberdade, tornando-a menos suspeita aos monarchistas, lembraram-se de propôr á coroa que por um acto da sua vontade, por um verdadeiro golpe de estado, alterasse a constituição, e despojando-a das que chamavam demasias democraticas, a fizesse menos ingrata aos espiritos facciosos da reacção. Affirma-se que elrei se não prestára áquelle alvitre, porque tendo acceitado o novo codigo politico e vivendo

sob o seu regime, não tinha poderes para alterar no minimo ponto a lei fundamental, decretada solemnemente pelos representantes da nação.

A frouxidão proverbial de D. João VI torna plausivel o admittir que haja sido sincero o seu empenho de não tocar a seu talante no codigo constitucional. Elrei não foi para Villafranca senão quando o ultimo regimento de linha, que ficou em Lisboa e parecêra conservar-se fiel á constituição, se appresentou diante do paço da Bemposta e com os seus vivas enthusiasticos á realesa absoluta, e com a sua firme resolução de sair da capital, obrigou o soberano a ir sanccionar com a sua presença a reacção que n'aquelle momento era já impossivel subjugar.

NOTA 11.ª

«Elegera D. Francisco de S. Luiz para logar de seu encerro o convento da Batalha.» pag. 24.

Apesar de que o bispo nos derradeiros tempos do ephemero governo constitucional caíra no desagrado de muitos liberaes mais avançados, pela moderação e temperamento de suas opiniões, não era menos suspeito aos reaccionarios. De si podera dizer como o heróe da India «mal com elrei por causa dos homens, e mal com os homens por causa de elrei.» As idéas monarchicas do illustre benedictino haviam levantado contra elle a má vontade ou animadversão de uma parceria parlamentar nas côrtes ordinarias de 1822. Elle mesmo relatou na *Deducção dos factos* de sua vida os testemunhos de evidente desconfiança, com que fôra tractado n'aquella assembléa. Da propria commissão ecclesiastica o haviam excluido, como se o aviso e prudencia de tal prelado e tal republico podesse fa-

cilmente dispensar-se, quando eram tão graves as questões, que se agitavam no tocante á disciplina da egreja. Apesar das queixas, em que o bispo desaffogou n'aquelle escripto as suas maguas politicas, não é menos verdade que o congresso o elegeu para presidente. Esta distincção compensava largamente qualquer prova de escassa deferencia, com que muitos dos novos mandatarios da nação houvessem desattendido os meritos e os serviços do honrado benedictino. Repugnára o bispo (segundo elle proprio o refere na *Deducção)* á lei, decretada pelas côrtes para melhoramento e reformação das ordens religiosas e doera-se de que se extinguisse um tão notavel mosteiro da sua congregação, qual era o de S. Bento da Saude.

As discordancias do bispo-conde em pontos capitaes do governo e legislatura, traziam amargurado o seu espirito e tornavam-lhe importuna a intervenção na vida publica. Comquanto se houvesse associado á revolução, a profissão religiosa imprimira no seu animo o caracter indelevel, de que só conse-

guem libertar-se os enthusiastas de uma idéa. O saial do monge transparecia atravez da toga parlamentar. O politico não alcançára absorver inteiramente o benedictino; a crença liberal não era bastante em Fr. Francisco para apagar de todo a tradição. Censurando na *Deducção* a imprevidencia do congresso ao decretar a lei das ordens religiosas, affirma o bispo que este diploma «offendia o direito sagrado, que as corporações tem á administração do que é seu... porque o bispo nunca foi nem é de opinião que instituições tão antigas, tão respeitaveis, tão intimamente ligadas com a religião catholica... devam ser totalmente anniquiladas.»

O bispo conde oppugnava pois abertamente durante o primeiro governo liberal a inteira extincção do monachismo. Queria a liberdade e o temperado governo popular, mas tinha por acção ingrata e feia o renegar a profissão. Amava (diz elle) com ternura a sua congregação, sempre de seu alumno se presára e confessara as grandes obrigações que lhe devia. É facil adivinhar que o bispo, sendo

homem do seu seculo e tão despreocupado pensador, veria claramente o flagrante anachronismo das ordens regulares e buscaria com uma geral reformação, já n'aquelles tempos improficua, minorar a sua crescente corrupção, e palliar-lhes a quéda inevitavel.

Quando em 1823 a reacção conseguiu restaurar a monarchia absoluta, o bispo era já tido por heterodoxo perante mais adiantada e liberal opinião. Ao encerrarem as côrtes as suas sessões em presença da vergonhosa defecção do soberano constitucional, o bispo (segundo a sua propria confissão) foi adverso a que a assembléa respondesse á aggressão liberticida com o solemne protesto, que serviu de remate á sua breve duração. Esta reluctancia em associar-se ao inane desafogo e á tardia explosão da colera parlamentar, se tinha explicação na moderada politica do bispo, liberal mas já então abertamente conservadora, significava em certa maneira a deferencia do prelado para com elrei.

Fr. Francisco de S. Luiz refere nos seus *Apontamentos* que do soberano continuou

sempre a receber provas de real benevolencia.

Mas D. João VI era por tradição e nascimento um pessimo rei constitucional, e por indole e fraquesa ainda talvez peior monarcha absoluto. A lenidade e brandura do seu animo tinha força para impedir á reacção um triumpho sanguinario. Não podia evitar porém uma sombra de proscrição aos representantes mais notaveis da idéa liberal.

O bispo reservatario de Coimbra não devia por dignidade conservar-se na capital. Os seus desejos foram prevenidos pela ordem de passar ao convento de Montes-Claros, que lhe era designado como logar de seu retiro. Revogou-se porém este preceito, e deixou o governo ao arbitrio do bispo conde o eleger mosteiro, onde, fóra do patriarchado, houvesse de viver. Escolheu D. Fr. Francisco de S. Luiz para seu desterro o mosteiro da Batalha, aonde chegou em outubro do anno 23. Prolongou-se a sua residencia n'aquella casa até principios de 1825, em que poude, com licença do governo, retirar-se a Ponte do Lima.

Recolhido e agasalhado pelos dominicanos no sumptuoso monumento de D. João I, achou-se o benedictino á larga no seu encerro. Apoz quasi tres annos de agitada e tormentosa vida publica, em que os negocios o não deixariam quietamente conversar com os livros, seus melhores confidentes e amigos, era-lhe grato o expandir o pensamento em liberdade espiritual, embora tivesse coarctados os fóros de cidadão.

Quem, amando o estudo, a meditação, o lavor intellectual, quem tendo por affecto intimo e invencivel as castas deleitações da vida litteraria, improvisamente se encontrou, sem o impulso da ambição ou da vaidade, arremessado ás alturas enganosas do poder, em tempos de turbação e de odios publicos, só esse póde á justa avaliar como é doce a paz da obscuridade, ao volver-se de novo á vida habitual. Que satisfação, que triumpho, que sombra ostentosa de gloria ou de poder na tribuna ou no governo se póde comparar ao remansado viver da consciencia e do entendimento, longe das ambições, que amesquinham

o entendimento e das seducções, em que póde naufragar a consciencia? Devia fazer-se lei expressa e draconiana por que fosse defeso aos bons engenhos o pisarem gabinetes e lustrarem parlamentos. Era bem que os equiparassem aos poetas na republica platonica: coroal-os de loiros e de myrthos e deixal-os em boa paz, longe da *ágora* e do senado, proseguir no seu enamorado conversar com a musa e a naturesa. Para governar o mundo são de sobra medianas faculdades, entre as quaes não tem o infimo logar uma que chamam solercia ou expertesa. Estadistas ha que não tem mais livros, que alguma novella almiscarada; outros que tendo livrarias bem providas, tem de portas a dentro com mais recato que n'uma Cartuxa os seus livros intactos e virginaes. A um clerigo vulgar bastalhe o breviario. A quem governa são as lettras carga superflua e importuna. Não fazem, dizia o bom Ferreira n'aquelles seus versos sentenciosos de aço Bessemer, não fazem damno as musas aos doutores, mas fazem-n'o, dizemos nós, aos legisladores e estadistas. Quem

pois cultiva lettras e sciencias e no seu trato póde illustrar a penna e ennobrecer a patria, melhor é que estude na Batalha ou Serra d'Ossa do que por acudir aos officios da republica, se desquite das Camenas.

Não são os governos, que illuminam e impulsam a humanidade no seu caminho triumphal. Estes grandes e espantosos movimentos, que a espaços vem transmudar a vida e condição das sociedades, tem por agentes necessarios os grandes pensadores. Está um rei cercado da sua corte, pompeando galas exteriores, simulando a força no meio da sua debilidade, parecendo que tem aos hombros a machina do mundo, e na mão e pendente do seu sceptro o futuro da humanidade. Está um Richelieu, um Pombal, um Pitt, um conde-duque de Olivares, lidando noite e dia no gabinete, e parece que em dez gerações a contar d'elles não se moverá no mundo uma aresta nem um argueiro, sem que o prescrevam ou o tolerem estes potentados, que a seu sabor estão affeiçoando o genero humano e traçando a seu talante as fronteiras dos es-

tados. E cá em baixo, longe das alturas, onde estes supremos reguladores se picam de accelerar ou retardar o curso das instituições e das idéas, está a sós comsigo e com a sua inspiração um homemzinho obscuro, que não tem clientes nem cortesãos, nem exercitos, nem algozes, nem tributos, nem lista civil, nem throno, nem veneras. A turba que passa e o vê, curvado e pensativo, indifferente ás acções contemporaneas, como se fôra um alchimista, um Nicoláu Flamel, um Basilio Valentim, velando junto do matraz e da retorta, olha sorrindo e marcha adiante. Esse homem é a principio um excentrico, um maniaco, um utopista, muitas vezes um herege, um impio, um demagogo, mas este excentrico chama-se Newton e dicta á naturesa a sua lei universal e illumina com um clarão immenso a historia moderna do pensamento. Mas este maniaco tem nome de Watt e dá á civilisação as suas azas de vapor. Mas este utopista appellida-se o abbade de St. Pierre e evangelisa a paz universal. Mas este herege é Galileu, que perto do martyrio se levanta por

advogado na causa da naturesa contra as usurpações do fanatismo. Mas este impio é Giordano Bruno, que rompe as cadeias da tradição para annunciar ao moderno Prometheu o termo do seu dilatado captiveiro. Mas este demagogo é João Jacques, atirando á arena das discussões politicas as suas theses democraticas prenhes de liberdade e revolução.

Não é das brilhantes eminencias do poder que se encaminha ao seu destino a humanidade, é da estreita cella dos pensadores, que se difunde a luz e com ella a transformação das sociedades. Os estadistas governam o presente; os pensadores o futuro: os eruditos excavando no passado e ministrando os materiaes das suas doutas exhumações tornam experimental e inductiva a sciencia do progresso.

Estes homens investigadores e pacientes, que passam as horas mais felizes e mais lon gas da sua vida, inquirindo memorias do preterito, decifrando inscripções, recompondo monumentos, colligindo os élos dispersos de

uma cadêa rôta pelos seculos, revocando á existencia as instituições, os personagens, os costumes de outras eras, formam o primeiro grau na hierarchia do pensamento. O segundo e mais sublime compreende os talentos e os genios, que interpretam o infinito livro da creação e o pergaminho gigante da naturesa, estes archeologos sublimes, para quem a chronologia se reparte em myriades de seculos, e que da altura immensa, em que se libram, entre Deus e o Universo, interrogam a uma parte os mysterios do infinito, e a outra parte as leis da naturesa parallelas e conformes ás leis da humanidade.

O bispo-conde não pertencia a esta phalange pouco numerosa, onde se congregam os talentos eminentes, os engenhos excepcionaes, as aguias do pensamento, que n'um só relancear da sua poderosa intuição, alcançam ás vezes n'um sanctiámen o que seculos de estudo e experiencia não bastarão a revelar ao commum dos entendimentos. A indole do seu engenho convidava o benedictino a frequentar os archivos e cartorios, a contemplar os mo-

numentos das glorias já passadas, a submetter á analyse e á critica os testemunhos de outras epochas. Era antes um incansavel erudito, do que um arrojado pensador. As doutrinas de autoridade, a que impropriamente se dá o nome de sciencias, haviam-lhe inclinado a vocação para os estudos da historia nacional. O circulo das suas investigações era tão circumscripto, como o ambito da patria. A concepção synthetica era alheia ao seu molde intellectual. Mas como philologo no sentido estreito do vocabulo até ha poucos annos em nossa terra, os seus trabalhos eram sempre encaminhados a aclarar algum ponto obscuro da historia portuguesa, ou a dilucidar algum problema ainda irresoluto da nossa litteratura e linguagem. Tal foi o que lhe prendeu o espirito durante a sua clausura na Batalha. A memoria, que na presença do edificio o benedictino meditou e redigiu, é um dos seus escriptos mais cuidados, se bem o amor proprio nacional, qualidade inseparavel de quasi todos os historiographos e chronistas portuguezes, o compellisse a quasi negar in-

teiramente o influxo, que na mais bella architectura ogival da nossa terra exerceram os alheios exemplos e os extranhos mestres da arte architectonica.

NOTA 12.ª

«O regimen constitucional restaurado pela carta...» pag. 24.

Já havia, como temos referido, terminado a reclusão do bispo conde no mosteiro da Batalha, quando a carta constitucional veio alentar as esperanças dos liberaes e affiançar á nação portuguesa dias que se affiguravam de paz e liberdade. D. Pedro IV, succedendo a seu pae, e imperando n'um paiz, o Brazil, que por seus esforços havia conquistado um novo direito publico, intendeu que a monarchia não poderia ser já acceita facilmente em Portugal, sem que de seus fóros immemoriaes cedesse alguma coisa á democracia. Os ho-

mens ao mesmo tempo monarchistas e illustrados, que durante a revolução haviam professado idéas moderadas, e desejavam o accordo sincero e o equilibrio constitucional da corôa e da nação,—e entre elles era proeminente o nosso benedictino,—viam no codigo politico, trazido á antiga metropole por sir Charles Stuart, a consagração dos seus principios. A carta era, de feito, o desenvolvimento das idéas, que o bispo-conde havia consignado nas suas *Bases da Constituição.* O poder moderador, invenção da metaphysica politica, salvava ao imperante a sua plena soberania e continuava na realesa o absolutismo virtual, apenas contrapesado pela camara dos deputados e pela affirmação das publicas immunidades, formuladas a medo no artigo 145. Para quem passava improvisamente do velho direito publico da monarchia para um regimen novo, em que ao menos a corôa outorgava (era o termo) a liberdade a seus vassallos e lhe aprasia convertê-los ao pautado tirocinio de cidadãos, a carta era um gratissimo resfôlego. Dos liberaes uns sau-

davam-n'a como um codigo meditado profundamente e proporcionado ás necessidades politicas do paiz, outros, reconhecendo o seu espirito ultramonarchico e os azos que deixava a todos os sophismas constitucionaes, acceitavam-n'a como principio de mais amplas franquesas populares. Os realistas e os fanaticos repulsavam-n'a como uma perigosa concessão aos revolucionarios, presagiando porventura que á sombra d'aquella bandeira se pelejariam breve as ultimas batalhas contra o despotismo agonisante e se vibrariam os golpes derradeiros á velha sociedade.

Apoz varias alternativas e balanços, em que os dois partidos militantes porfiavam pela victoria, a carta foi jurada e principiou a executar-se á superficie, porque no amago da sociedade e do governo continuou a subsistir o absolutismo tradicional. Governava o reino como regente uma infanta, que mais parecia inclinada a patrocinar a antiga monarchia do que a favorecer a nova tentativa de liberdade. São os principes com rarissimas e porventura duvidosas excepções mais

attreitos por nascimento e educação a cercear os fóros populares, que já encontráram estabelecidos, que a acceitar por civismo e philosophia as negações do direito divino. As influencias, que preponderavam na corte da regente, eram adversas á mais limitada democracia. Foi n'esta vacillação da princesa e do governo que a espada de um general, egualmente celebrado pelos seus loiros militares e pelos seus golpes de estado, pendeu sobre a balança e forçou pelo seu peso a resolução dos governantes. Do Porto, onde João Carlos de Saldanha governava as armas n'aquella occasião, veio ainda d'esta vez o impulso vigoroso á idéa liberal. O guerreiro juvenil resgatava pela sua dedicação ao novo codigo o culposo enthusiasmo, com que havia saudado a reacção em 1823 e affrontara — segundo era tradição geralmente acreditada — o laço constitucional. Inaugurou-se a legislatura, começou a funccionar o mechanismo do systema representativo, mais como ensaio e semelhança do que como resoluta consagração da monar-

chia liberal. Tivemos então o suffragio sem a imprensa, e o parlamento sem o cortejo da opinião.

Ás cortes ordinarias de 1826 foi eleito deputado D. Fr. Francisco de S. Luiz. Reunindo-se em novembro a representação nacional, foi logo designado presidente o bispo-conde. Referindo n'uma carta a um amigo o modo, que tivera na direcção dos trabalhos parlamentares, escrevia o futuro cardeal: «Na presidencia da camara fiz o que me pareceu justo e conveniente. Muitos gritariam e muitos outros ao contrario. Não sei a impressão boa ou má que o meu procedimento fez n'estes ou n'aquelles, mas como o meu coração não me accusa, continuo no caminho encetado, em quanto assim o permittirem as circumstancias.» O bispo não desamparava então o desejo predilecto de achar um meio honesto, com que podesse volver ao seu retiro.

O absolutismo era ainda vivaz em Portugal. A maioria das classes eminentes e privilegiadas tinha os seus maiores interesses as-

sociados á antiga monarchia e não lhe era dado soffrear com a illustração — rara ainda por aquelles tempos nas cumiadas sociaes — os impetos do egoismo. O povo era então rude e aferrado ás antigas usanças e á servidão de largos seculos. O fanatismo religioso oppunha firmes antemuraes ás idéas democraticas, e feria com o mesmo anathema, havendo-as por synonymas, a irreligião e a liberdade. Os erros politicos dos estadistas aggravavam a situação difficil e arriscada. O infante D. Miguel era conhecido desde o anno 23 e as suas ambições tinham chegado já aos ultimos excessos, quando em 1824 forçára o pae a asylar-se em a nau inglesa *Windsor Castle*. A viagem, que fizéra pela Europa, não lhe tinha tornado mais domestica a indole irrequieta, nem o seu entendimento, desalumiado de uma sequer mediana educação, se havia aprimorado á luz de extranhas cortes. Era sabida, proverbial a sua aversão ás idéas liberaes e os seus enraizados preconceitos ácerca da origem divina da realesa. Nenhuma idéa podia ser mais inopportuna e mais ne-

fasta do que a de commetter ao chefe da reacção a empresa de implantar e fortalecer a monarchia representativa. Era entregar o arbusto debil, apenas transplantado, ao cuidado e ao lavor de quem anciava por destroncal-o antes que filhasse as raizes no torrão e bracejasse rebentos e vergonteas. O logar-tenente de D. Pedro, apenas desembarcado em Portugal, mostrou-se o que sempre havia sido e aproveitou o seu poder para destruir a constituição, restaurar o absolutismo, e cevar nos liberaes a sanha de uma facção. A corôa, que lhe deram em deposito, pôl-a elle proprio na cabeça, no seio de um anachronico simulacro da representação nacional. O codigo, que lhe haviam confiado para ser a norma do governo, rasgou-o desde logo e arremeçou ao chão os fragmentos, para que sobre elles passasse de roldão a turba fanatica e ferocissima.

O absolutismo apoz o segundo bruxulear da liberdade, dominava com as suas trévas em Portugal. A revolução imbelle e incruenta estava demonstrada por impossivel. Agora só havia que appellar para a lucta fratricida

e pedir á espada dos heróes a terrivel confirmação á sentença dos publicistas.

O Porto, que iniciara em 1820 a revolução, quiz em 1828 tentar um esforço herculeo, para salvar a liberdade, prestes a affogarse no seu berço. Em vão as tropas constitucionaes se devotaram á defensão do pacto jurado pelo povo. A sua empresa mallograda foi apenas o grandioso sacrificio, em que uma parte do exercito portuguez sellou com o primeiro sangue as paginas da carta e coroou com o exilio a sua nobre dedicação. Os chefes principaes do movimento, entre elles os que foram depois, um o diplomata da liberdade, o outro o general do cerco do Porto,—o conde de Palmella, e João Carlos de Saldanha—deslustráram com a triste hegira do *Belfast* as suas glorias constitucionaes. E diga-se por honra da constancia e da fé no mesmo crédo, um soldado tão brioso, como politico leal, o mais cavalheiroso heróe durante a campanha da liberdade, o major Bernardo de Sá Nogueira, seguio fielmente os seus irmãos de armas e os seus compa-

nheiros de infortunio, lastimando porventura o desanimo e a frouxidão dos estadistas e dos generaes. O exercito constitucional emigrou pela Gallisa. Deixava atraz de si o mais fero despotismo, que Portugal vira jámais nos delirios da monarchia absoluta. Mas levava na ponta dos seus ferros, como diz o poeta, a esperança da liberdade. Os soldados choravam de indignação e de vergonha, porque, frustrando-lhes o valor, os haviam lastimosamente desamparado. Aquelles valentes militares, a quem a fortuna ia cerrar as fronteiras da sua patria, germinavam nas patronas a semente da revolução. D'ahi a quatro annos, aventureiros conquistadores da propria terra, haviam de singrar em demanda do solo seu natal e bater com as coronhas das suas armas á porta dos tyrannos. Mais dois annos de combates, de prodigios, de maravilhas, de impossiveis, e a liberdade teria fincado solidamente na terra de Portugal a haste do seu pendão.

Logo o infante D. Miguel, ainda então revestido do titulo de regente em nome de elrei, dissolveu as côrtes da nação. O bispo-

conde foi uma das primeiras victimas, com que se inaugurou aquelle reinado sinistro e perseguidor. A 7 de julho de 1828 D. Fr. Francisco de S. Luiz era, com grande apparato de força militar, arrancado da casa em que vivia e levado ao seu desterro da serra de Ossa, onde no mosteiro dos eremitas de S. Paulo, devia por seis annos expiar o seu amor á liberdade. Ia conduzido por um zeloso magistrado, a quem não desacompanhavam no caminho os sobresaltos, os receios, os recatos com que marchava, escoltando um pobre e inoffensivo religioso, como se manobrára na presença do inimigo. «O magistrado, refere o bispo-conde nos seus *Apontamentos*, parece-me que levava mais medo do que eu e ás vezes dava-me riso, vendo os seus cuidados.»

Foi dura e estreita a reclusão do benedictino. Vivia incommunicavel, senão com os frades do mosteiro. Nem sequer consentiam que alongasse pela cerca algum passeio. Impunham-lhe ainda outras *restricções*, no dizer do bispo, tão humiliantes quanto injustas e aliás desnecessarias. Parece que o prelado

deveu estes excessos de rigor ás ordens apertadas do velho e durissimo conde de Basto, José Antonio de Oliveira Leite de Barros, ministro do reino e da marinha e ultramar.

Não tinha bastado um primeiro desterro, para que aos olhos da reacção passassem por satisfeitas as culpas liberaes do benedictino. Era mister que um novo e mais angusto encerro viesse demonstrar-lhe que n'aquelles tempos calamitosos, quem uma vez professára amor de liberdade, só podia expiar este sacrilego attentado caindo aos pés do absolutismo e proferindo em meio de abjectas humilhações e de infames apostasias o *poenitet me* de uma opprobriosa contricção.

E não era já bastante a retractação e a lisonja ao infesto poder, que se ia agora enthronisando. A macula de liberal só podia expungir-se inteiramente, testemunhando por actos de fanatismo absolutista a perseverança e a firmesa na interesseira conversão. Alguns dos homens, que tinham assignado a constituição de 1822, ou tinham sido parte no governo

revolucionario, e ainda mesmo no legal, depois que D. João VI assumira a governança tinham achado graça aos olhos do redivivo absolutismo a preço da consciencia e dignidade. Como ministros da moderada reacção de 1823 vimos apparecerem alguns d'aquelles proprios, que ou haviam collaborado na revolução e no seu codigo politico, ou depois de 1828 poseram o seu nome e a sua acção ao serviço da liberdade. Pamplona, um dos signatarios da constituição, desertára a causa popular para ser o ministro e o caudatario principal da realesa absoluta, como nos primeiros annos d'este seculo desamparára a causa da independencia para ser o soldado e o cortesão do cesarismo triumphante. Mas n'aquella primeira e branda restauração, a indole pacifica do despota coroado não exigia dos apostatas, que se fizessem juizes e sacrifices dos seus antigos confrades na idéa liberal. D. João VI chegára a ter velleidades caprichosas de outorgar aos seus vassallos uma temperada constituição e nomeára os estadistas, que deviam redigir o novo codigo, en-

tre os quaes sobresaía o conde de Palmella. Aquella reacção fôra na verdade ambiciosa, porém não fôra sanguinaria. O suave desterro do bispo conde no mosteiro da Batalha provava a lenidade e continencia d'este primeiro absolutismo restaurado.

Agora, porém, o caso era diverso. Já não era bastante o silencio, ou a adulação para dissipar as suspeitas do poder. Os reaccionarios de 1823 eram havidos já por liberaes aos olhos suspicases do novo absolutismo. Pamplona encontrava no seu carcere o triste desengano de que a flexivel consciencia politica não é escudo impenetravel contra os extremos frenesís da tyrannia. O conde de Palmella não escapava á proscripção, embora estivesse recente na memoria que o seu primeiro ministerio se havia levantado sobre as ruinas da liberdade. Para ser absolvido da heresia liberal, ou sequer da affeição á moderada realesa, era força que os neophytos do despotismo, não sómente renegassem a sua fé ardente, ou a sua mediana convicção, senão que tomassem por espelho e exemplo de suas idéas e

principalmente de seus feitos a crúa intolerancia dos juizes das alçadas. Perante a tyrannia é a indifferença já nefando sacrilegio. Não bastava então obdecer a quem regia e ser passivamente um vassallo submisso ás leis do estado, se leis havia então quando a vontade omnipotente de um só homem, ou a dos seus obcecados conselheiros era a norma commum do sentir e do pensar. O passado era a accusação e a sentença do presente. A suspeita era harto fundamento para o castigo. Os cadafalsos eram o instrumento, com que a tyrannia, revestindo o manto da justiça, punia a inconfidencia, em quanto sem forma de processo, os siccarios exerciam por sua conta as vindictas da sua facção. A delação arremessava um cidadão inoffensivo aos lôbregos segredos e ás casas-matas deleterias, onde a vida conservada ao prisioneiro era apenas a ironia atroz da clemencia e da piedade. O odio e a vingança de inimigos pessoaes punham um innocente a dois passos do patibulo, ou ensinavam-lhe o caminho dos presidios africanos. A no-

ta de menos frequente na devoção era a vespera do ergustulo ou do exilio. Nunca, sob as monarchias mais despoticas dos modernos tempos e em sociedades regidas na apparencia pela brandura da lei christan, foram mais litteralmente applicaveis aquellas palavras eloquentes, mas sombrias, com que Tacito exprobrou a furiosa demencia de Tiberio—«*Cunctos... necari jubet. Jacuit immensa strages; omnis sexus, omnis aetas, inlustres, ignobiles, dispersi aut aggerati: neque propinquis, aut amicis adsistere, inlachrymare, ne visere quidem diutiûs dabatur... Interciderat sortis humanae commercium vi metûs: quantumque saevitia glisceret, miseratio arcebatur.*» [1]

Pensar era um delicto, fallar um attentado; a mudez suspeita, porque parecia cumplicidade; perigosa a palavra porque se affigurava repreensão. Não havia senão um teor de vida, que posesse os cidadãos a coberto de cairem nas bastilhas, ou de encontrarem os ultimos rigores da justiça criminal. Era saudar ajoelhando o rei juvenil, que passa-

[1] Tacit. Annal VI. 19.

va cavalgando o seu corsel, seguido pela turba dos seus acostados mais dilectos; pendurar ao peito a real effigie; declamar perpetuamente os escriptos de José Agostinho, os pamphletos de fr. Fortunato, os libellos de Alvito Buella; esta litteratura infame, que fazia do baraço uma lei, do cadafalso um principio, do algoz uma religião, esta litteratura, em cujas paginas o sacerdote christão, depois de celebrar sacrilego o incruento sacrificio ao Deus misericordioso dos christãos, escrevia com o sangue do suppliciado de hontem a sentença ao padecente de ámanhan.

A reclusão do bispo-conde no mosteiro de S. Paulo da Serra d'Ossa foi talvez para o encarcerado uma involuntaria precaução contra mais duras adversidades. Ali ao menos viveu durante seis annos de sevo despotismo, senão esquecido pelos seus perseguidores, ao menos resguardado contra a inclemencia de carceres mais lobregos, onde a escura intolerancia lhe não deixasse no cultivo das boas lettras occupação e conforto a suas amarguras.

Foi aquella funesta quadra uma das mais abençoadas e fructiferas para o bispo em safra intellectual. Era o logar ermo, agreste, convidativo de estudo e meditação. O encerro estreito, não cruel: os companheiros nem tão féros, que impedissem o trabalho por aggravar a pena, nem tão conversaveis que divertissem o escriptor de seus cuidados litterarios. Acabava-se o mundo presente nos apertados limites do mosteiro; dilatava-se o mundo preterito, pela applicação do erudito benedictino e pelo subsidio valioso, que lhe prestava a livraria conventual. Ali passava D. Fr. Francisco fazendo breves com a leitura as horas compassadas e longas do desterro. D'aquelle tempo datam numerosissimos escriptos e memorias, em que o bispo foi illucidando varios pontos das antiguidades ecclesiasticas, politicas e linguisticas das Hespanhas. D'esta forçada clausura foram tambem fructos a versão dos tratados de Seneca sobre a *constancia do sabio* e *a brevidade da vida* e o que o famoso estoico dirigio desde o logar do seu exilio a

Helvia, sua mãe. A estes escriptos se accrescentaram outros referentes aos descobrimentos e navegações dos portuguezes desde o seculo XV, e foi o mais notavel o que o bispo colligio sob o titulo de *Indice chronologico dos descobrimentos e viagens dos portuguezes e de outros serviços que fizeram aos estudos da geographia.*

Em meio de suas doutas empresas litterarias não se deslembrava o bispo de acudir quanto podia pelos fóros da monarchia liberal e da que elle defendia como legitima successora no throno portuguez. Na serra de Ossa escreveu pois o bispo-conde as suas *Novas reflexões sobre o assento das chamadas cortes dos tres estados* em 1828.

NOTA 13.ª

«D'aquelle carcere religioso...» pag. 24.

N'estes lavores litterarios, que eram a só occupação do encarcerado, foi elle passan-

do os seis annos do seu segundo captiveiro, á espera de que o desenlace do temeroso drama politico, lhe trouxesse a suspirada liberdade. Terminada a guerra civil, foi solto o bispo-conde por ordem do duque da Terceira em fins de maio de 1834.

O bispo-conde fôra sempre havido por todos na conta de um homem grave e respeitavel, e por muitos reputado como um notavel estadista e um prestante cidadão. Os homens que dirigiam agora os negocios publicos, depois de restaurado o governo liberal, eram em grande parte seus consocios na perseguição e no exilio, antigos companheiros de fortuna politica, collegas nas cortes de 1822 e 1826, apreciadores sinceros dos seus talentos e virtudes. Logo pensaram em aproveitar as muitas habilidades do erudito benedictino n'algum honroso cargo dos que estavam então vacantes. Por decreto de 4 de junho de 1834 foi o bispo-conde nomeado guarda-mór da torre do Tombo, officio para que o recommendavam os seus estudos predilectos da historia e diplomatica nacional.

*

Trasladou-se o bispo logo á capital, e a 24 d'aquelle mez honrou-o o duque de Bragança com a nomeação de conselheiro de estado.

A primeira legislatura depois da guerra civil abrio as suas sessões em 15 de agosto de 1834. D. Fr. Francisco de S. Luiz havia sido eleito deputado. A camara popular prestou homenagem aos seus talentos eminentes, assignalados serviços e duras provações, elegendo-o seu presidente.

O duque de Bragança não poude sobreviver á esplendida victoria da liberdade, senão o tempo escassamente necessario para depôr na representação nacional a fecunda e energica dictadura, em que o tinham investido a necessidade e a occasião. O guerreiro, depois de luctar briosamente durante quatro annos em gloriosissimas pelejas, resgatando com o seu brio pessoal a antiga desidia e frouxidão dos soberanos da sua dynastia, chegado agora ao termo de suas heroicas aventuras, caía prostrado ao peso dos trabalhos, ia encerrar na flor dos annos o seu

breve estadio de rei e de soldado. Os loiros ainda frescos e recentes em vez de lhe exornarem o triumpho entreteciam-se com o myrtho e o cypreste da sua ultima jazida. Foi talvez providencial para a gloria do grande cidadão, que a sua estrella se escon desse no occaso logo após as suas epicas victorias. Os que ajudam a fundar a liberdade não são sempre os mais capazes de a fortalecer e tutellar. Quem sabe se o que tinha sido heroe como soldado e legislador, em quanto a presença do inimigo cerrava as fileiras constitucionaes, teria deslustrado os seus laureis, quando o dessidio inevitavel dos liberaes, já declarado em vida de D. Pedro, o houvesse forçado a participar nas luctas civis e nas odiosas contenções de partidos irreconciliaveis e lhe tivesse amesquinhado a popularidade, que elle vira declinar nos dias derradeiros da sua existencia attribulada? Para os grandes homens é um favor da Providencia o principiar para elles a posteridade apenas tenham acabado de cumprir a sua missão e quando está ainda immaculada de

interesses facciosos e de paixões vulgares a sua auréola.

A rainha D. Maria II, apenas saida da infancia, assumio a plenitude do poder real, pouco antes que seu pae repousasse no pantheon de S. Vicente. A 24 de septembro de 1834 nomeava a rainha o seu novo ministerio e conferia a pasta dos negocios do reino ao bispo-conde, D. Fr. Francisco de S. Luiz.

Foi breve a administração do benedictino, porque a 17 de fevereiro de 1835 já o achamos exonerado das funcções ministeriaes. No curto praso de menos de cinco mezes, ainda o bispo-conde provou mais uma vez a rectidão exemplar do seu caracter e o seu amor á escrupulosa observancia da lei. Estavam ainda mal extinctos os odios politicos, inseparaveis companheiros de uma diuturna e cruentissima guerra civil: o imperio da legalidade ainda não inteiramente restaurado. Jaziam nas prisões ou andavam desterradas de seus domicilios muitas pessoas, a quem não aproveitara ainda a

lettra benefica do codigo fundamental, suspenso durante as luctas da restauração. O bispo-conde fez cessar estes vestigios de anarchia, mandando que se executasse fielmente o que dispunha a constituição e se restituissem á liberdade os que ainda padeciam os effeitos de uma já desnecessaria dictadura.

No proprio dia em que o bispo foi exonerado do encargo de ministro, recebeu a carta regia que o nomeava par do reino. No mez de dezembro antecedente a rainha por acto espontaneo de sua vontade tinha elevado Fr. Francisco de S. Luiz á dignidade de grão cruz da ordem militar de Christo. D'esta graça, que lhe foi concedida, sendo ainda ministro da propria repartição, por onde corre o despacho das mercês, se desculpou o prelado nos seus *Apontamentos*, temeroso certamente de que lhe fizessem a imputação de menos delicado em aproveitar o cargo publico para alcançar novas honras pessoaes. É para nós de fé que o benedictino chegado a annos já provectos, e desengana-

do de vaidades, se porventura algum dia lh'as houveram consentido o bom juizo e a profissão, em nada concorreu para a concessão d'este favor. Melhor houvera sido todavia que a rainha tivesse esperado a demissão do ministerio e que o bispo, por mostrarse consequente, respondesse aos obsequios da soberana com uma cortez mas efficaz renunciação. A concessão das graças é um officio da realesa e um acto do poder executivo, mas nenhuma argucia metaphysica póde eximir os ministros constitucionaes á completa responsabilidade. Sob o pretexto d'esta doutrina absurda e absolutista, que torna o imperante, nas monarchias representativas, o arbitrario dispensador das honras e das mercês, se tem acobertado a vaidade e a ambição de alguns estadistas, os quaes têm convertido os seus proprios ministerios em manancial inexhaurivel de accrescentamentos pessoaes.

Tomando assento na camara alta, foi o bispo designado para supplente á presidencia.

As circumstancias politicas de Portugal vieram a complicar-se gravemente com os successos de 1836. Não era nova a divisão da familia constitucional em duas parcialidades perfeitamente caracterisadas, as quaes durante a conquista da liberdade haviam dissimulado, sem de todo as sacrificar, as suas profundas dissidencias e as suas inconciliaveis antipathias. A um lado estavam os liberaes, que veneravam na carta o moderno fundamento da monarchia e a segurança das immunidades populares. A outro arrolavam-se os que julgando o codigo outorgado por D. Pedro uma bandeira para as luctas bellicosas do Porto e da Terceira, aspiravam a dilatar o horizonte da liberdade e a fundar na soberania da nação o pacto da sua nova existencia politica e social. A uma parte cerravam as suas fileiras os cartistas puritanos, ou os *chamorros*, como depois lhes chamaram por apodo e irrisão. A outra parte agitavam-se os democratas, os radicaes. Uns pretendiam que a nação nas primeiras experiencias da sua vida constitucional, quan-

do estavam ainda recentes os tropheus de tantas victorias memoraveis, se regesse pela carta e conciliasse com os fóros populares a tradição da realesa. Os outros, educados n'uma escola mais revolucionaria, alongavam os olhos com saudade até o primeiro alvorecer da liberdade portugueza, reverenciavam o movimento democratico de 1820, e haviam-se por affrontados de que um povo heroico, apoz tantos e tão nobres testemunhos de galhardia varonil e de civismo intemerato, se governasse por uma lei, que um monarcha havia dictado, por um acto de pura munificencia, para converter em cidadãos incompletos os antigos servos da monarchia.

A contenção entre os dois gremios liberaes correra com varia fortuna durante a emigração e não raro pozera em perigosa contingencia a causa commum e principal, a mais breve libertação da patria. As malquerenças reciprocas das duas fracções hostis haviam irrompido em suas apaixonadas explosões nos folhetos e brochuras publica-

das no discorrer da emigração. O general Saldanha, filiado no partido radical, tinha tido nas suas opiniões politicas um impedimento a que a sua espada se tirasse desde o principio nas pelejas liberaes. E se já depois de cercado o Porto o valente general poude vir ennobrecer de novos e mais brilhantes feitos a sua epopéa militar, deveu acaso a tolerancia á apertada conjunctura. Rodrigo Pinto Pisarro, que depois assignalou pela sua energia e honradez o seu curto ministerio, expiou em S. Julião da Barra, preso á ordem do governo constitucional, o mal soffrido radicalismo das suas idéas.

Desde a primeira legislatura, inaugurada em 1834, os combates parlamentares haviam prenunciado que a união e a concordia não viriam sasonar os fructos da emancipação liberal apenas iniciada. Nas pugnas politicas, que tiveram por theatro a assembléa popular até 1836, as paixões e as divergencias tinham distanciado mais e mais os dois partidos.

Ás discordancias politicas vinham accrescen-

tar-se as dissidencias de opinião ácerca da administração e da fazenda.

Todos os partidos que triumpham apoz uma demorada e custosa guerra civil, tendem a abusar da sua victoria e a esquecer pelo egoismo a sua primitiva abnegação. Os vencedores tinham sido os que pelejavam convictos pela carta. Os que por mais adiantados em liberalismo, não primavam no affecto áquella apertada lei politica, haviam sido apenas alliados n'aquella empresa, e concluidos os heroicos trabalhos das campanhas mal podiam ser chamados a gerir os negocios da nação. Os conservadores ou os cartistas, eram sem duvida os mais influentes e poderosos pela distincção dos seus serviços, pela eminencia das suas posições officiaes, pela autoridade dos seus nomes, pela sua valia perante a coroa. N'aquelle partido se contavam com pequenas excepções os que tinham sido ministros de D. Pedro, os que mais se presavam de seus amigos e respeitadores de sua memoria, os que lhe haviam assistido nos conselhos da dictadura, ou nos campos

de batalha, como seus mais distinctos generaes. N'aquelle gremio tinham praça os altos funccionarios e os que já cansados de carceres, de exilios, de provações e de infortunios, desejavam repousar á sombra protectora de uma temperada monarchia, ou defender a todo o transe as suas posições officiaes.

Os governos cartistas, como todas as situações conservadoras e ordeiras, tendiam pelo irresistivel pendor da sua indole para o abuso e dissipação, achaque natural das monarchias representativas, quando não as corrige a ponto e efficazmente o ephorato moral da opinião, a continua e séria interferencia do elemento democratico. Accusavam aos cartistas os seus contrarios de malbaratar a fazenda publica e de aggravar damnosamente a sua periclitante situação. O nome de *devoristas*, com que a satyra politica designava os conservadores, se era uma appellação injuriosa dictada em grande parte pelo odio dos contrarios, não deixava de responder por outro lado ás justas suspeições do juizo popular.

Se as monarchias absolutas ou representativas são raras vezes exemplares na temperança e moderação de seus dispendios, mais se exacerbava este defeito nos primeiros tempos decorridos apoz a restauração constitucional. A abnegação é uma virtude paradoxal para o commum dos politicos e dos mortaes. Esta severa e espiritual religião do principio e do dever, esta desinteressada e estoica inspiração que tempera a espada do soldado, aguça a penna do publicista, fortalece a palavra do tribuno, e accrescenta o vigor do estadista sem nenhuma esperança de galardão, este cooperar n'uma grande empresa, com a firme convicção de que o salario é escasso e o nome, como o dos que no Egypto levantavam as pyramides, se eclipsará na sombra da immensa construcção, é um sacrificio superior ao commum das humanas condições. Os que tinham padecido nos carceres e nos presidios, mendigado em terras peregrinas por se forrarem ás atroses vindictas da realesa absoluta, vagueado por fraguedos, ou gemido largos annos de homi-

sio, os que tinham exposto a vida e esparzido o sangue na requesta da liberdade, os que haviam perdido a fasenda nas perseguições e nos confiscos, acorriam a pedir o premio de seus feitos ou a reparação de seus passados infortunios. Era mal-propicia aquella sasão para attenuar a despesa publica e redusir ao necessario os empregos subsidiados. Sómente uma situação politica largamente democratica e escudada pelo favor da opinião podia metter o peito á empresa e deter na sua rapida carreira o desbarato da fasenda nacional. Para este fim era força modificar o mechanismo do governo, diminuindo o poder da coroa, fonte primordial das influencias conservadoras; era necessario tentar de novo um regimen popular, em que a lei politica fosse livremente formulada pela vontade nacional.

A revolução de septembro foi o primeiro acto d'este longo drama de mutua resistencia entre a prerogativa do imperante e a soberania popular.

Trez homens notaveis pelo seu talento, pe-

lo seu patriotismo e pelo seu ardente amor da liberdade illustraram principalmente a revolução. Sá da Bandeira, Passos Manuel, José Estevão: o general, o legislador e o tribuno, todos trez diversos na indole e no caracter, todos elles semelhantes na intemerata probidade, no animo generoso, no fervor das convicções.

A revolução de septembro pela sua incruenta espontaneidade e pelo enthusiasmo popular que a saudou e robusteceu, assombrou a coroa e os conservadores. Eram porém aquelles os tempos, em que a dignidade e a honra dos partidos não consentiam transacções com a consciencia e o dever. Entre os que permaneciam fieis á carta pura e os que se levantavam para lhe substituir e contrapôr um codigo democratico, não podia haver sombra de concerto. Não era como hoje, em que os habitos diuturnos da vida constitucional, e o relaxismo dos costumes politicos, toleram as improvisas conversões, as complacencias interesseiras e as mudanças de opinião. Os cartistas attesta-

ram a fidelidade aos seus principios demittindo-se dos cargos que occupavam e protestando por este modo contra a começada revolução.

O bispo-conde era cartista. Já denunciara, como vimos as tendencias do seu moderado liberalismo no tempo em que fôra membro da regencia e deputado ás cortes ordinarias de 1823. Julgou um dever de consciencia acompanhar o seu partido na solemne demonstração contra o movimento de septembro, pedindo e obtendo a exoneração de guarda mór do archivo nacional. Na supplica appresentada pessoalmente pelo bispo a D. Maria II disia elle que o sacrificio que fasia d'aquelle emprego era «necessario aos seus sentimentos, aos seus deveres e á sua consciencia» «O supplicante, (accrescentava o benedictino) jurou cinco veses a constituição de 1826. Não é possivel desligar-se de tão apertados vinculos sem lançar a mais feia nodoa no seu nome e sem o faser odioso á posteridade.»

Ao mesmo tempo firmava D. Fr. Fran-

cisco de S. Luiz o protesto datado de 18 de septembro e dirigido á rainha por vinte e sete pares do reino, entre os quaes se contavam os duques de Palmella e da Terceira, os condes de Lavradio e Villa Real, Margiochi, Agostinho José Freire, Manuel Gonçalves de Miranda, visconde da Serra do Pilar.

O ministro Passos Manuel, a quem e ao seu benemerito presidente do conselho, o visconde de Sá da Bandeira, se deveu o primeiro e mais vigoroso impulso á instrucção nacional, havia instituido regularmente o ensino das boas artes em Portugal. Pouco depois de organisada a academia das bellas artes de Lisboa, elegeu ella por um dos seus primeiros socios honorarios a D. Fr. Francisco de S. Luiz.

Em dezembro de 1836 foi o bispo-conde eleito vice-presidente da academia real das sciencias pelos votos unanimes dos seus consocios.

Procedendo-se ás eleições para o congresso constituinte, os circulos de Lisboa e de Via-

na do Minho honraram o bispo-conde com o diploma de seu representante, apesar das moderadas opiniões do estadista. No congresso occupou D. Fr. Francisco a presidencia como decano emquanto se não elegeu a mesa definitiva em 9 de janeiro de 1837. Poucos dias depois officiava o benedictino á assembléa legislativa, renunciando ao logar de deputado.

Na carta dirigida ao secretario do congresso dizia D. Fr. Francisco de S. Luiz que por não parecer desagradecido aos dois circulos de Lisboa e de Viana, que o haviam eleito seu mandatario, fôra tomar assento n'aquella assembléa, onde servira com assiduidade e inteiresa. Ponderava, porém, o bispo-conde que a continuação do sacrificio sómente poderia servir de abbreviar-lhe a vida, sem nenhum proveito publico. E fundado n'este motivo fasia o benedictino a deixação do seu logar.

Os tempos iam revoltos e borrascosos, principalmente para quem professava, como o bispo-conde, idéas moderadas e pacificos in-

tentos. A revolução de septembro não o podia numerar entre os seus adeptos nem sequer entre os que a toleravam e seguiam como um facto já agora inevitavel. Ainda que não fossem notorios os sentimentos politicos do bispo-conde, não seria licito duvidar da sua repugnancia ao recente movimento democratico, em presença das suas proprias confissões. Em outubro de 1836, decorrido pouco mais de um mez apoz a revolução, escrevendo D. Fr. Francisco de S. Luiz a um amigo, lastimava os infortunios que a seu aviso estava o reino padecendo «O estado de Portugal (referia o bispo)... é cada vez peior e mais lamentavel. As cortes e eleições para ellas, em que muitos firmavam as suas esperanças, ahi trazem toda a gente da anarchia. Em muitos circulos eleitoraes dominou a força bruta, armada de suggestões e de punhaes... em fim não houve violencia que se não practicasse escandalosamente, nem houve (o que é mais para lamentar) uma providencia do governo, que posesse termo a estes males. Não

falta quem presuma que elle os promovia positivamente e as apparencias não são contra esta presumpção. Ha no meio d'isto uma circumstancia que parece consoladora, é a *conversão dos póvos* para a boa ordem, porque onde houve alguma liberdade, os defensores da carta e os amigos do sr. D. Pedro ganharam a maioria dos votos... todos os momentos estou a representar-me a nação precipitada no *ultimo grau* da escala *anarchico-democratica*...»

Em presença d'este severo julgamento é forçoso concluir que o bispo-conde professava a mais entranhavel e digamos injusta antipathia á revolução. O seu juizo estava longe de ser imparcial. Se depois de 1820 houve jámais em Portugal um congresso respeitavel pela autoridade dos seus nomes, pela copia dos seus talentos e pelo civismo das suas intenções, foi sem duvida a assembléa constituinte de 1838. Os que o bispo appellidava a *gente da anarchia* eram homens de talentos eminentes, parlamentares e litterarios, como Passos Manuel, Almeida Garrett,

José Estevão, Manuel Antonio de Vasconcellos; varões graves pela sua posição e pelos seus antecedentes, como João da Cunha Souttomaior, Lopes de Moraes, Barjona, Antonio Cabral de Sá Nogueira; distinctos officiaes como José Osorio, Franzini, Antonio Cesar. Havia, é certo, n'aquella grande assembléa alguns homens d'estes que surgem nas convulsões da sociedade ou para exaggerar, se podem, a liberdade até á demagogia, ou para desencadearem as paixões e as demasias populares ao sabor das suas proprias ambições. N'aquelle congresso fasia a sua publica apparição na scena tormentosa dos partidos um personagem, que amanhecendo demagogo, se levantou por graus mal compassados a exercer uma longa e quasi illimitada dictadura á sombra da realesa constitucional. N'aquella assembléa os homens da anarchia eram felizmente a excepção. E diga-se por sua justa apologia que o animo naturalmente enthusiasta ainda mais se lhes escandecia com os perigos e as ciladas, que a reacção cartista andava apparelhando a ca-

da passo aos progressos da revolução. O partido conservador era poderoso, audaz, influente. A tentativa de Belem dera já nos primeiros tempos a medida da sua tenacidade, accrescentada pelos brios varonis da imperante. As revoluções cedo caem desalentadas, se não as alimenta o enthusiasmo popular, e os grandes sentimentos da multidão raras veses se manifestam sem tempestuosas explosões.

Houve excessos junto da urna eleitoral. E que povo em revolução alcançou sair immaculado d'estas apaixonadas contenções? Quando os cartistas vieram a triumphar, restaurada a carta de D. Pedro, não lastimaram os liberaes as mais opprobriosas vexações e as violencias mais atrozes contra a franquesa do suffragio? Se os governos que se presam de amigos e defensores da ordem e do throno, são os que teem assignalado em mais sinistras paginas os fastos das pugnas eleitoraes, como havemos de attribuir exclusivamente á democracia os disturbios e oppressões no seu custoso noviciado popular?

O bispo era pois parcial contra os seus adversarios, e era-o principalmente em lançar á conta de uma criminosa connivencia do governo os desmanchos da ordem publica. Se Passos Manuel era um tribuno fogoso, convicto, arrebatado ao mesmo tempo pelos vôos da sua formosa imaginação de poeta e de orador e pelos raptos dos seus principios democraticos, o seu coração era grande e generoso, a sua alma cerrada a toda a ruim inspiração de odio ou de vindicta. Era a audacia de Robespierre, e a eloquencia revolucionaria de Mirabeau com a temperança de um spartano, a puresa de um girondino, a fé intemerata de um romano, a graça de um academico, a elevação espiritual de um ardente reformador. Sá da Bandeira, a quem tantas vezes, apesar do seu puro liberalismo, se acolheu a coroa nos seus trances mais dolorosos, era pela sua indole leal, cavalheirosa, pela nobre firmesa dos seus principios, a negação da violencia e da tyrannia demagogica. O bispo, escrevendo sob a impressão de successos para elle desagra-

daveis, assombrava de mais o colorido. Era porventura aquella a sua sincera convicção. Por isso elle não podia sem quebra do seu dever politico pertencer ao congresso constituinte, onde lhe seria necessario batalhar tão duramente, quanto lh'o não consentiam os annos já provectos, e o desuso das refregas parlamentares, em que jámais havia sido consummado.

O congresso, honrando as lettras e serviços do prelado, embora compreendesse os motivos da renuncia, não a quiz autorisar com o seu consenso, e deixou livre ao bispo-conde o participar nos trabalhos legislativos, segundo lh'o permittisse a sua saude. O parecer sobre que recaío a deliberação do congresso constituinte era firmado pelo republico eminente Rodrigo da Fonseca Magalhães e pelo insigne José Estevão, que então se levantava na força da juventude e do talento para engrandecer com a sua palavra a tribuna portugueza e avigorar com a sua eloquente doutrinação os verdadeiros cultores da liberdade. O parecer era mani-

festamente da penna correcta e grave de Rodrigo, que apontava o venerando benedictino como «um dos mais illustres ornamentos da nação portuguesa em sciencia e em virtude.»

D'esta feição sabia o congresso responder ás duras apreciações que o bispo-conde fisera da revolução e dos seus representantes. A um publico adversario convidava-o, com palavras de primor e veneração, a que não desamparasse o seu posto parlamentar em tão grave e difficil conjunctura, em que não seria demasiado o conselho prudente e illuminado, senão a palavra fluente e imaginosa de tão benemerito varão.

Quaesquer que fossem as profundas alterações trasidas pela idade, pela experiencia, por largos annos de amargas provações á doutrina politica do erudito benedictino, a sua hostilidade á revolução democratica de 1836 era sincera e encaminhada em sua firme persuasão á felicidade nacional e á defensão e melhoria de nossas liberdades. E mais vale certamente um inimigo leal e

convencido que um amigo ambicioso e interessado. Quantos homens, esquecendo o nobilissimo exemplo do prelado, não cortejaram rastejando a triumphante revolução, e se fiseram os fautores das populares excitações, e invejaram a gloria sinistra de Danton e de Marat, para irem a pouco trecho ajoelhar reverentes e contrictos diante da realesa, renegando ignominiosamente as suas tradições e tomando o infamante logar dos renegados no sequito dos que perseguem ou desdenham a liberdade!

Quando algum d'estes miserandos Esaús do credo popular nos appareça na historia ou na scena comtemporanea, quando o virmos, Jano bifronte esconder envergonhado o rosto onde surria a mascara de uma feroz demagogia, e ostentar jubiloso e impudico a visagem de cortesão, que a posteridade tem já de ante mão assignalado com o sello opprobrioso da apostasia, quando o confronto do passado e do presente de certos revolucionarios nos tiver inclinado a descrer da honra partidaria, quando estivermos a ponto de

hesitar sobre se a politica é uma philosophia ou um mercado, a consciencia uma religião ou um scenario, então desde o lodo, em que se revolvem os mercenarios das idéas, levantemos os olhos até a serena região onde revôa a memoria dos homens virtuosos, e comtemplando a honrada coherencia do illustre benedictino, poderemos confortar-nos e confessar por honra da humanidade que tambem na scena angusta, em que se affrontam e atropellam as ambições e os interesses dos politicos, ha ainda um logar escasso e apertado, onde se aninhe a honra, a consciencia e o dever.

NOTA 14.ª

«Já preconisado para a cadeira patriarchal...» pag. 25.

Depois da revolução de septembro e nos annos que precederam a sua elevação ao solio patriarchal, pode diser-se que D. Fr.

Francisco de S. Luiz viveu quasi exclusivamente applicado aos negocios ecclesiasticos e ao lavor intellectual. Retirou-se da scena politica, onde por tão dilatados annos estivera testemunhando a sua illustração, a sua tolerancia, e a sua honestidade. Tal era o conceito, em que os seus proprios adversarios tinham as muitas lettras e a prudencia do prelado, que buscando o governo restaurar as relações entre Portugal e o centro da unidade catholica, logo se lhe deparou o illustradissimo prelado como o mais accommodado a aconselhar os poderes publicos n'esta difficil negociação. Por decreto de 9 de junho de 1838, referendado pelo ministro interino da justiça, Manuel Duarte Leitão, nomeou a rainha uma grande commissão, que devia propôr com urgencia as providencias necessarias para occorrer ás difficuldades, em que então se encontrava a egreja lusitana. D'aquella commissão foi presidente o bispo-conde, tendo por companheiros, entre outros, a homens de tão notoria capacidade, quaes eram Francisco Manuel

Trigoso de Aragão Morato, Almeida Garrett, Manuel de Castro Pereira, Annes de Carvalho, que depois foi arcebispo de Evora. A 30 de junho assignava a commissão o parecer, em que lembrava ao governo os alvitres que se deveriam adoptar para desde logo remediar as irregularidades e abusos introdusidos na disciplina ecclesiastica pelas turbações politicas do paiz.

O cardeal patriarcha, D. Fr. Patricio da Silva, da ordem dos eremitas calçados de S. Agostinho depois de exercer as mais altas dignidades na egreja e no estado, veio a fallecer a 3 de janeiro de 1840. Nenhum prelado poderia em meritos, em sciencia e em virtudes disputar a D. Fr. Francisco de S. Luiz a cadeira olisiponense. Declarada a vacante, estava naturalmente indicado para a encher o bispo-conde, a quem o governo de feito appresentou na dignidade patriarchal por decreto de 5 de janeiro de 1840.

Repugnou o bispo quanto poude a receber a tiara patriarchal. Os annos, os achaques, a modestia, a desconfiança das pro-

prias forças, o receio de fraudar as suas litterarias recreações, tudo lhe accrescentava os brios para resistir ás tentações da ambição e da vaidade. Estava a ponto de cumprir setenta e quatro annos, edade em que um animo fortalecido pela christan philosophia, mais se delicía com o retiro do que se deslumbra com as pompas e grandesas. «Depois de uma grande lucta (escrevia o prelado a um seu amigo) em que esgotei todos os meus recursos intellectuaes, moraes, physicos e economicos, appareci emfim vencido e prostrado e estou nomeado patriarcha de Lisboa. Se v. s. conhecesse mais de perto o meu genio, a minha situação, as minhas propensões e os meus habitos actuaes avaliaria bem exactamente a violencia, que foi necessario fazer-me e creio que teria pena de mim... Lá ficam pois arrumados os livros, os papeis, as curiosidades litterarias e tudo aquillo finalmente, em que eu fasia consistir as minhas innocentes distracções.»

A 29 de abril de 1843 recebeu o breve de confirmação e no consistorio de 19 de

junho seguinte foi proclamado presbytero cardeal da santa egreja romana. A 18 de julho recebeu na sua capella o *pallio*, na sua qualidade de prelado metropolita. A 20 d'esse mez celebrou-se na capella das Necessidades a imposição do barrete cardinalicio ao patriarcha de Lisboa.

Havendo sido instaurada a 10 de agosto de 1844 a nova patriarchal, fez o prelado no seguinte dia a entrada solemne na sua egreja.

Apesar dos multiplices cuidados, que o trouxeram sempre affadigado na sua breve administração da archidiocese lisbonense, não poderam cumprir-se felizmente para as lettras patrias as appreensões, com que o prelado considerava no baculo e na purpura um invencivel impedimento á continuação dos seus estudos litterarios. A esta epocha pertence a revisão e publicação do *Indice chronologico das navegações, viagens e conquistas dos portugueses nos paises ultramarinos.*

Ao ultimo acto politico do cardeal Saraiva deu occasião um dos factos mais singu-

lares e mais extranhos da nossa historia constitucional. A lei fundamental de 1838 estava em pleno vigor na sua lettra, posto que mal observada quanto ao seu espirito essencialmente democratico pelos ministerios conservadores, que haviam alcançado senhorear-se do poder. Era aquelle codigo extremamente liberal. N'elle se haviam corrigido as imperfeições e os defeitos da primeira constituição, em que se tinham amplamente consagrado os fóros populares apoz a revolução de 1820. Representava uma sensata conciliação entre os direitos imprescriptiveis do povo portuguez e a posse immemorial da monarchia, sem todavia, como nas cartas outorgadas, attribuir á realesa o melhor quinhão no governo politico do estado. Estabelecia um senado electivo, que pela elevação das condições censiticas e pela eminencia das categorias officiaes em que era eleito, afiançava a sua efficaz influição como elemento conservador, e apparecia aos olhos do povo como uma assembléa veneravel e incomparavelmente mais

aristocratica na accepção politica do termo de que a actual camara dos pares. Os direitos dos cidadãos eram melhor assegurados do que na carta: a independencia dos poderes mais protegida contra as frequentes irrupções do executivo na sphera legislativa e judiciaria.

Muitos dos homens influentes e notaveis, que haviam contrariado a revolução de septembro estavam agora convertidos ao novo codigo e reprovariam energicamente a empresa de restaurar a carta de 26. Os mais sensatos conservadores só aspiravam a encastellar-se no poder, convertendo quanto possivel em beneficio da sua politica a nova constituição. Um homem, porém, dos que mais se haviam distinguido no exaggero demagogico das suas opiniões durante a revolução de septembro, e que estava agora no governo, determinou de operar uma audaciosa reacção com o intento de restabelecer o velho codigo monarchico. Pela primeira vez se vio em Portugal um dos proprios ministros de uma situação legal ir promover a insurreição na

força publica, e declarando-se em aberta hostilidade com os seus collegas, proclamar abolida a constituição, lançando gravissimas suspeitas sobre a coroa, como cumplice e fautora de um criminoso golpe de estado.

Quando no Porto venceu a sedição militar, tendo á sua frente o ministro da justiça, o governo de Lisboa, auxiliado pelos que presavam a constituição e a liberdade, quiz oppor-se ao attentado. Era porém tardio e inexequivel o remedio. As constituições democraticas perdem o vigor e a virtude nas mãos dos governos conservadores. Para que ellas se mantenham e se avigorem é força que se inspirem sinceramente no seu espirito os que com ellas tem de governar. A resistencia contra a restauração da carta veio a parar em declamações dos liberaes. O senado lavrou contra aquella tremenda illegalidade o seu protesto. E o cardeal Saraiva, que fasia parte do alto corpo legislativo, associou-se livremente á reprovação infligida pela sua respeitavel assembléa contra o acto sedicioso.

O novo regimen da carta valeu porém ao cardeal a vice-presidencia da camara dos pares. E cumpre diser em obsequio da verdade, que se o prelado protestou em 1842 em favor da constituição de 38, as suas naturaes inclinações lhe fiseram dissimular a violencia da restauração pelo muito amor que professava á monarchia temperada e pela veneração, com que sempre havia honrado a memoria de D. Pedro. Aquella foi a derradeira distincção que recebeu.

A 7 de maio de 1845 perdeu a egreja lusitana em D. Fr. Francisco de S. Luiz um dos seus prelados mais venerandos, a patria um cidadão exemplar pelos seus costumes, a civilisação nacional um dos seus ornamentos mais illustres. Durante setenta e nove annos, a que se allongou a sua vida, foi raro porventura o dia, em que não votasse algumas horas ao cultivo das boas lettras. E se os escriptos que nos legou não primam pela profundesa dos conceitos, pela altesa dos assumptos, pela formosura das imagens, pelos encantos da dicção, pelos ra-

ptos da eloquencia ou pelas miragens da poesia, se o cardeal Saraiva, circumscripto á area estreita dos estudos patrios, philologicos e historicos, não deixou nenhum d'estes monumentos imperecedores, que servem de marcos milliarios á civilisação universal, o seu nome será sempre venerado como o de um investigador consciencioso e de um litterato apreciavel pela puresa, com que escreveu a lingua nacional.

ELOGIO HISTORICO

DE

RODRIGO DA FONSECA MAGALHÃES

Conselheiro de estado, par do reino, ministro e secretario de estado honorario, grão cruz da ordem de Christo e socio emerito da Academia Real das Sciencias

Recitado na sessão publica desta corporação

No dia 20 de fevereiro de 1859

ELOGIO HISTORICO

DE

RODRIGO DA FONSECA MAGALHÃES

Antes que a honrosa obrigação, que me impusestes me houvesse aqui trazido para ousar a commemoração de um grande nome, já a tribuna portugueza, orphã de uma brilhante inspiração, havia trajado lucto pelo talento, e o paiz inteiro, contemplando erma a cadeira, d'onde se erguia aquella palavra solemne e persuasiva, reparando n'um dia as iniquidades da inveja e da fortuna, havia clamado unisono: Emmudeceu uma bocca eloquente, morreu um grande homem em Portugal.

Este homem, cujo vulto parece ainda vaguear com a magestade da eloquencia, procurando a tribuna, que fôra a sua predilecção e a sua gloria, era Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Concedeis-me, Senhores, a honra de celebrar em vossa presença os illustres predicados, que adornaram o estadista, a quem hoje deploraes.

E eu quasi me sentiria inclinado a não proseguir no discurso que intentei. E que melhor panegyrico do que o nome d'um grande homem! Que mais viva revelação dos seus talentos do que os raios, que a tribuna ainda reflecte, d'aquella intensa luz, que não ha muito tempo se apagou? Que mais solemnes e publicas exequias do que as honras, que lhe decretaram os proprios adversarios, quando a morte, que o ferio, lhes trocou a elles a paixão pela benevolencia e das mesmas injustiças da emulação politica tirou os primeiros applausos da posteridade imparcial?

Estaes esperando talvez que eu encareça o eterno eclipse de tão privilegiada intelligen-

cia, e inclinado sobre um tumulo, invoque d'entre os cyprestes os eccos d'uma dor inconsolavel?

Não; não venho aqui a desfolhar saudades sobre uma campa illustre, e a pendurar as primeiras coroas funebres na cruz solitaria que decora um mausoléo. O officio da posteridade não é o de carpir, senão o de exalçar, os que bem mereceram da sociedade. A gloria coroa, mas não chora. E o que vós me encommendastes n'este dia, é votar os primeiros louros a quem tanto os mereceu pelo coração e pelo engenho.

O homem passou e morreu. É a lei da caduca humanidade. O genio luziu e perpetuou-se. É o destino d'esta immortal centelha, que requeima e devora a lampada fragil, em que brilha, para refulgir por muitos seculos, depois que a argilla grosseira, de homem se fez ossada, e de ossada se dispersou em pó no turbilhão da eternidade.

E para que lastimar a morte de um grande homem?

É a morte para os nomes benemeritos um

integro juiz e um imparcial reparador de affrontas e aggravos. Resplandeceu em vida um talento eminente, e a inveja, similhante ás tempestades alpestres, que sacodem e destroncam a coma dos cedros, e deixam adormecidas as hervasinhas rasteiras da penedia, a inveja deu rebate contra as suas imaginadas imperfeições; a ignorancia doutorou-se para o criticar, a mediocridade alteou-se para o escurecer, a malevolencia vestiu a toga para o julgar, e o odio assentou tribunal para o punir. Desappareceu no eterno crepusculo a intelligencia, que cegava com os seus lumes; já não pode tomar o logar ás ambições, disputar o passo ás impaciencias, usurpar a primazia ás vaidades. A ignorancia sumiu-se, callou-se a mediocridade, envergonhou-se a malevolencia, arrependeu-se o odio, e retractou-se a propria inveja. Mais poder teve a mudez eloquente de umas cinzas illustres do que a inspirada facundia de um orador! Tão grande e tão solemne tribuna é um tumulo, quando sobre elle adeja o espirito de um grande homem!

E Rodrigo da Fonseca Magalhães foi um grande homem e um exemplarissimo orador!

Nascido no mesmo anno, em que começou a operar-se na Europa a mais assombrosa revolução da humanidade [1], a Providencia illuminou-lhe o berço com o incendio, em que se aluíam as antigas instituições. O clarão das novas idéas foi a aurora d'esta larga e trabalhosa vida, votada até os annos derradeiros ao culto da liberdade. Os vagidos infantis soltou-os, quando os primeiros gritos do triumpho revolucionario annunciavam em Paris a grande épocha, na qual a emancipação dos povos havia de surgir da alliança paradoxal da razão e da loucura, do enthusiasmo e da impiedade, do civismo republicano e da anarchia facciosa, da generosidade e do exterminio, da guilhotina e da victoria.

Começavam na mesma data uma época para o mundo e um nome para Portugal.

Poucas vezes os genios eminentes se levantam contra as idéas, que no seu tempo encadêam e arrastam os espiritos. Ao talento apraz

[1] Vej. nota 1.ª

instinctivamente a perspectiva risonha e aprazivel, com que na téla das faceis esperanças juvenis, se desenha, illuminado com as tintas do enthusiasmo, o futuro da humanidade.

A fronte, onde uma grande intelligencia imprimiu a magestade, resigna-se poucas vezes a curvar-se diante das potencias dominadoras, que tem por só diploma o tempo, e por unica razão a auctoridade.

A liberdade sorriu e inspirou os mais floridos engenhos, que a Providencia tem privilegiado. O primeiro poema da edade média, nasceu na cabeça do Dante, nos exilios do republicano de Florença. A maior epopéa do mysticismo christão, traçou-a Milton, nas agitações revolucionarias d'uma republica ephemera e ensanguentada. Chateaubriand, que morreu paladino da velha monarchia franceza, bebeu na atmosphera da revolução a idéa democratica, de que exornou, nas suas eloquentes utopias, o throno de S. Luiz.

Poucos talentos, incitados pela convicção desinteressada, ousam reptar a civilisação, em que nasceram, e propor, como se disse

de Joseph de Maistre, o terror como instituição, e o algoz por magistratura.

A liberdade, com os reflexos, com que já de longe illuminava a nossa terra, vinha acariciar os talentos, que desabrochavam em Portugal. E Rodrigo da Fonseca não pôde ser, desde os seus primeiros annos, um indifferente espectador dos successos da revolução.

A revolução é para os que a vêem apenas de perto, uma tormentosa perturbação na ordem social[1]; para os que erguem os olhos mais alto, é a lei eterna, que regula os destinos da humanidade. O egoismo vê na revolução um facto, que destroe; o genio contempla na revolução uma idéa, que edifica. Os poderosos, a quem a fortuna tem adamascado as cadeiras, perfumado as vestiduras, embalsamado os ares no convite social, vêem a revolução por fóra, e involvidos no relampago, que a annuncia e a acompanha, estremecem de horror diante do que julgam abominação das turbas enfurecidas. Os desherdados da ci-

[1] Vej. nota 2.ª

vilisação e os que choram sobre as suas imperfeições, estudando a revolução no amago, saudam n'ella uma idéa generosa, porque a reconhecem o effeito necessario de uma lei providencial. O raio revolucionario, que derroca os tectos dourados dos felizes do mundo, allumia com a magestade lugubre do seu lampejo, e põe patentes as miserias, as degradações, e os horrores, que a ordem tem recatados e secretos nas choupanas da indigencia, afferrolhando-as com a chave da tyrannia. Os que disfructam as vantagens de uma sociedade estabelecida, só vêem da revolução o facho, que incendêa, o camartello, que derriba, a proscripção, que despovôa, e a anarchia, que triumpha. Mas os que as velhas instituições encadeam degradados e famintos ao carro dos oppressores, aquelles mesmos, que dos primeiros logares da intelligencia ou da hierarchia descobrem com a vista de aguia, e com o coração benevolente e compassivo os males da sociedade, apenas disfarçados entre as opulencias dos poderosos, bemdizem a revolução quando ao asso-

lar um castello senhorial levantou sobre elle uma officina; quando arroteou os parques da ociosidade para ali plantar as searas da producção; quando ermou os claustros para substituir ao pão da caridade o pão do trabalho; quando abaixou alguns soberbos para exaltar alguns milhares de servos á dignidade de homens e de cidadãos; quando pela reforma das instituições repartiu indirectamente, sem as violencias da lei agraria, a prodigalidade de poucos privilegiados pelas sobrias necessidades dos infinitos, que trabalham; quando prophanou o livro d'oiro das ordens patricias para escrever sobre elle a carta das liberdades de toda uma nação.

A idéa, immortal e incorporea, não a macularam, entrando no seu cortejo, as paixões ignobeis e os máos instinctos, que germinam ás vezes na humanidade. Similhante á vestal, em quem, junto do sacrificio, não resplandece menos a pureza, quando na candidez da tunica lhe espadanou o sangue da hostia, que mãos estranhas immolaram.

Bem mesquinho é o entendimento, que se

atreve a condemnar a civilisação, porque ao passar ovante, lhe juncaram de victimas, e lhe tingiram de sangue alguns trechos do caminho; porque ás vezes lhe serviram de guarda de honra as multidões desvairadas pela victoria ; porque lhe marcharam na vanguarda os exercitos da devastação e da conquista. A revolução tem uma alma tão casta, como a luz, e tão affectuosa, como o amor. Mas para apparecer no mundo em cada nova incarnação toma o corpo e as paixões da humanidade. A alma, que vem de Deus, é a idéa, que se revela pela immortalidade; as paixões e o corpo vem do homem, e sepulta-as comsigo a geração, em que viveram.

Do elemento espiritual da revolução ficaram como legados, a imprensa, a egualdade civil dos cidadãos, a dignidade dos homens, a representação parlamentar, o descredito da força, a nobreza do pensamento, a supremacia da opinião, o horror da escravaria, o principio generoso da associação, e o predominio crescente da razão, do direito e da justiça.

E a liberdade pode hoje, na festa dos seus

triumphos, amnistiar o que a revolução teve de cruenta e de feroz; assim como, apesar do nosso culto pelas grandezas e pelo genio da antiguidade, perdoamos hoje aos barbaros, que devastaram o mundo romano, porque a torrente, que alagou o solo da Europa, rolava em grande parte no seu seio as sementes da moderna sociedade.

Em Rodrigo da Fonseca as idéas de liberdade e civilisação acharam desde o principio um enthusiasta e um cultor. E desde então até os ultimos instantes da sua vida, nem uma só das suas palavras, nem uma só das suas acções, desmentiram a pureza das suas crenças, nem trahiram a consciencia para prestar a homenagem dos interesses egoistas aos que sempre tiveram por inimigos a civilisação e a liberdade.

Accusado iniquamente de dobrar os brios nacionaes á condescendencia para com os estranhos mais poderosos [1], a sua vida foi sempre uma refutação eloquente áquelles, que o suspeitaram de menos inflammado no amor

[1] Vej. nota 3.ª

da sua patria. Muitas vezes no mais acceso dos debates parlamentares, no mais travado das luctas, tantas vezes implacaveis da imprensa, o taxaram de menos patriotico, quando as nações, com que tivemos pendencias e litigios, nos intimavam pela ostentação do seu poder, a sua vontade nas questões internacionaes, e quando a eloquencia da força bruta ou da auctoridade espiritual parecia suffocar as razões da justiça, quando a dignidade e a honra portugueza, acostumadas outr'ora a pender das lanças e dos canhões, tinham de confiar-se á sagacidade dos negociadores e á prudencia dos estadistas.

Não era para faltar ás obrigações do patriotismo que Rodrigo da Fonseca dera desde os primeiros annos os mais espontaneos testemunhos da sua devoção pelo paiz.

Era apenas entrado na adolescencia. Cursava as sciencias maiores na Universidade de Coimbra [1], berço antigo de todas as nossas antigas illustrações. Amenisava-lhe o estudo a musa facil, com que nos ocios academicos

[1] Vej. nota 4.ª

distrahia em versos fluentes a aridez das disciplinas, que aprendia, preludiando, como todos os oradores notaveis, na lyra dos primeiros annos aos arrojos intellectuaes, que o haviam de immortalisar depois nas batalhas da tribuna, exercendo a imaginação nas difficuldades e nos artificios da palavra metrificada para romper mais tarde as pêas da versificação, e soltar o estro nos hymnos da prosa eloquente. Que se eleva a prosa ás vezes tambem á altura de um poema; porque a poesia, superior a todas as convenções da arte humana, não é mais do que a simpleza da verdade illuminada e enriquecida pelos reflexos da imaginação.

Destinava-se ao principio aos estudos theologicos. Mas o seu espirito, chamado naturalmente ás agitações da vida publica, repugnava porventura á severidade dos claustros, á austeridade dos presbyterios, á responsabilidade das prelaturas.

Quem sabe? Se a vivesa da imaginação tivesse consentido a Rodrigo da Fonseca as meditações da sciencia ecclesiastica, se tivesse

vindo restaurar pela sua palavra a cadeira evangelica, desde tantos annos habituada á piedade pouco eloquente, quem sabe se as tradições do pulpito, que hoje apenas admiramos, com saudade, nos escriptos de Vieira, não as veriamos incarnar e resurgir n'aquella palavra persuasiva, fecunda, vibrante, e elegantissima, que tantas vezes na tribuna, na opposição ou no ministerio, fez ouvir o elogio da ordem e da liberdade, da auctoridade e do livre exame, da crença monarchica e da temperada democracia?

Lançado na torrente mundana da revolução, a sua palavra não serviu para evangelisár a lei religiosa, mas celebrou e defendeu constantemente esta religião profana, mas tambem ideal e sublime, que ensina a dignidade do homem livre, a moderação nos que governam, a generosidade nos que vencem, o horror do sangue nos que dominam, a fraternidade e a conciliação nos que as paixões politicas trazem tantas vezes divididos, e que diante do mesmo dogma essencial elle exhortou, pela palavra e pelo exemplo, a esquece-

rem os seus dissentimentos e a recalcarem no peito as vindictas e as represalias de partido.

Cursava já os estudos mathematicos, mudada a vocação das contemplações divinas para esta sciencia admiravel, em que a razão eleva o hymno do Creador, e em que o universo, explicado pela sciencia, é um poema e um commentario á obra divina da creação.

Não o deixaram as luctas da patria seguir muito adiante a vereda, que levava. [1] A guerra annunciou-se em Portugal. E Rodrigo da Fonseca foi dos primeiros a circumdarem o pendão glorioso, que começava, contra as aguias imperiaes, a serie de batalhas e de victorias, que deram o occidente da Europa por occaso á estrella de Napoleão.

Napoleão levantára a ordem sobre as ruinas da republica, e acceitára por legado á democracia o encargo de continuar as glorias epicas da França. Ha uma instituição, que não expira nunca nos povos, que tem por inspiração uma poderosa nacionalidade. É a

[1] Vej. nota 5.ª

gloria. Com a monarchia, é Francisco I, e Luiz XIV. Com a revolução é Moreau e Bonaparte. Com o imperio é Napoleão, e em todos os regimes, com a aguia ou a flor de liz, é a conquista e a victoria.

O imperador tinha um sceptro e desejava impol-o a todo o mundo. A França tinha um nome e ardia por baptisar com elle toda a Europa.

O imperio de Napoleão era na apparencia, a mil annos de distancia, a resurreição de Carlos Magno. [1] Mas era na realidade a purpura, da revolução. A aguia imperial, saida da anarchia, em vão se esforçava por encobrir, com o manto imperatorio, o ninho revolucionario, onde a havia incubado a audacia e a fortuna.

Levar as aguias vencedoras pela Europa era passear em triumpho as idéas novas, escapadas ao naufragio da revolução. Era sulcar o velho solo do continente com a espada conquistadora, com este arado temeroso, que no rasto de sangue, que deixa após de si, abre

[1] Vej. nota 6.ª

tantas vezes o sepulchro ás instituições decrepitas, e lança e auspicia na terra os germes de uma nova civilisação.

O francezes pisavam o solo sagrado da Peninsula. Pela primeira vez, depois de tantos seculos de existencia nacional, o estrangeiro profanava com a victoria sem combate a terra costumada a ensanguentar, quando vencida, os tropheos e os loiros do vencedor.

A invasão franceza foi, comtudo, talvez uma fortuna para a nação.[1] Chamado pela honra a entrar no certame dos povos, Portugal involveu-se activamente na agitação, que tumultuava pela Europa. Ora agitar-se é progredir, e quando uma nação tem por largos annos esquecido a sua propria existencia na oppressão dos seus dominadores, na indolencia dos seus governos, na servidão dos seus filhos, na decrepitude das suas instituições, quando a paz é um lethargo, a ordem um espasmo, e a harmonia apenas um silencio, a guerra é um estimulo efficaz e poderosissimo ás faculdades entorpecidas da nação.

[1] Vej. nota 7.ª

Sabemos todos o que foi Portugal entre os adversarios do imperador.

Ao termo d'uma guerra de gigantes a Europa dividia entre si a herança colossal do imperio francez. Napoleão teve a gloria e o exilio. Coube a todas as nações a independencia e a victoria. Os ultrages dos povos foram vingados na humilhação da França. Repartiu-se a carta do mundo ao sabor dos mais poderosos alliados. Os chefes das nações disputaram entre si a prêsa arrebatada ás garras enfraquecidas da aguia moribunda.

Mas aos povos, que tem tambem o seu legado no testamento das revoluções, cahiu-lhes em partilha a esperança, e o gosto da liberdade. Na terra, pacificada na apparencia, ficaram as sementes da idéa democratica. A paz purificou os ares do fumo das batalhas, mas na atmosphera encastellava-se em sombrios nevoeiros a mal abonançada tempestade das revoluções.

O ultimo tiro, que espedaçava em Waterloo o sólio de Bonaparte, feria tambem no peito o despotismo, e annunciava a morte das

antigas instituições, honrando-lhes as exequias solemnes com o holocausto de um heroe.

Portugal tinha-se inspirado de longe nas idéas, que havia tantos annos andavam fermentando pela Europa. A paz foi para nós o começo da revolução. [1] Um homem illustre, que militára sob as bandeiras de Napoleão, um homem, cujo nome é o primeiro a abrir o largo martyrologio da liberdade portugueza, tentára, dois annos apenas depois de pacificada a Europa, congregar os portuguezes para o remedio commum da patria, que viera a cahir na extrema degradação.

A côrte e governo estavam longe do reino, n'uma terra ultramarina, que d'então começava a ambicionar a independencia, e que é hoje, florente e esperançoso imperio, a gloria e o fructo da nossa antiga colonisação. Volviamos das batalhas, recolhiamos-nos onerados de tropheos, cingidos de louros, pompeando bandeiras apresadas, relatando feitos assombrosos e como que não havia lar do-

[1] Vej. nota 8.ª

mestico, onde recontar aos serões, nas aprasiveis confidencias da familia, as lendas e maravilhas de nossos feitos, e quasi que não possuiamos patria e capitolio, aonde pendurar em votivas oblações os louros, estandartes e os tropheos. Tinhamos ganho a independencia. Mas para quem? Tinhamos alcançado a emancipação? Mas de que? Eramos opulentos de gloria, mas a patria faltava-nos no proprio solo, onde nos estreitava cada vez mais altiva a oppressão.

O rei de Portugal imperava no Brazil. Um general estrangeiro governava Portugal. O povo que n'este seculo provou uma vez a tempera das suas armas na defensão do territorio, aprendeu tambem a exaltar os brios até os arrojos da liberdade.

A primeira tentativa revolucionaria custou a cabeça a Gomes Freire; mais algumas victimas cahiram para que, segundo a lei providencial, do sangue dos martyres surgisse a palma da nova religião. Rodrigo da Fonseca Magalhães, que participara dos perigos e das esperanças d'aquelle infructuoso projecto li-

beral, datou d'ali as perseguições, os exilios, as amarguras e as durezas, com que o esteve provando por muitos annos a fortuna, antes de lhe conferir junto do throno os primeiros cargos da monarchia representativa, e na tribuna os triumphos mais esplendidos da eloquencia parlamentar.

Vimol-o ha pouco soldado, temperar o animo nas asperezas da guerra, e discorrer por estranhas terras, atrás da victoria peitada contra Napoleão pelas armas de Portugal.

Temol-o agora foragido, e exul quasi; mas o exilio, para que o não experimente logo em terra peregrina e desconhecida, é agora de Portugal para o Brazil.

Que notaveis successos e que felizes mudanças não tem occorrido ha cincoenta annos em Portugal! Naquelles tempos uma revolução era um azar, em que os liberaes jogavam a cabeça contra a incerteza de um successo, inutil porventura. A lenidade dos costumes politicos não tinha ainda proscripto e deshonrado os cadafalsos. O algoz era então um espectro, que nas horas lugubres da conjura-

ção afracava o animo dos mais audazes, e enluctava as utopias dos mais ardentes conspiradores!

A revolução de 1820 deixou que Rodrigo [1] da Fonseca voltasse de novo a Portugal. A revolução foi como o prologo imaginoso de um livro, que se não chegou a escrever. Foi um enthusiasmo sem coragem, uma interrogação immensa, com que a sociedade punha em duvida todo o passado d'esta terra, sem ter accôrdo e energia para lhe responder; mescla paradoxal de timidez e decisão, de tradições e de futuros, de superstições e de ousadias, espectaculo venerando, mas lastimoso, em que a velha honra portugueza, e o fervente patriotismo liberal, egualmente addictos á democracia e á realeza, hesitavam anciosos e trementes diante da alliança, que temiam impossivel, entre a realeza desconfiada e a nascente democracia.

Estava decretado que sem o sangue de irmãos, espargido por irmãos, não podesse lançar raizes em solo, tão desacostumado a

[1] Vej. nota 9.ª

novidades, a arvore das modernas instituições.

O que a revolução não podera por si, um principe o empreendeu e o acabou. Ás primeiras experiencias do regime representativo succedera, reapparecendo, a velha monarchia, mas a monarchia velha sem magestade e sem prestigio, a monarchia velha, que julgava na sua imprevidencia, que a vetustade dos seus gloriosos pergaminhos podia compensar o desamparo, em que a deixava a opinião.

A antiga monarchia tomava de novo o seu logar. Mas como a si propria se confortava com puerîs confianças e illusões! Pois porque é veneranda e antiquissima ha de a historia vencer as aspirações de uma sociedade juvenil? Pode o terror supprir a opinião? O fanatismo de um facto antigo offuscar o esplendor de uma idéa nova e popular? Pode a velha monarchia, vulnerada no mais intimo da sua decadente organisação, pôr as suas esperanças na força material, na cegueira das bayonetas e na obediencia dos canhões?

Quando na Ilha Terceira, o Imperador co-

meçava a disciplinar a fortuna das armas liberaes, os raros defensores, que ali congregava a bandeira da Rainha, tinham um alliado invisivel que marchava com elles na vanguarda. Era a lei irresistivel do progresso das nações.

Não houve para os vencidos humilhação n'esta derrota. Não foi a espada liberal, que decepou o alquebrado tronco da monarchia absoluta. Foi ella propria, que mirrhada e carcomida, oscillou, pendeu e rolou no chão, mal lhe agitaram o solo em derredor os que já de longe a vinham maldizendo e condemnando.

Rodrigo da Fonseca sinceramente acreditava n'este indomavel influxo dos acontecimentos e das idéas. Para elle a sociedade, chegada a uma estação da sua romagem de tantos seculos, não podia já volver sobre seus passos, confessar-se illudida nas suas esperanças, e pedir ás instituições, que derrocara, o remedio das suas inevitaveis imperfeições. Ninguem mais generoso do que elle para com os vencidos, ninguem mais indul-

gente para com os erros de uma nascente e inexperta situação. Para elle as evoluções da sociedade pareciam todas necessarias e fataes, e sem negar á Providencia a sua suprema auctoridade, e ao arbitrio humano a sua participação nos successos d'este mundo, affigurava-se-lhe que leis immutaveis e harmonicas presidiam á revolução da humanidade, assim como as forças imperturbaveis do universo material, renovando perpetuamente a natureza, são um testemunho, e não uma ironia á omnipotencia e á perfeição do Creador.

Tinha tido por mestre na politica o exilio, que ensina pelo sentimento, o mundo, que educa pela experiencia, a historia, que illumina pela razão. O exilio ensinava-lhe a alternativa dos desastres e dos triumphos, das humilhações e das vaidades. O mundo corrigira-lhe o desenho imaginoso, que na mente juvenil traçára das symmetrias fabulosas e das sonhadas perfeições de uma sociedade idealisada. A historia desenrolava-lhe n'um panorama comprehensivel ao seu

privilegiado talento, e á sua copiosa erudição, a quéda dos imperios, a ruina das republicas, a metamorphose dos costumes, a mutação das instituições; e por entre os arraies dos barbaros, pelos acampamentos dos povos cultos, por entre os sceptros espedaçados, as leis transmudadas e esquecidas, as fronteiras mil vezes confundidas e alteradas; por entre as magnificencias da antiguidade, o delirio das cruzadas, as trévas da idade media, a braveza dos modernos conquistadores, a intolerancia da inquisição, os desvarios da reforma, as corrupções da monarchia, e as orgias da republica, a sua vista perspicaz descortinava o progresso da humanidade, passando sem se queimar sobre as fogueiras do fanatismo, e vadeando, sem se affundir, as torrentes de sangue, vertido pelos idolatras da liberdade.

Apaixonado pelas instituições representativas [1] nunca soube o que era dar-lhes por alicerce a intolerancia, o odio, a proscripção, e o terror. Respirando apenas do af-

[1] Vej. nota 10.ª

fogo de uma cruenta e lamentosa guerra civil, frescos ainda na memoria os ultrajes de uma feroz perseguição, travando-lhe ainda na bocca o pão do exilio, ainda recente a impressão dos perigos, que corrêra n'um assedio, o qual seria ainda hoje um dos mais gloriosos, se a gloria se aviltasse a exaltar o fratricidio n'uma nação, Rodrigo da Fonseca, tomando assento nas primeiras côrtes portuguezas depois da acclamação da liberdade, tentou quasi os primeiros vôos da sua inesperada eloquencia, para amparar contra a mais odiosa represalia uma parte dos seus concidadãos. A mesma voz que firmou o seu nome entre os oradores, gravou o mais honroso monumento á generosidade do seu caracter e á doçura do seu tão calumniado coração.

Descutia-se na camara dos deputados uma lei, que o odio ia dictando, em quanto a humanidade a refutava e combatia. Era a lei das indemnisações. Os tempos mais sombrios das facções romanas pareciam renascer, quando os poderes do estado mais ti-

nham por interesse e por encargo serenar a irritação, sanctificar a liberdade, tornal-a acceita aos mais rebeldes, e dal-a por saudavel medicina e não por veneno corrosivo, á morbida compleição do corpo social. As tabellas de Sylla iam apparecer no fôro. Era um opprobrio e uma vergonha que se fizesse da patria uma conquista e da heroicidade um trafico, que se decretasse lista civil á liberdade, e que uma religião nascente e prestigiosa votasse aos seus martyres salario, e remuneração aos seus evangelistas. Era metade da nação, que exigia o resgate á que saira vencida no recontro. Rodrigo da Fonseca, do alto da tribuna, que logo aos primeiros assomos conquistara, protestou com a voz eloquente, inspirada na discrição e na brandura, contra uma lei, que apagava nas bandeiras ainda ha pouco triumphantes o emblema da pureza liberal.

A falsa popularidade, que ás vezes quebra a estatua da razão para erguer no pedestal o capricho das illudidas multidões, não o demoveu então, não o desviou jámais

do que lhe estava aconselhando o bom senso de estadista, a persuasão das crenças intimas, o melhor serviço dos soberanos, o maior esplendor da liberdade, que o subira ás altas e condecoradas posições, de que sempre foi tão pouco desvanecido, e que tanto lhe cobiçaram e denegriram os seus mais injustos detractores.

A tribuna abrio-lhe de par em par as portas do poder.[1] Foi ministro. O que para tantos é uma vaidade e um repouso, foi para elle um peso e uma fadiga. Muitas vezes na vida politica os homens entrando no ministerio ou envilecem o governo com o lodo das facções, ou sacodem á porta as sandalias, para que não maculem com o pó dos partidos, em que andaram, a puresa e a magestade governativa. Ou levam para o governo os idyllios da sua politica, ou esquecem arrependidos as idéas generosas, que aprenderam no tracto da opinião. Uns acceitam a auctoridade para a sacrificar ao sopro das phantasias populares. Os outros

[1] Vej. nota 11.ª

exaggeram no ministerio a supremacia orgulhosa do poder. Acceitar da opinião o que ella tem de incontrastavel e sagrado, e acatar na auctoridade o que ella encerra de fecundo e conservador, é atar a tradição e o futuro, e enlaçar na suprema gestão das cousas publicas, a sociedade que antecede, e a sociedade que se annuncia, é facilitar a victoria pausada, mas contínua do progresso pela transacção pacifica das reformas, que combatem e dos interesses que resistem.

Presando a auctoridade, e zelando-lhe os foros e regalias, [1] nunca Rodrigo da Fonseca n'um só apice abusou dos poderes publicos para reprimir ou castigar as expansões embora illegaes da opinião.

Estavamos em 1840. Era um periodo de agitação febril e de inquietação popular na nossa terra. Um povo que se emancipa é nos primeiros tempos depois da servidão uma creança heroica, aprendendo nos tumultos o custoso alphabeto da liberdade.

[1] Vej. nota 12.ª

Trazem sempre as revoluções um contagio de frenesi, e a uma nação, que se desprende dos ferros, apraz-lhe folgar por algum tempo á solta, experimentando em tentames, ás vezes inuteis e pueris, a quanto lhe chega o esforço e lhe alcançam os brios populares, como que duvidando ainda da sua propria largueza e magestade. São estas agitações em parte o scenario da revolução, que é ao mesmo tempo idéa e espectaculo; em parte a sentinella, que vigia os inimigos mal encobertos na cilada.

A revolução, que principiara em 1836, estremecia ainda o paiz, inquieto vaticinio, com que o instincto nacional adivinhava novos perigos á liberdade. Estava no poder um homem, que por si não era para arremetter á arca santa, que lhe haviam confiado. Era Rodrigo da Fonseca, o membro influente, o estadista do ministerio. Rebenta pelo silencio da noite uma sedição de populares. Eram poucas mangas de povo, que vagueavam sem norte e sem accôrdo. Obvia-lhes a auctoridade, com a sombra, com o terror

inoffensivo d'esta força, que deixa incruento o campo do que fora desbarato, antes de começar em recontro popular. A agitação, porém, não havia de todo serenado no paiz. Progredia a inquietude. Os odios cresciam na imprensa, e recresciam na tribuna. O poder hesita, estremece, avulta a responsabilidade do officio, a que impendia a guarda e conservação da ordem publica. Chega o ministerio á camara dos deputados e propõe a suspensão das garantias. Uma voz das mais eloquentes, que resoaram na tribuna portugueza, uma voz, que ainda ennobreceu, senhores, as vossas discussões, um poeta illustre, a quem a posteridade sagrou já o nome, inscrevendo-o nos fastos das glorias nacionaes [1], foi o defensor da proposta do governo. O debate foi tormentoso e odiento. As paixões inflammaram a palavra, que se cruzou fulminante e implacavel entre dois vultos gigantes da tribuna. Um orador parlamentar, fecundo, imaginoso, com todas as seducções da palavra, do aspecto, da popu-

[1] O Sr. Visconde d'Almeida Garrett.

laridade e da democracia, com a paixão ardente de Mirabeau e a nobreza altiva de Barnave, protestou n'uma oração vigorosa contra a usurpação arrogante do poder [1] . O governo empallideceu diante d'aquelle orador inspirado e juvenil. Mas a lei passou. D'ahi a poucos dias Rodrigo da Fonseca, ministro do reino, ia declarar no senado, que não podia governar sem que a imprensa volvesse á liberdade. Era o athleta da tribuna, o velho soldado da imprensa livre, que se envergonhara de que lhe dessem manietado o contendor, e pedia para elle as armas, que o parlamento havia poucos dias lhe despira. Era aquelle que mais tarde na camara dos pares, [2] militando na opposição, se penitenciava n'um discurso memoravel por ter proposto a momentanea dictadura, que elle não soube deshonrar com um só acto de proscripção ou de vindicta.

E como poderia usar do poder para di-

[1] O nosso illustre consocio, o Sr. José Estevão Coelho de Magalhães.

[2] Vej. nota 13.ª

vidir, para ensanguentar, aquelle, que mais defendeu e practicou a conciliação, a tolerancia nos partidos? Aquelle que depois de tantos annos de tumultuosos ensaios de liberdade e de esforços pertinazes de reacção, teve na mão por cinco annos a balança dos partidos [1] para os equiponderar no interesse do paiz, da liberdade e do progresso nacional? Aquelle que soube fiar da sua eloquencia, da sua discrição, da virtude popular, e dos desenganos da experiencia uma tão larga dominação para a paz em Portugal? Aquelle que no fim d'um reinado, que foi o tyrocinio do governo representativo, concertava as dissensões, conciliava os odios, concordava as parcialidades, catechisava as paixões, e ungia as feridas da guerra civil, para que o reinado, que expirava, legasse a nação livre e purificada ao nascente e esperançoso reinado, que a devia tornar culta e florescente em nossos dias?

Foi este o seu empenho, a sua cruzada, a sua religião politica, em quanto nos mais ele-

[1] Vej. nota 14.ª

vados cargos do governo dirigiu ou aconselhou os negocios publicos. Foi n'esta missão, de que nós hoje colhemos sazonado o fructo, que elle envidou todas as nobres e raras preeminencias, que o tornavam singular entre os homens de estado portuguezes, e que deixaram talvez ainda ermo e desoccupado o logar, que elle encheu por tanto tempo nos conselhos do throno e da nação. E que invejaveis predicados lhe não repartio com mão generosa a natureza, lhe não aprimorou a meditação, lhe não aquilatou o tracto dos negocios? Providente no conselho, recto no juizo, perspicaz na reflexão, arguto na controversia, penetrante na ironia, festivo no gracejo, primoroso nos conceitos, diserto na palavra e eloquente na paixão!

De Rodrigo da Fonseca Magalhães podemos hoje dizer, o que um historiador, [1] tambem ministro, tambem orador, porém menos liberal e previdente, escreveu de Robert Peel « foi o mais conservador entre os liberaes, o mais liberal entre os conservadores, e em

[1] Guizot.

um e outro campo, o mais habil de todos elles.»

Nunca sentir mais portuguez e pensar mais generoso, traduziu a tribuna parlamentar em phrase, que fosse mais castiça e portugueza, [1] em periodos de maior vehemencia e compostura. Ás vezes no mais arduo da refrega, o cultor apaixonado das lettras portuguezas e latinas, o que aprendia em Vieira o horror da adulação e a elegancia nativa do dizer, o que imitava na leitura frequente de Cicero a elevação politica e o patriotismo eloquente, escurecendo um momento o estadista, volvia um pouco do assumpto, que versava, para corrigir n'um chiste o barbarismo ou a rudeza do adversario, que estreitava. Vós, senhores, que o inscrevestes no vosso gremio, lhe auctorisastes a reputação litteraria, que justamente conquistou.

Já desde os seus derradeiros triumphos oratorios o andava a morte espiando e zumbindo-lhe no meio das vaidades o secreto presentimento de que eram acabadas dentro em pou-

[1] Vej. nota 15.ª

co para elle as batalhas e funebres já os loiros da tribuna.

Descendo do poder, sem azedume e sem pezar, os poucos tempos que mediaram entre a sua morte e o seu derradeiro ministerio, quasi os votou á vida affectuosa da familia, ao tracto dos seus amigos, e ás predilectas leituras, com que sempre encheu os ocios de uma agitada vida publica.

Trazendo já no seio a morte, que o devorava lentamente, comprazia-se nos ultimos tempos em discorrer, quando o ar era sereno, e a natureza mais esplendida, no jardim, com que aformoseára a cidade de Lisboa. As flores eram o enlevo e a distracção d'aquelle genio, egualmente familiar e affeito aos assumptos severos do governo, e ás aprazíveis e innocentes deleitações da vida quieta e descuidada. Inquiria aqui o crescimento de uma planta, a cujos principios presidira. Indagava ali a procedencia de um arbusto ainda mal naturalisado. Affagava acolá uma flor exotica, que parecia estranhar ainda o clima, e reprehender a pouca sollicitude do cultor.

Ainda nos seus ultimos tempos, ao raiar da sua derradeira primavera, cabendo-lhe já mal no peito o coração, que o suffocava, difficil o anhelito, tremulo e vacillante o passo, eu o vi por muitas vezes, como que sorrindo para as plantas suas dilectas, extasiando-se nos esplendores da vegetação, haurindo a custo o ar embalsamado pelas flores, seguindo no azul ridente dos céos o vago recorte, que desenha a coma franjada dos arvoredos, como se tivesse esperado que a natureza trajasse o seu manto de gala, para lhe dirigir as saudações da despedida, e erguer os olhos desde as miserias da vida e da sociedade para as pompas e grandezas da creação.

Estavam-lhe já avaramente contados os dias da existencia. Não era já um homem, que vivia, era um grande espirito que luctava por desprender-se e esvoaçar, era uma luz, que dilatava a chamma para o ultimo lampejo. A resignação estoica compunha já no vulto do grande estadista o manto funebre, e apparelhava-o para a temerosa e ultima jornada. Cercavam-n'o os que elle amava pelo sangue

e pela sympathia. Confrangiam-se por elle os que o veneravam pela formosura do engenho, e os que o admiravam ainda mais pela bondade do coração. Formavam-lhe cortejo honroso e desinteressado os amigos, que o choravam inconsolaveis, e os proprios contrarios, que o lastimavam arrependidos. Não eram os suspeitos cortesãos da prosperidade, que vinham impetrar mercès, sollicitar protecções, requerer officios, mercadejar affeições, vender lisonjas e traficar hypocrisias.

Quiz ElRei suavisar-lhe os derradeiros momentos, levando a munificencia aonde já ninguem podia levar a esperança. [1] Offereceu-lhe um titulo para que o legasse ao filho, a quem elle tão desveladamente queria. Era a mercê para alvoroçar, a quem, já solto quasi dos laços d'este mundo, resumia todas as saudades e todas as bençãos no filho e na familia que deixava. Era licito á mais austera abnegação e á modestia mais humilde, receber na descendencia o premio de serviços distinctissimos. Rodrigo da Fonseca inspirou-se na mais

[1] Vej. nota 16.ª

respeitosa gratidão para com a regia liberalidade, que descia obsequiosa e espontanea a galardoar o estadista e o orador. Ha vaidades, que não conhecem o pó em que se resolvem, nem quando o apalpam já proximo do tumulo. O que fariam ellas, que em vida se humilham para subir, que em vida menosprezam o nome herdado de seus pais, que em vida affrontam e disfarçam a propria gloria pessoal com a mascara visivel de uma nobreza decretada, o que fariam, se agonisantes percebessem no extremo crepusculo da vida o brilho de uma coroa, a côr de uma fita, as lantejoulas de uma venéra?

Pois Rodrigo da Fonseca a mesma vaidade que sempre mostrara na vida a quiz exemplificar na morte. Merecera o titulo? Recusou-o. Que assim praticam os homens a quem basta o merito para ser elle a propria recompensa, e o nome para brazão e fidalguia.

Inclinemo-nos, Senhores, diante do nome illustre, que ennobreceu o nosso gremio, e pagando-lhe n'esta occasião os preitos Academicos demos os parabens á patria, porque po-

de hoje accrescentar o catalogo dos seus filhos benemeritos, inscrevendo-lhe o nome de um grande homem, que foi ao mesmo tempo um orador eloquente e um prestante e generoso cidadão.

NOTAS

NOTA 1.ª

«Nascido no mesmo anno em que começou a operar-se na Europa a mais assombrosa revolução da humanidade...» pag. 253.

Rodrigo da Fonseca Magalhães nasceu em Condeixa a 24 de julho de 1787. Ácerca da sua filiação nada se sabe autenticamente. Elle proprio demonstrava ter em minima conta a sua prosapia e ascendencia, quando a si mesmo se appellidava ironicamente *Rodericus à Condeixa* n'uma carta dirigida a um amigo seu, alto funccionario de uma secretaria de estado. A nobre persistencia em recusar o titulo de conde, com que o quizeram agraciar, durante o seu derradeiro ministerio, e a coherencia com que se obsti-

nou contra egual mercê, offerecida por el-rei D. Pedro V, era ainda menos o effeito da sua veneração pelos principios democraticos do que o justissimo receio de que lhe posessem em parallelo a nova distincção aristocratica e a obscuridade do seu berço. N'uma carta, dirigida ao auctor d'estas linhas pelo doutor Thomaz de Aquino de Carvalho, decano da faculdade de mathematica, par do reino, companheiro inseparavel e affectuoso amigo de Rodrigo, bosquejando aquelle estimavel cathedratico, ha já muitos annos fallecido, a vida do eloquentissimo orador, deixa no silencio a procedencia e familia do estadista.

NOTA 2.ª

«A revolução é para os que a vêem apenas de perto, uma tormentosa perturbação na ordem social...» pag. 255.

Algumas pessoas notáram, e entre ellas mesmo um ou outro escriptor publico, que

o auctor do elogio de Rodrigo da Fonseca Magalhães entroncasse na revolução a genealogia politica de um homem publico tão assignalado pela proverbial conciliação da idéa moderna e liberal com o espirito conservador e moderado. Mas os que fiseram reparo n'esta que lhes pareceu paradoxal filiação, não attentáram justamente na differença profunda que separa a revolução, tomada no conceito de progressivo melhoramento politico e social, e a revolução, considerada nos seus aspectos materiaes, como um funesto sommatorio de revoltas e motins, e violencias, e exterminios, e passageiras mas sangrentas violações da justiça, do direito e da verdade.

A revolução, com que sympathisam irresistivelmente os animos enlevados na contemplação ideal da liberdade, é esta maravilhosa transformação da humanidade, esta gradual e fecunda evolução, pela qual as sociedades vão passando, seja pela acção pautada e gradual, seja pela improvisa explosão das energias sociaes, a estados mais

perfeitos de civilisação e de cultura. É esta revolução, que se opera nas idéas, nas instituições e nos costumes, e por beneficio de cujas influencias as oppressões antigas, os privilegios tradicionaes, as tyrannias de todo o genero vão a custo de rijissimos combates physicos e intellectuaes e de tormentosas contensões, cedendo o passo, á egualdade politica e civil dos cidadãos e á autonomia popular, regulada por uma justa e racional distribuição do poder publico entre todos os membros da cidade.

Esta grande e invencivel revolução, que desde os dias de reforma se tem ido realisando na christandade, posto que tenha os seus marcos milliarios assignalados por acervos de ossadas e haja deixado na sua passagem o rasto funestissimo das luctas fratricidas e das guerras internacionaes, é a que nos concedeu a liberdade sob todos os seus multiplices aspectos, a que nos lavrou a alforria contra as antigas e intoleraveis servidões, a que de servos a principio, de vassallos depois, nos demudou em cidadãos e

de propriedade viva de um autócrata, imperando em nome do seu direito sobrenatural, nos converteu em homens e nos revelou a dignidade da nossa condição, e nos impoz o dever de observar a lei, formulada ou consentida por nós todos, em vez da ignominiosa obrigação, que d'antes nos ligava ao soberano e caprichoso alvedrio de um só homem.

Esta revolução moral e intellectual, esta profunda subversão das antigas idéas politicas, sociaes, philosophicas, religiosas, que todas se influem e se compenetram mutuamente, e umas vezes conspirando unisonas, outras vezes gladiando-se rijamente, produsiram o *homem* da moderna sociedade, com todas as suas harmonias e as suas antitheses moraes, esta revolução, que destruio para edificar, é a que os espiritos liberaes e elevados saudaram sempre como a emancipação da humanidade.

E não se infere forçosamente que os revolucionarios da idéa se conformem com as revoltas, com as sedições, com os motins,

e com os tumultos locaes e interesseiros, que são tanto a revolução como o embate desordenado das ondas n'um recife, são o grandioso e regrado movimento do fluxo e do refluxo no Oceano.

D'esta revolução foi Rodrigo da Fonseca o paladino e o cultor. Quando elle após as gloriosas batalhas da independencia, em que participara das lides e dos triumphos, se associou ao movimento liberal no seu paiz, quando para fugir ás fogueiras do campo de Sant'Anna, se determinou a deixar a patria, era por ventura o convicto e obediente admirador da monarchia absoluta? Quando mais tarde não sómente acceitou, mas applaudio a revolução de 1820, não foi Rodrigo da Fonseca o homem da revolução? Quando passou os trabalhos e provações do exilio depois que o despotismo se enthronisara renascente em Portugal, mais intolerante e mais feroz do que jámais fôra, em nome de que idéa, da antiga ou da moderna, do direito divino ou do principio revolucionario, tomava Rodrigo o seu logar entre os proscriptos?

A cuja defensão accorria depois ao Porto, quando ali germinava entre baionetas e canhões a primeira semente da liberdade? Quando a dictadura de D. Pedro, floreteando n'uma das mãos o ferro do guerreiro e meneando com a outra a penna do legislador, decretava a abolição da velha monarchia, condemnando e proscrevendo os vestigios derradeiros da antiga sociedade, quando abolia os dizimos, os privilegios da nobresa ecclesiastica e secular, as milicias oppressoras, as ordens de cavallaria e as congregações monasticas, quando substituia á decrepita administração e judicatura as novas fórmas inspiradas nos grandes principios da França revolucionaria, não era acaso a revolução que passava o seu tremendo nivel sobre as insolentes desegualdades sociaes, e realisava em nome da monarchia representativa, a mais completa e a mais fecunda metamorphose, que na Europa se havia operado n'este seculo? E não foi Rodrigo da Fonseca um benemerito auxiliar d'estas audazes innovações?

Isto que nós e os nossos antecessores te-

mos realisado n'este seculo, chama-se pura e simplesmente revolução. Embora o nome desagrade aos meticulosos, não ha euphemismo racional, com que disfarcemos as agruras do vocabulo. Tudo no Portugal de hoje é o fructo da revolução; os homens, as coroas, as idéas, os costumes e as instituições.

O que a Rodrigo justamente desprasia era que o tomassem por consocio n'algum d'estes enredos obscuros, ou n'estas infructuosas agitações, que, com serem feitas em nome da democracia, só tem por fim o turbar a ordem publica e servir de caminho e de instrumento a demagogos insoffridos do poder ou a encartados agitadores, sedentos de subir ás mais eminentes posições. Rodrigo da Fonseca era filho da revolução, era elle proprio innegavelmente revolucionario, como o foram todos os sinceros liberaes desde que em Portugal se começou a combater e aluir a velha monarchia até que, após uma guerra diuturna, o velho absolutismo caio exanime nos campos da Asseiceira. Chegada porém a revolução até o ponto de conquistar

as liberdades, principiava para Rodrigo da Fonseca a sasão propria de grangear discretamente o já adquirido. Era tempo de apagar os odios, extinguir as dissidencias, assegurar a paz e fazer fructificar as instituições representativas. N'este ponto o conservador completava em seu parecer o democrata.

E que d'esta regrada harmonia entre o principio da revolução e da liberdade e o principio da politica moderada e conservadora, pendiam as idéas e os arbitrios do estadista, convence-se facilmente do exame imparcial dos seus feitos e das suas palavras. Nunca proferio uma phrase que destoasse da mais pura e fervorosa crença na liberdade, embora affeiada passageiramente pelas suas proprias demasias. Nunca perseguiu os seus concidadãos, nem para governar desaffogadamente andou escogitando expedientes com que desarmar os seus adversarios, ou fraudar as franquesas populares em beneficio do poder. Quem declara e protesta, como Rodrigo, que não pode, que não sabe, que não

quer um só momento governar, sem que lhe restituam desencadeada e livre a imprensa politica, tem dado o mais insigne documento do seu extremo liberalismo e do seu respeito incondicional ás conquistas gloriosas da revolução.

NOTA 3.ª

«Accusado iniquamente de dobrar os brios nacionaes etc...» pag. 259.

Allude-se n'este passo do elogio ás increpações, com que os adversarios politicos do republico eminente o taxaram de menos susceptivel e vidroso nas questões de pundonor e dignidade nacional, quando em algumas pendencias com nações mais poderosas do que nós, preferio accommodar pacificamente os dessidios internacionaes a expôr a nação ás inevitaveis e desastrosas consequencias de um conflicto com forças des-

egualissimas. Os fastos parlamentares durante o segundo ministerio de Rodrigo da Fonseca, estão cheios de imprecações contra o habil, mas pacifico estadista, cuja prudencia em evitar rompimentos com as potencias, os mais audazes e eloquentes corypheus da opposição, appellidavam subserviencia opprobriosa aos dictados do estrangeiro.

NOTA 4.ª

«Cursava as sciencias maiores na Universidade de Coimbra...» pag. 260.

As vocações de Rodrigo da Fonseca eram pouco proporcionadas ao remanso da vida ecclesiastica. Quem o conhecia, adivinhava que a sua indole o não convidaria a viver nos presbyterios ou nas clausuras. Contra a sua inclinação principiou a cursar os estudos theologicos na universidade de Coimbra.

O pouco que das sagradas paginas aprenderia na *alma mater* portugueza, lhe seria proveitoso para a imprensa e para a tribuna, porque o jornalista e o orador cumpre que sejam em certa maneira encyclopedicos, e em nenhuma provincia do saber inteiramente forasteiros. Ao espirito de Rodrigo não quadravam porém as profundas subtilesas da escholastica. O pendor do seu talento approximava-o antes á inventiva e imaginosa dialectica dos sophistas hellenicos do que ao debate metaphysico das escolas post-socraticos, e principalmente da platonica. As sciencias exactas e naturaes deliciariam com maior attractivo o seu engenho e n'ellas se andava já industriando, quando a patria, erguendose para repulsar o estranho jugo, appellidou ás suas fileiras a juventude estudiosa.

Como a grande maioria dos bons engenhos, enlaçava Rodrigo aos seus estudos severos e academicos o cultivo da poesia, como sempre desde edades mui antigas se usou entre a mocidade, que frequentava as faculdades. A sua *Ode á feliz restauração de Portugal*,

impressa em Coimbra em 1808, é um brado, em que o seu estro se inflammou contra a sacrilega dominação do estrangeiro, e em que o poeta juvenil se apparelhava para defender com a espada a bandeira nacional. Era o tempo, em que os plectros academicos se votavam a reanimar o enthusiasmo patriotico e a influir espiritos guerreiros nos filhos de Portugal. Que se não tinha como a Prussia de 1813 os seus Tyrteus eloquentes, mas ferozes, nos genios lyricos de Arndt, de Koerner, de Schlegel, de Schenkendorf, achava nas fórmas poeticas e na metrica monotona d'aquella edade classica, os ardentes instigadores dos brios nacionaes. Nas collecções d'aquelle tempo figuram odes de varios academicos, que depois de se illustrarem nas campanhas da peninsula, ainda alcançaram nome honroso sob o governo constitucional, como homens notaveis na tribuna, na imprensa, no governo, na milicia, na administração.

O soneto *Condeixa queimada pelos francezes em 1811* é ao mesmo tempo o clamor pe-

la patria e pelos penates de Rodrigo. Como exemplo da feição e gosto poetico do estadista o copiamos textualmente do *Telegrapho portuguez*, n.° 38 de 12 de maio de 1812:

Condeixa amena, que eras ainda ha um anno,
Que o paraiso d'Eden mais mimosa,
Que torrente de estragos lastimosa
Eclipsou o teu lustre soberano?...

Breve quiz dar-te o fado deshumano
A sorte de Palmyra desditosa,
Té riscando a lembrança lastimosa
Ao longinquo futuro do teu damno.

Tudo cedeu á chamma devorante
Que ateada com horrida impiedade.
Qual Troia te abrazou n'um breve instante.

Patria minha, a quem não farás piedade,
Ah! veja-se em tua cinza ainda fumante,
Das grandezas do mundo a curta edade.

R. F. M.

Por esta amostra é facil avaliar, que se Rodrigo era um supportavel metrificador, a sua musa Erato não perdeu muito em emmudecer a sua lyra e em abdicar os seus dominios na Thalia facil e na Polymnia grave e arrebatada. Que distancia infinita en-

tre os cantos patrioticos de 1808 a 1814 e o trovejar poetico dos vates allemães, que precediam e seguiam os exercitos, como que ululando patria, vingança e liberdade contra as legiões devastadoras do grande Napoleão! Das numerosas poesias portuguezas contra os invasores extranhos, onde citaremos uma que no lyrismo ardente tenha apenas uma centelha d'este fôgo, que chammêa no *Sangers Vaterland* de Theodoro Koerner, em *Der Gott, der Eisen wachsen liess* de Ernst Arnt, em *Wer ist ein Mann?* em *Frisch auf zu Schlacht* do mesmo inspiradissimo cantor? Confessemos sem desaire das nossas poeticas vaidades, que a musa portugueza, em ponto de cantos heroicos e varonis, descaio ha muito do seu pristino vigor.

NOTA 5.ª

«Não o deixaram as luctas da patria seguir muito adiante a vereda que levava...» pag. 263.

Alistou-se Rodrigo da Fonseca em 1808 no batalhão academico, onde a numerosa mocidade estudiosa foi servir com as armas, tendo por seus officiaes os cathedraticos. D'aquelle batalhão era commandante o official engenheiro, Tristão da Silveira, lente da faculdade de mathematica. O doutor Manuel Paes de Aragão Trigoso, arcediago da Sé de Vizeu, deputado do santo officio, lente de prima jubilado da faculdade de canones, e vice-reitor da universidade, era então o governador militar de Coimbra. Do corpo academico passou Rodrigo, no discurso da guerra peninsular, para official do corpo de guias, em que teve por camarada no mesmo posto, ao seu amigo Thomaz de Aquino de Carvalho. Do corpo de guias o transferio o marechal Beresford para o regimento n.º 15, onde chegou ao posto de tenente.

NOTA 6.ª

«O imperio de Napoleão era na apparencia a mil annos de distancia, a resurreição de Carlos Magno.» pag. 264.

O imperio meio popular, meio despotico de Napoleão I foi um d'estes factos necessarios, que em epochas de profunda transformação politica e social influem poderosamente no caminho da humanidade e no destino peculiar de uma nação.

É paradoxa, mas innegavelmente verdadeira a these de que o imperio foi uma consequencia logica e infallivel da revolução, assim como a dictadura militar e o protectorado politico de Oliver Cromwell fôra não sómente o termo das perturbações revolucionarias da Inglaterra, mas a primeira transição para a monarchia constitucional.

Parece doutrina insustentavel que o despotismo de um soldado victorioso, encerrando o cyclo das mais tumultuarias agitações

de um grande povo, venha a ser fructuoso á liberdade e á civilisação. Coisa estranha e incompativel na apparencia com as idéas geralmente recebidas! E todavia é certo que os imperios nascidos da victoria são a mais triumphante refutação do direito divino, são em todos os tempos e em todas as phases da evolução humana os fecundissimos preludios da democracia, do direito e da justiça.

Ha quadras na vida dos grandes povos, nas quaes a guerra civil e a conquista antecedendo-se ou seguindo-se uma á outra, convertem em soldados os cidadãos e transformam n'um collossal acampamento o que d'antes na paz se chamava uma nação. Os suffragios tomam então a fórma de acclamações. Os que vestindo a toga civica elegiam consules ha pouco, cingindo agora o *sagum* militar, levantam nos seus broqueis o *imperator* laureado.

Apoz as guerras civis, em que as facções romanas dilaceravam cruamente o seio da patria agonisante, apoz o letigio pleiteado

em nome do poder entre os chefes dos bandos e parcerias, quando o direito não podia já designar os magistrados da republica, era força que um novo titulo adjudicasse a alguem o poder jacente no senado invilecido ou no *forum* desamparado. Esse titulo eram a gloria, os loiros, os tropheus. Quando n'uma nação, que exaggerou a liberdade aos ultimos extremos da anarchia, só resta um sentimento generoso, quando no delirio universal só ha lucidos intervallos para a galhardia militar, quando a febre das conquistas nos seus tremendos paroxysmos dá a um povo, já cansado de tumultuar, a estatura dos heroes, não ha na sociedade senão um só poder, o da espada, um unico prestigio, o do talento. E' n'estes momentos solemnissimos que as legiões romanas, tendo alargado os confins do seu dominio até ás orlas occidentaes da Hespanha, até á região dos Marcomannos e Cheruscos, até ás brumosas paragens da Britannia, habituadas a consubstanciar a energia social na vida dos acampamentos, a idola-

trar a espada, que as foi guiando em suas aventurosas excursões, levando a victoria pendente do seu ferro, caem prostradas ante o genio militar, e entoam clamorosas o *Ave, Cæsar, imperator!*

Desde então a suprema potestade perde os caracteres de uma vocação divina e hereditaria para ser a expressa delegação da vontade popular. *Consalutatus imperator legatum se senatus ac populi romani professus est*, como de Galba refere Suetonio. A *lex regia* transfere a magestade civica para o eleito das armadas multidões. A vontade de um só homem congloba n'uma audacissima ficção o alvedrio de milhões de cidadãos. O despotismo novo, fecundo, adolescente, saido como se fôra uma creação immediata do organismo popular, substitue e rejuvenece o antigo despotismo, inglorio, improlifico, senil. E' ainda o poder de um só autocrata em lugar da vontade nacional; mas é uma autocracia por assim dizer autorisada pela soberania da nação.

A revolução franceza tinha lançado á ter-

ra as sementes fecundas da moderna idéa politica. Tinha derribado a velha monarchia dos Capetos, dos Valois e dos Bourbons e com ella tinha entregado ás execrações da historia as iniquidades, os preconceitos e os abusos da antiga sociedade. A sua empresa é necessario consideral-a principalmente como uma obra de radical destruição. O terror, a guilhotina, os exercitos populares, improvisados e saidos do seio das multidões para levarem a conquista e a victoria aos povos convisinhos, eram apenas instrumentos de efficaz demolição. Estes Dantons e Robespierres, estes republicanos ferozes e cruentos, que semelhavam corybantes dominados pelo furor da revolução, não fundavam a republica, destruiam apenas as formulas politicas do passado. Ao cabo de vinte annos de tremendas conflagrações e de luctas intestinas, de nefandas carnicerias, e de feitos de generosa dedicação, de glorias immortaes e de lastimosos desbaratos, a França, cansada de sacudir de sobre o dorso o peso das velhas instituições, tinha chegado

como sempre acontece, depois das grandes convulsões da sociedade, ao estado de anarchia; mas d'esta anarchia, que já não produz heroes para disfarçarem com os seus loiros as ulceras da patria.

Era preciso edificar sobre o solo nivellado. Os Bourbons estavam no exilio e o seu primeiro desterro era o prenuncio de que esta raça grande, mas criminosa, apenas voltaria por espaços a occupar o solio de S. Luiz, para esgotar entre as pompas fallazes e ephémeras de uma infeliz restauração o calix derradeiro das suas humilhações. A monarchia estava decrepita na França. Mais do que dez vezes centenaria, começara a perder o viço no tempo dos Valois; cobrara alentos novos com as gentilesas militares do primeiro dos Bourbons, enganara a sua decrepitude com as victorias e as magnificencias de *grande rei,* e escrevera o seu ignominioso testamento pela mão de Luiz XV nas recamaras impudicas das Pompadours e Dubarrys.

Se a antiga realesa passara sem que fos-

se já possivel restaural-a, a republica estava em França então, no estado de these philosophica. Era antes uma escola, do que uma fórma de governo; uma doutrina mais que um facto; uma previsão antes que uma realidade; mais uma valente negação da monarchia hereditaria do que a affirmação irrevogavel do governo popular.

A revolução tinha derruido as instituições e as fórmas sociaes dos seculos preteritos. Havia feito mais: tinha preconisado novos principios, que deviam ser os fundamentos da futura democracia. Se atravez de longas e sanguinolentas agitações em nenhuma das tres epochas distinctas da sua evolução, na monarchia constitucional de Luiz XVI, no Terror e no Directorio, jámais tinha podido realisar, como a emancipação americana, a democracia pacifica, legal, incruenta, civilisadora, tornara pelo menos impossivel a funesta restauração da antiga autocracia, com o seu cortejo de privilegios nobiliarios e de flagrantes infracções á egualdade e á justiça social. O esqueleto feudal, que ain-

da estava de pé nas vesperas de 89, caio desfeito em pó ao sopro da revolução. As prerogativas do nascimento foram nivelladas com os berços mais rasteiros. Se a revolução material havia levado os aristocratas á lanterna, na feroz e litteral significação d'este summario juiso popular, a revolução moral tinha escripto o epitaphio das classes eminentes e oppressoras.

Em quanto a anarchia estava roendo, abutre sacrilego, o coração da França, e todas as magistraturas se consubstanciavam no algoz, adejava longe das suas fronteiras a aguia das victorias. Este era o ultimo refugio da sua varonil actividade. O que havia de heroico e de sublime n'aquelle povo, depois dos crimes ou dos erros lastimosos, mas necessarios, do seu duro noviciado revolucionario, estava nos exercitos, cujos impávidos generaes eram forçados a eleger ou a guilhotina ou o triumpho. A revolução, de movimento civico, viera pouco e pouco transmudando-se n'uma vastissima empresa militar. A nova idéa propagava-se na Euro-

pa pela sinistra catechese das batalhas. A *marselheza*, que fôra a principio um hymno republicano, entoado com febril enthusiasmo nos campos e nas cidades, tornara-se em appellido de guerra e de exterminio na patriotica excitação das luctas de conquista. A França tinha-a cantado a primeira vez como o estimulo eloquente á defensão do lar domestico, violado por insolentes forasteiros. E bem depressa era já o lyrico pretexto das violentas incursões e das novas acquisições de territorio. O francez antes de ser cidadão, nasceu soldado: por baixo da toga apparece mal escondido o ferro dos combates. Accordara do longo e vilissimo torpor do *ancien régime* clamando liberdade. O amor da liberdade fizera a guerra justa e necessaria. A guerra victoriosa fomentara a ambição. A ambição germinara a conquista; a conquista finalmente produzira delirio nobre e desculpavel, que tem nome de gloria. A gloria adormentou a liberdade, como um anesthetico suspende a sensibilidade e a consciencia em quanto o

ferro dextramente meneado, n'uma operação perigosa e arrojada, salva o já desesperado paciente.

Mas a gloria de uma nação elege sempre uma cabeça predilecta do genio e da fortuna, para circumdar-lhe a fronte com o seu nimbo refulgente. Depois das guerras civis em Roma, é Cesar; em Inglaterra, Cromwell; em França, Buonaparte. De um republicano, que despresa a coroa civica para adornar-se com as laureas militares, nasce forçosamente, se a anarchia o favonêa e o povo se inebria de gloria e de triumpho, um omnipotente dictador.

A anarchia é como que o exanthema da liberdade ainda infantil, perturbação necessaria e passageira do organismo social. Ou ha de remittir ou aniquilar forçosamente o corpo social. O fim da anarchia é a dictadura, como o termo do estado physico, em que as moleculas tem a minima cohesão, é o estado de solidez. A dictadura é a vontade de um substituindo a vontade de varios, é a força de um reduzindo á harmonia as dis-

cordancias de muitos, é a gloria de um offuscando o nome de todos. Como vontade é commando. Como força é espada. Como gloria é conquista. De espada, commando e conquista se compõe o grande general. Um general é pois o dictador por excellencia. A nação converte-se então n'um arraial, onde a união é a necessidade do triumpho, a ordem o instrumento da conquista, a disciplina o pacto da victoria.

Assim nasceu o consulado decennal de Buonaparte com os seus dois caudatarios civis, os consules secundarios, Sieyés e Cambacerès: prologo do consulado vitalicio e do poder imperatorio.

O imperio napoleonico foi o que na Grecia antiga se chamava, no estricto significado do vocabulo, uma *tyrannia* (tyrannis). Uma cidade livre e democratica dividida e trabalhada por facções, affogando a liberdade nas ambições contrarias de insaciaveis contendores, vem a cair na anarchia. Um cidadão mais forte, mais importante, mais poderoso, ou porque volveu coroado de lau-

reis de uma entrepresa militar, ou porque a sua facundia fascina as turbas corrompidas e voltárias, ou porque as suas virtudes e os seus meritos sobrelevam realmente aos dos outros cidadãos, conseguio levantar-se com o poder, conservando as apparencias da liberdade e as fórmas exteriores da antiga democracia. Eis ahi um *tyranno*.

Esta tyrannia é muitas vezes na edade moderna uma fatal e inevitavel transição da monarchia hereditaria á final consagração das liberdades. A sua autoridade apparenta o consenso do suffragio. Tem de commum com a democracia o batalhar contra a renascença da velha sociedade, com quem este poder bastardo, aventureiro, *parvenu*, não poderia um momento só coexistir. Assemelha-se á democracia em não ter gloriosos ascendentes nem prosapia esclarecida, em ter nascido como ella das ruinas do passado. Tem por feição egual o instincto revolucionario, que a estimula, em bem da sua defesa e conservação, a supprimir as antigas influencias sociaes e erigir em seu

logar uma fluctuante aristocracia, que é o soldado ennobrecido ou o burguez agaloado.

De todas as fórmas da monarchia é esta a menos offensiva á dignidade popular, comquanto a sua suspicaz intolerancia contra as manifestações da liberdade não seja muitas vezes menos ciosa dos seus fóros do que a monarchia dynastica e tradicional.

O primeiro imperio napoleonico era uma d'estas especies de governo. Retrogradar da revolução á realesa dos Bourbons seria mil vezes mais perigoso á democracia do que abrir no decurso da revolução um parenthese de gloria e de conquista, sob o imperio de um grande e afortunado capitão, nascido ao menos dos caprichos da victoria e dos sophismas do suffragio.

E digamos a verdade inteira. O imperio era apenas a revolução que estanceava na tenda do soldado, para recobrar-se das fadigas, e mais tarde proseguir a sua empresa. As liberdades eram, é verdade, regulamentadas e por assim dizer destribuidas a toque de tambor e de clarim. Não estavam,

porém, supprimidas, e o que é peior ainda, contestadas como nos tempos ominosos da monarchia dos Bourbons. A democracia germinara e fincara no solo as suas raizes com o trabalho incessante da revolução. O imperio consagrou as principaes conquistas da França de 89. E se fosse precisa uma prova singular e decisiva de que o imperio ainda respirava os alentos da revolução, bastaria o codigo civil, para attestar que entre a sociedade franceza anterior á assembléa nacional e as instituições sociaes da França imperatoria havia seculos de distancia e separação. A herança da revolução está n'aquelle monumento admiravel, que mereceu a lord Brougham em uma das suas eloquentes orações sobre a reforma da legislação civil um magnifico elogio n'estas palavras memoraveis: «You saw the greatest warrior of the age — conqueror of Italy, humbler of Germany, and terror of the North—saw him account all his matchless victories poor compared with the triumph you are now in a condition to win—saw him comtemn

the fickleness of fortune, while in despite of her he could pronounce his memorable boast:» I shall go to posterity with the code in my hand.» [1]

Quando a França em Waterloo, veio a despertar das cruentas illusões da sua gloria, as suas fronteiras, traçadas á mercê do vencedor, trocavam em dolorosa humilhação as memorias de tantos e tão amplos territorios, outr'ora accrescentados ao imperio. Mas as idéas de liberdade e as tradições da revolução triumpharam dos Bourbons. O imperio, que fôra uma dictadura guerreira, mas legal, apostolou com as suas victorias a resistencia ás velhas tradições da Europa monarchica e feudal. Uma vantagem singular teve esta dominação de Bonaparte. Era o ser exclusivamente pessoal e vitalicia. Era o destino de um só homem, cujos predicados excepcionaes se não podiam legar nem transmittir. Em vão o poderoso conquistador saudava no cumulo do seu en-

[1] The life of lord Brougham by John Mac Gilchrist, London 1868, pag. 146.

thusiasmo menos paternal que ambicioso, o festivo nascimento do rei de Roma. Em vão o insaciavel potentado se deliciava com a fagueira perspectiva de fundar na sua familia a dynastia da nova sociedade e de imperar aos seculos vindouros na sua gloriosa descendencia. Os irmãos e os parentes uns apoz outros cairam dos seus thronos, onde brilhara na prospera fortuna a sua magestade transitoria. O rei de Roma definhou-se obscuramente duque de Reichstadt, deixando ao cobiçoso filho da rainha Hortense o prospecto de uma coroa, com que o dotou depois a sua perfidia e a fraquesa da França republicana. O segundo imperio teve escripta constantemente entre as pompas dos seus festins a sentença do propheta. O imperio napoleonico vivia de um grande genio e de uma espada gloriosa. A herança era um titulo irrisorio para continuar uma dominação que tinha por condição essencial a gloria e a presença do primeiro imperador. O espirito do illustre capitão adejava sobre as reliquias da sua obra á semelhança do

Lar familiaris, ou do *domóvoi* russo, que d'além do tumulo, segundo a mythologia moscovita, está velando perpetuamente sobre a familia, que fundou. Mas desde a sua jazida dos *Invalidos* a sombra de Napoleão quasi desapparecia no radiante esplendor da idéa nova. No dia, em que o herdeiro d'aquelle nome tirou a espada para a entregar ao novo Cesar da Germania, o imperio moribundo, perdendo o talisman, que o segurava, rolou no pó da sua derradeira abjecção. As dynastias tinham morrido em França, as antigas e as novissimas, as do direito divino e as da revolução. A monarchia, que carece de eleição e plebiscito, é a suprema auctoridade emprestada a um ambicioso ou a um incauto pela munificencia das nações. Chega finalmente um dia, em que um povo pede a restituição e os juros accrescidos. Uma nação, que elege uma dynastia, condemnou virtualmente o poder dynastico e proclamou tacitamente a democracia. Por isso o imperio do general Bonaparte foi ainda uma phase da revolução,

e o resuscitado cesarismo, consagrando a proscripção de todos os Bourbons, dos Bourbons de Luiz XVI e dos Bourbons de Philippe d'Orleans, foi ainda no fundo, apesar das suas devassidões e exterminios, uma reacção contra a velha monarchia.

NOTA 7.ª

«A invasão franceza foi, comtudo, talvez uma fortuna para a nação...» pag. 265.

A invasão franceza foi incontestavelmente o principio da nossa revolução politica, assim como o levantamento geral de Hespanha contra os francezes em 1808 foi a premissa, d'onde a revolução hespanhola deduzio a constituição democratica de Cadix.. Os principios da revolução franceza estavam, como escrevemos na nota antecedente, em parte oblitterados, porém não esque-

cidos inteiramente no imperio militar de Napoleão. A aguia franceza, quando esvoaçava sobre a Europa, trazia á memoria de todos os povos, oppressos por um despotismo inglorio de muitos seculos, a revolução, d'onde saira a gloriosa dictadura. O novo Cesar era em parte o executor das disposições testamentarias da revolução franceza, quando nivelava com a sua espada as profundas desegualdades politicas e sociaes da velha Europa e quando, desde o golpe vibrado ás republicas aristocraticas da Italia até á abolição do carcomido corpo Germanico, annunciava ao mundo o termo definitivo da edade media e o advento das novas idéas e da nova civilisação.

Portugal, assim como a Hespanha, defendendo o torrão sagrado da patria contra a invasão do conquistador, Portugal, desamparado do seu chefe dynastico, e pelejando para conservar o throno a quem fugira sem a esperança de o recobrar, teve ensejo para meditar profundamente na decadencia, a que a monarchia tradicional e absoluta le-

vara o povo portuguez. Quando a guerra terminou, as classes mais illuminadas da nação julgavam inevitavel uma grande transformação politica para que o reino se não afundisse no seu ultimo naufragio.

NOTA 8.ª

«A paz foi para nós o começo da revolução...» pag. 267.

Da conspiração de Gomes Freire datam os primeiros esforços para mudar em Portugal a fórma de governo e para terminar n'este reino a dominação britannica exercida por meio de um celebrado general. Se d'esta conjuração era effectivamente o chefe e principal motor o general Gomes Freire d'Andrada, não parece ainda ponto resolvido pela

historia. Todavia os precedentes d'aquelle illustrado e valente official autorisam a inferir que elle não permaneceria pacifico espectador da crescente decadencia politica, social e administrativa, a que tinha chegado a sua patria. Tinha Gomes Freire um caracter irrequieto, descaindo talvez em sedicioso, um espirito naturalmente indisciplinado, um animo mal soffrido de qualquer superioridade, uma entranhada convicção dos seus merecimentos e serviços, attestados por uma longa e brilhante carreira militar.

Em Portugal estava n'aquelle tempo já bastante diffundida a idéa liberal, principalmente na parte mais esclarecida e mais distincta da officialidade portugueza, que tinha feito as campanhas peninsulares. Muitos dos mais illustres officiaes haviam servido sob as aguias do imperador. Outros com o diuturno exercicio de uma guerra de seis annos, tinham apreciado os auxilios militares da Inglaterra, e aprendido ao mesmo tempo a detestar a arrogancia dos seus caudilhos. Logo depois de assegurada a

paz, e restituidas as tropas portuguezas ás suas guarnições, tinham sido frequentes as associações secretas, em que figuravam numerosos officiaes. Não é para admirar que estas sociedades, sob um governo vicioso e impopular, pela ausencia da corte e pela prepotencia do general inglez, tomassem um caracter politico e contassem entre as suas aspirações a de ver demudada a fórma politica do paiz. Rodrigo da Fonseca era um d'estes benemeritos officiaes, que pelo seu talento e illustração não podiam contentar-se com os loiros militares das campanhas felizmente concluidas. Os exemplos de quasi toda a Europa, agitada durante largos annos pelo impulso da revolução, chegavam tambem, posto que tardios, a Portugal. Da mallograda revolução de 1817 datou o primeiro exilio do que devia ser mais tarde um notavel estadista e um fecundissimo orador.

Governava então as armas da provincia de Pernambuco o general Luiz do Rego, que durante a guerra commandara o regimen-

to 15, em que Rodrigo da Fonseca servira como official. Era Luiz do Rego seu amigo particular e constante favorecedor. Para o Brazil se encaminhou, pois, Rodrigo da Fonseca, depois de ter estado em Lisboa homisiado em casa de um seu amigo e de haver por uma das frequentes astucias do seu espirito inventivo illudido a vigilancia dos seus perseguidores. Em Pernambuco se conservou ao lado de Luiz do Rego, que tomara o governo da provincia depois de subjugada a revolução de 1817. E de grande prestimo foram os talentos e as lettras de Rodrigo da Fonseca ao seu benemerito general.

NOTA 9.ª

«A revolução de 1820 deixou que Rodrigo da Fonseca voltasse de novo a Portugal...» pag. 270.

A revolução de 1820, é facil adivinhar como seria festejada por quem vivia, como

que exul da sua patria. Rodrigo da Fonseca vivera em Pernambuco junto do seu general e do seu amigo, livre das oppressões, que em Portugal se livrara a custo. Mas as tormentas politicas levantadas no Brazil logo apoz a revolução de 1820, offereceram-lhe amplissimo theatro para que podesse observar as agitações populares e a difficil parturição do governo constitucional. Durante os ultimos tempos da sua residencia em Pernambuco assistio, junto do governo provincial, aos tumultuarios acontecimentos, que, depois de varios episodios levaram Luiz do Rego, a deixar o Brazil, onde a sua presença não fazia mais do que irritar inutilmente a animadversão já manifesta entre os portuguezes da metropole e os que dentro em breve tempo haviam de ser livres e independentes cidadãos de um novo imperio. A 26 de outubro de 1826 embarcava Rodrigo da Fonseca, com Luiz do Rego, no navio francez *Charles-Adèla* e singrava para a patria, onde o esperavam novas e mais borrascosas agitações. Já a este

tempo Rodrigo da Fonseca era casado com a filha de Luiz do Rego.

Chegado á capital foi nomeado official de secretaria de estado dos negocios do reino, cargo para que o habilitavam, muito além do necessario, os seus elevados talentos, a sua illustração e a sua experiencia de negocios publicos.

NOTA 10.ª

«Apaixonado pelas instituições representativas nunca soube o que era dar-lhes por alicerce a intolerancia, o odio, a proscripção, e o terror...» pag. 274.

Rodrigo da Fonseca foi eleito deputado á primeira legislatura depois da restauração constitucional. N'aquella notavel assem-

bléa popular, onde entravam os maiores engenhos politicos e parlamentares de Portugal, e onde se principiavam a delinear, por assim dizer officialmente, as fronteiras entre o partido conservador e o partido radical, deu Rodrigo da Fonseca não sómente os mais visiveis documentos do seu moderado liberalismo, senão tambem—o que era mui raro apoz uma guerra civil tão prolongada e depois de tão vivos odios e tão cruentas represalias entre liberaes e absolutistas—nobilissimos testemunhos do seu espirito elevado e do seu generoso coração.

A lei das indemnisações teve-o na tribuna por incansavel contradictor. As acerbas retaliações, com que o vencedor buscava desforrar-se das crueis perseguições de seus antagonistas, condemnou-as Rodrigo da Fonseca, por impoliticas, odientas e encaminhadas a repartir a nação em duas grandes familias inconciliaveis, a dos espoliadores e a dos espoliados, em nome de uma lei iniqua e illiberal. Nas sessões de 1834 deixou Rodrigo da Fonseca paginas inspiradas pela ge-

nerosidade e tolerancia. N'ellas resumbra a alteza, que sempre exalçou o seu espirito, e que tão largamente resgatou os seus defeitos e os seus erros de estadista, e uma certa facilidade em sacrificar ao bem da paz e da concordia a pontual observancia dos dictados e preceitos da ethica politica.

NOTA 11.ª

«A tribuna abrio-lhe de par em par as portas do poder. Foi ministro...» pag. 277.

Rodrigo da Fonseca foi nomeado a primeira vez ministro em 15 de julho de 1835. Estava então no vigor do seu fecundo entendimento, aprimorado por estes grandes mestres da vida e da politica,—o estudo, a

adversidade, a experiencia. Era de annos já maduros, porque estava a ponto de cumprir os quarenta e oito. Teve a pasta dos negocios do reino e foram seus collegas o marquez de Saldanha, que alcançou a presidencia do conselho e a pasta da guerra, João de Sousa Pinto de Magalhães, ministro dos negocios da justiça, José da Silva Carvalho, da fazenda, Jervis d'Athoguia, da marinha, e o duque de Palmella dos negocios extrangeiros. Fôra este gabinete organisado em 27 de maio de 1835 e n'elle tivera a principio a repartição do reino João de Sousa, que apenas se conservou n'este logar até 15 de julho immediato, em que trocou pela do reino a pasta da justiça. Na vacante deixada por aquelle benemerito representante do primeiro congresso liberal, entrou Fonseca Magalhães, cujos talentos politicos e a energia d'estadista eram incontestavelmente superiores aos do seu collega, aliás geralmente respeitado pelo seu caracter e profunda erudição.

O ministerio presidido pelo marquez de

Saldanha (convertido recentemente de chefe da opposição ministerial em caudilho do governo conservador) não poude resistir por largos mezes ás condições, que tornavam ephemeros e infecundos n'aquella quadra agitadissima os mais illustrados ministerios. O que devia ser tarde um dos illustres estadistas portuguezes, o que teria de descobrir e applicar aos gabinetes o segredo e o processo de uma longevidade excepcional, apenas poude então conservar-se quatro mezes no poder e teve breve e trabalhado o seu noviciado ministerial. Rodrigo deixou de ser ministro a 18 de novembro de 1835. A esta passageira administração e á iniciativa de Rodrigo da Fonseca deve Portugal a primeira tentativa para fundar em Lisboa o ensino completo das sciencias, fazendo da capital o centro da intelligencia e da instrucção. A creação do *Instituto*, que precedeu a fundação da Escola Polytechnica, tiveram ainda os preconceitos centenarios sobrada força para que, apenas decretada, se não podesse effectuar. O ministerio

caio diante de uma opinião obscurante e reaccionaria, que condemnava Lisboa a ser perpetuamente, no tocante á instrucção, uma aldêa humillima de Portugal. E é digno de reparo que um homem de tantas lettras, o primeiro que em Lisboa havia professado com tanta novidade, como applauso as modernas sciencias physicas, o illustre Mousinho de Albuquerque, fosse o ministro designado para succeder a Rodrigo da Fonseca e para auctorisar com o seu nome o que poderamos chamar o parricidio do saber.

A revolução de setembro encontrou em Rodrigo da Fonseca um dos seus francos e resolutos adversarios. Como jornalista e orador tiveram-n'o os cartistas n'aquelle tempo como um dos seus mais estrenuos e galhardos campiões. Quando o congresso de 1838 decretou a nova constituição, Rodrigo da Fonseca, assim como muitos dos mais eminentes homens publicos do partido conservador, jurou fidelidade ao novo codigo e preferio a acceitação d'aquelle grande veredicto nacio-

nal ás contingencias e ás luctas de uma ambiciosa restauração. Á medida porém que a revolução de septembro se ia distanciando do seu berço, ia forçosamente enfraquecendo a sua acção. O partido conservador, incansavel, activo, disciplinado, numeroso, fôra pouco e pouco reconquistando a influencia que perdera nos dias, em que os tribunos populares com a sua energia e a sua palavra conservavam accesa a chamma revolucionaria.

O ministerio de 26 de novembro de 1839 era um gabinete de manifesta reacção. Os conservadores senhoreavam-se finalmente do governo, apoz uma série de transitorias administrações. As successivas e frequentes transmissões de um poder enfraquecido debilitavam mais e mais a situação, que nascera do movimento de septembro. Os cartistas entravam no gabinete, levando em sua alliança e companhia alguns dos que tinham affrouxado na antiga fé politica, e os que de fervorosos democratas se haviam convertido ás opiniões ultramonarchicas. Rodrigo da

Fonseca Magalhães teve n'esta administração a pasta do reino e foram seus collegas o conde de Bomfim, na guerra e presidencia do conselho, Costa Cabral na justiça, na fazenda Florido Rodrigues Pereira Ferraz, o conde de Villa Real na pasta da marinha e depois na dos estrangeiros, que o visconde de Carreira, para ella designado, não chegou a acceitar. O segundo ministerio de Rodrigo terminou em 9 de junho de 1841.

NOTA 12.ª

«Presando a auctoridade, e zelando-lhe os foros e regalias...» pag. 278.

Durante o segundo ministerio de Rodrigo da Fonseca se passaram os acontecimentos, que deram azo á suspensão das garan-

tias. Os homens, que tinham permanecido fieis á revolução de septembro, empenhavam-se em reconquistar o poder e assegurar de novo os fóros populares. D'este empenho se originaram todas as tormentosas contestações, que trouxeram dividida a nossa patria durante a primeira grande epocha do governo representativo em Portugal, — a que principiou com a legislatura de 1834 e terminou com o movimento liberal de 1851.

Estamos acostumados desde a infancia a ouvir lastimar com palavras de lachrymosa exprobração os dissidios, as luctas, as agitações, as tempestades, que por tantos annos repartiram em dois permanentes arraiaes politicos os cidadãos de Portugal. Nenhum governo, nenhuma situação houve já tão facciosa e intractavel que não inscrevesse como lemma no seu escudo e tenção na sua bandeira a concordia e fraternidade entre a familia portugueza. Vemos os mais austeros estadistas carpirem em palávras de uncção e caridade a patria, cujas

entranhas dilacera com sacrilego furor o abutre faminto das facções. Comprazemo-nos em haver reduzido o problema politico do paiz a um pacifico litigio, intentado ácerca da partilha do poder, uma especie de *familiae erciscundae*, que se pleitêa nas recamaras do paço ou nas ante-salas e coxias do parlamento, sem que desmaie a boa convivencia dos partidos e a mutua cortezania dos seus chefes.

Aquelles, que fundaram a liberdade — e a liberdade funda-se com as revoluções de septembro, com as turbações de 44, com as guerras civis de 46 — não eram accommodaticios, descrentes, egoistas, ordeiros como os das mais recentes gerações. Dissentiam profundamente dos seus adversarios, — não émulos, como hoje quasi todos, não méros competidores no concurso do poder—, desdiziam dos seus antagonistas no principio fundamental do governo e da politica. Criam elles na soberania nacional com a plenitude sincera das liberdades publicas. Determinavam os contrarios de acercar-se quan-

to podiam á monarchia descricionaria, especie de realeza absoluta com a mascara e anteface do governo liberal. Elles queriam a eleição, como fonte do poder legislativo, e a soberania parlamentar como centro de toda a acção politica. Pretendiam os seus contradictores cifrar na coroa a maxima influencia e potestade. Elles pugnavam pela ampliação das liberdades. Lidavam os seus oppositores por contrair cada vez mais as conquistas da revolução.

Esta inconciliavel antinomia revelou-se em pugnas lapitheas na tribuna, quando tribuna havia n'esta boa terra portugueza, aberta sempre a todas as nobres inspirações, em quanto não viemos a apoucar n'um puro mercantilismo todo o trafego politico da nação e dos partidos. Lidavam então na primeira linha os mais notaveis oradores, circumdados — como cavalleiros principaes d'esta requesta—de seus pagens e escudeiros parlamentares, ainda assim mais valiosos que muitos dos oradores de nossos dias. Discutiam-se grandes e tormentosas theses

sociaes. As paixões eram arma, não assumpto da peleja: banidos os interesses, as tréguas impossiveis: os contendores divididos no parecer, eguaes ou conjunctos no talento, na tenacidade semelhantes: a moderação desaire, infamia a propria sombra de concerto. Taes eram as luctas da tribuna desde o congresso constituinte até aos parlamentos da carta restaurada. Assim se affrontavam na liça estes bravos e luzidos campeões, que se chamavam Garrett, Rodrigo, Manuel Passos, José Estevão, de cujos nomes nos lembramos hoje, como de heroes e batalhadores de uma andante cavallaria, apenas distinguiveis como vultos nebulosos nos longes de uma edade remota e meio fabulada; como agora nos apparecem por entre a neblina da tradição as sombras dos guerreiros indiaticos, de cuja feição e tempera se nos affigura por impossivel haver jámais de ora ávante um só varão.

Quando os raios se cruzam serpenteando nas verdadeiras borrascas da tribuna, alguma centelha electrica, traspassando o re-

cinto do parlamento, vem prender fogo no combustivel accumulado em deredor. A temperatura politica das assembléas equilibra-se naturalmente com a do ambiente, representado na opinião. A's grandes tormentas parlamentares é forçoso que responda a agitação das multidões, sob pena de ser uma comedia a ira e a facundia nos mandatarios da nação.

N'aquelles tempos, em que foi poderosa a palavra na camara dos deputados, a paixão eloquente da tribuna era mais do que uma fórma convencional e litteraria, exprimia cabalmente o estado dos espiritos e o certame parlamentar copiava, idealisando-as, as contenções apaixonadas e frementes, em que se jogava o destino da nação.

Desde 1836 até 1851 vivemos em perpetuas commoções. De 1851 — e talvez a custo de embotar o sentimento liberal e cair no epicureismo dos proventos economicos,—de 1851 contámos cinco annos de paz ininterrupta. Apoz elles (justamente quando Rodrigo da Fonseca deixara o leme do

governo) principiou um novo cyclo de obscuras agitações. Até 1851 continuámos a revolução. Desde esta data (exceptuando o movimento popular e incruento de 1868) tivemos a revolta. Na primeira quadra vimos o povo defendendo as suas immunidades. Na segunda presenciámos os conspiradores pugnando pelas suas ambições.

A risco de professar uma these paradoxa, temos que as revoluções, que assignalaram o primeiro *momento* da nossa vida constitucional, longe de serem nefastas á nação, foram salutares e necessarias. A liberdade é de si uma sciencia practica tão ardua e espinhosa, que não se aprende nas delicias de uma quietude sensual. O pagão antigo e obdurado não é só com as aguas do baptismo, que se robustece na fé e na dignidade de christão. O servo dos monarchas absolutos não fica logo cidadão, apenas espedaçou as ferropêas e volvendo triumphante de uma guerra de conquista liberal, pendurou as armas na panoplia e se contentou de ler na lettra morta de um

codigo abstracto o idyllio dos seus fóros. Ao baptismo é bem que succeda o chrisma da revolução: ao chrisma a parenese; á parenese esta série de varonís e rijas provações, com que se tempera o animo e se apparelha o cidadão para entrar desafogado ao *forum* popular. O escravo da monarchia tem o dorso recurvo pela abjecta hyperdulia a um autocrata poderoso. É força que n'este politico exercicio das turbações e dos combates civis readquira a erecta estatura do homem livre. A revolução é pois a gymnastica da liberdade; todos os povos, que a souberam alcançar, tiveram na revolução o seu duro noviciado.

A Inglaterra, que nós hoje endeusamos com bastante exaggeração, como a patria da lei e da liberdade, durante seculos se andou industriando nas terriveis palestras liberaes. Esse grande estado, onde convivem as tradições da meia-edade com as innovações da revolução, onde a omnipotencia parlamentar confraternisa com a risivel cabelleira do *speaker* dos *communs*, e

com o symbolico sacco de lan do lord chanceller, onde a assembléa electiva impõe á coroa a sua vontade, salvo o ser tratada nas pomposas solemnidades legislativas com o extremo desdem e menospreso official, onde a terra, dividida por alguns milhares de proprietarios,— a verdadeira oligarchia da riquesa — se nega a um proletariado livre e irrequieto — a triste democracia da miseria—, a Inglaterra, emfim, onde o povo em compactas, mas pacificas multidões, delibera na praça publica, á semelhança do *démos* atheniense, em quanto as bayonetas do soberano se recolhem nas casernas, a Inglaterra não alcançou estes que se affiguram paradoxos constitucionaes, senão a poder de cruentas agitações e de tumultuario aprendisado. Dos elementos, que em paizes menos cultos na educação politica dariam nascimento á anarchia, sae ali a ordem e a liberdade. Nos estados do continente uma reunião de dois mil homens ao ar livre, em redor de levianos oradores, despeados de todas as restricções parlamentares, já tem ares

de sedição. Um *meeting* de cem mil homens em Hyde Park é apenas a opinião, enunciando o seu parecer pelo orgão da legalidade. A Inglaterra chegou a esta perfeição politica depois de haver passado pela resistencia violenta ao *Ship money*, — a taxa arbitraria e illegal, — por Naseby e Marstonmoor, por Worcester e Dunbar, proscrevendo os Stuarts, levantando sobre os escombros do seu throno o protectorado de um general aventureiro, e cerrando o cyclo centenario das suas luctas politicas e religiosas com a famosa revolução de 1688, que é a data veneranda para todos os que na ilha afortunada présam a liberdade nacional.

E se nos compararmos com a Inglaterra, e com a França, quão breve e relativamente branda não foi para nós a escola da liberdade portugueza! Tivemos revoluções, guerras civis, encarceramentos, proscripções, mas tudo isto como que em fugitiva miniatura.

E a fibra, que no paiz ainda ás vezes se contráe e se distende—laxa e enervada, como está—temperou-se n'aquelles exercicios. O que

houve de varonil em Portugal n'estes ultimos quarenta annos, ganhámol-o nas justas d'aquelles periodos torvos e inquietos, a que o sentimentalismo e a myopia dos politicos utilitarios attribuem a decadencia do paiz. O que hoje gosâmos de liberdade solidamente radicada, embora ainda incompleta, é fructo d'aquellas quadras tormentosas, que os republicos de agora se comprazem em deplorar como parentheses abertos na civilisação de Portugal. Se a corôa,—o elemento absorvente nas monarchias representativas, o que tende a degeneral-as e convertel-as em autocracias pessoaes — se a corôa, disemos, não conseguio desde a audaciosa tentativa de Belem até aos governos arbitrarios de 1845, desde o golpe de estado de 1846 até ao movimento de 1851, sequestrar as liberdades e fazer do partido reaccionario ou conservador a obra avançada da monarchia absoluta, e supplantar de todo o ponto as energias democraticas da nação, devemol-o a estas pendencias e contenções ora imbelles e logo armadas, com que o povo se estreou na defensão de suas indisputaveis im-

munidades, e com que impoz á prerogativa as limitações e as reservas, sem as quaes a liberdade a cada passo corre os lances de affogar-se no governo pessoal.

N'aquelles tempos os partidos não se lembravam de avenças e de pactos com os seus adversarios. Os caracteres eram ainda rijos e temperados de aço; a fé profunda nos que seguravam a bandeira democratica; a palavra espontanea, ardente, apaixonada.

Os deputados ao affrontarem com vehemencia os ministros impopulares, não lhe entregavam furtivamente o memorial supplicante do circulo eleitoral interesseiro, egoista, mercenario. Pelejava-se como os guerreiros travam o combate, não como simulam a refrega os *condottieri*.

Eram os lidadores dignos dos seus antagonistas. Garrett, defendendo a suspensão das garantias, se não presava então a liberdade, honrava ao menos a tribuna com o resplendor do seu talento quasi encyclopedico. José Estevão, combatendo a temporaria suppressão dos fóros populares, n'uma oração eloquentissima,

e medindo-se com o vulto gigante de Garrett, assombrava o parlamento e conquistava o primeiro logar entre os principes da tribuna. Entre elles dois, Rodrigo. Nem a palavra artificiosa e litteraria de Garrett, nem o verbo vehemente e imaginoso de José Estevão; porém decorosa a oração, tersa a linguagem, o estylo nem tão levantado que se alteasse a poetico, nem tão submisso que descaisse em plebeo; nos assumptos graves, sentencioso e varonil; nos medios, entre ameno e academico; nos familiares esparzindo os saes e os donaires do seu atticismo aprimorado; a declamação ora altiva, ora plangente, sempre adequada; a attitude erecta e celsa, o gesto ora tragico, ora comico, jámais dissonante do affecto e da intenção; o meneio compassado, quando a oração deslisava fluente e remansada, nervoso e arrebatado, se a paixão trovejava nos labios do orador.

A nenhum dos nossos homens de tribuna pódem caber com maior naturalidade e accommodação as palavras, com que Cicero delineou a imagem do seu perfeito orador, no

que toca ás qualidades da voz, do gesto, da postura, da excursão: *Status erectus et celsus;... excursio moderata; eaque rara;... nullæ argutiæ digitorum;... se ipse moderans... brachii projectione in contentionibus, contractione in remissis.* [1]

Um orador assim precisava do debate livre e do amplo amphitheatro.

Cerrarem-lhe a tribuna era apagarem-lhe o foco da sua gloria. Fazer o silencio em volta d'elle com a proscripção, ainda que fosse temporaria, das liberdades populares, seria humilhar o seu talento. Por isso elle, que tão moderadamente usara da victoria contra os agitadores de 1840, pedia ao parlamento, que lhe desatasse os vinculos da imprensa, a poucos passos de a haver encadeado.

[1] Cicer. *Orator.* XVIII.

NOTA 13.ª

«Era aquelle que mais tarde na camara dos pares militando na opposição se penitenciava n'um discurso memoravel...» pag. 281.

Os discursos pronunciados na camara dos pares contra o conde de Thomar são dos mais notaveis entre os que Rodrigo proferiu.

O ministro ordeiro e conservador de 1840, tinha tido occasião de modificar profundamente as suas opiniões. Posto que a principio fosse adversario da revolução de setembro e timbrasse de pertencer a uma escola moderada, os successos de 1842, os durissimos combates do paiz contra a dictadura desgraçada, que seguiu durante muitos annos a segunda restauração da carta, a guerra civil, que por largos mezes converteu Portugal n'um vasto campo de batalha, tinham distanciado a Rodrigo da Fonseca do bastardo neo-cartismo inaugurado em 1842.

O governo, que saira da revolução do Minho, quizera aproveitar os talentos e a prudencia fabiana de Rodrigo, investindo-o n'aquelle perigoso proconsulado, hybridismo singular de missão quasi-diplomatica e de logar tenencia excepcional, para o intento de que Rodrigo da Fonseca pacificasse a Beira, onde a fermentação revolucionaria sobrevivia á queda e á proscripção do governo impopular. O reconto da viagem a Coimbra, da recepção pouco hospedeira, com que lhe celebraram a entrada, é um modelo de estylo narrativo, de faceto desenfado e de generoso perdão aos que, desagradecidos á sua missão conciliadora, nem ao menos o quizeram escutar.

NOTA 14.ª

«...teve na mão por cinco annos a balança dos partidos...» pag. 282.

Se o segundo ministerio de Rodrigo da Fonseca foi a época mais agitada da sua vida par-

lamentar, as suas qualidades de estadista acharam mais vasto campo em que revelar-se e operar na terceira administração, em que foi chamado a participar. Foi no gabinete da *Regeneração* que Rodrigo poz o sello á sua brilhante carreira de républico. O problema, que lhe incumbia resolver era um dos mais arduos, com que podia arcar o seu talento.

Tratava-se de concertar as dissidencias, fundir os antagonismos, captivar as vontades, desarmar as malevolencias, prear no campo dos partidos out'rora inconciliaveis, e recrutar um exercito collecticio, com que se podesse governar em paz durante alguns annos consagrados a sanear os males da patria, e a instituir um novo teor de administração, mais furtado ás controversias dos partidos.

Este problema resolveu-o o estadista, conseguindo paliar as difficuldades e mesclar os homens politicos de feição, que d'esde então se lhes afrouxou a fibra mais e mais, pospostos, como se fossem dissidencias e theses escholasticas, os pontos de doutrina constitucional, em que outr'ora se differençavam os parti-

dos. Realisou-se a paz, mas os liberaes mais avançados e sinceros não abdicaram o seu radicalismo. A carta, em volta de cujo roto pergaminho, se pelejaram os grandes combates civicos desde 1836, passou na geral opinião por um codigo toleravel e proporcionado ás exigencias politicas da occasião e do paiz.

A legislatura de 1852 limitou-se a fazer n'aquelle predio, out'ora desamparado por inhabitavel e inhospito, algumas ligeiras bemfeitorias. A prerogativa perdeu o direito de fazer a guerra e a paz. Fizeram-se insignificantes concessões aos espiritos mais ciosos de liberdade.

A democracia, que ainda pensava e sobrevivia ao contagio febril dos melhoramentos physicos e dos progressos economicos, sorriu das emendas e addições á carta de 26.

Quaesquer que fossem porém os perniciosos effeitos, que sobre a moralidade politica dos partidos exerceu a situação, herdeira do poder em 1851, é certo que a Rodrigo da Fonseca deveu Portugal aquelles cinco annos de paz e de concordia, em que tivemos lazer pa-

ra cuidar dos interesses materiaes e das coisas economicas do paiz. Se aquella situação, a muitos respeitos notavel e benemerita, alcançou uma raras vezes exemplificada longevidade, ao tacto, á prudencia, aos talentos oratorios e estadisticos de Rodrigo da Fonseca cabe a honra principal d'aquella trégua duradoura dos partidos.

NOTA 15.ª

«Nunca sentir mais portuguez e pensar mais generoso, traduziu a tribuna parlamentar em phrase, que fosse mais castiça e portugueza, em periodos de maior vehemencia e compostura...» pag. 284.

Rodrigo da Fonseca foi incontestavelmente um dos mais eminentes oradores, que tem honrado a tribuna portugueza. O debate era a estacada predilecta, onde elle se comprazia em cruzar as armas do agudo e penetrante entendimento com os mais exforçados e temiveis adversarios.

Era-lhe a imprensa familiar desde os seus primeiros tempos. Em muitas folhas colla-

borara com felicidade na palavra. A sua escripta era amena e original, nervosa e enucleada, correcta e portugueza de boa lei, principalmente no estylo epistolar, em que Rodrigo da Fonseca era exemplar. Uma selecta collecção das suas cartas seria um bom modelo n'este genero difficil, em que a brevidade, e a temperança dos ornatos tornam mais custosa do que nos outros generos litterarios a bellesa do dizer.

O melhor titulo intellectual do estadista era, porém, a oração parlamentar. A epocha mais fecunda e mais brilhante da eloquencia politica em Portugal principia com o primeiro parlamento depois da restauração constitucional e alonga os seus clarões n'um crepusculo duradouro até que desappareceram José Estevão e Passos Manuel. D'esta primeira quadra a parte mais original, mais inspirada, mais espontanea e mais explendida é a decada, que vae desde a revolução de 1836 até os dias que precederam a guerra civil.

A eloquencia é ao mesmo tempo uma ar-

te e uma paixão. A arte aprimora-se com o tempo e a experiencia. A paixão é em todos os tempos mais vivaz e mais energica na primeira juventude do que na edade varonil da oratoria. É como uma curva, cujo maximo, está mui proximo da origem, e em que o ramo ascendente é breve e rapido. Demosthenes, que representa a maturidade perfeita da eloquencia hellenica, floresce quando são ainda frescas as tradições dos primeiros oradores, quando Pericles vive ainda na memoria, quando é recente ainda a fama de Aristophonte, de Cephalo e Thrasybulo, quando datam de poucos annos os trabalhos e os escriptos de Gorgias, de Protagoras, de Hippias e dos demais sophistas para fundarem a arte da palavra.[1]

Chegada com Demosthenes ao apogeo das suas glorias, a eloquencia declina, em quanto a rhetorica se adianta. Ao passo que a

[1] *Demosthenes und seine Zeit* (Demosthenes e o seu tempo) von Dr. Arnold Schaeffer-Leipzig 1856. T. I. cap. I. II e III. Ottfried Muller *Histoire de la littèrature grecque* traduite de l'allemand par H. Hillebrand Paris 1866. T. III. 131—160.

paixão vae perdendo na *ágora* os seus fóros, a arte vae dilatando as suas conquistas nas escólas dos *rhétores*. Quando a tribuna chega a estar deserta, enxameam os discipulos em redor dos mestres da oratoria.

O mesmo que na Grecia foi em Roma o destino da eloquencia. A palavra no *fórum*, e no senado fôra durante seculos, espontanea, desornada, consoante ao viver agreste e rude de um povo batalhador. Catão o antigo, Tiberio Graccho, Caio Carbon, Scipião Nasica, Lucio Lentulo, Quinto Metello, Caio Lelio, Publio Africano, Servio Galba, são contados por Cicero entre os oradores, que nos incunabulos da arte deixaram tradição da sua palavra[1], mas a eloquencia, no dizer do grande orador romano, principia em Marco Emilio Lepido (appellidado Porcina), de quem Cicero affirma haver sido o primeiro, em quem resplandeceu a lenidade dos gregos, a compreensão das pa-

[1] Cicer. De *Claris oratoribus* XIX a XXIV.

lavras, e o estylo artificioso.[1] E de Lepido ao eminente defensor de Milon e de Roscio não decorre meio seculo. Em tempos não remotos do luzimento e florescencia da tribuna latina, eram as orações politicas ou forenses apenas toleraveis a uma cidade ainda quasi inculta e a ouvidos mal affeitos ás graças do dizer: *Nondum tritis nostrorum hominum auribus, nec erudita civitate tolerabiles.*[2] Caio Sempronio Graccho, a cuja eloquencia nenhuma voz humana alcançaria sobrelevar, se, no dizer de Cicero, o não desamparara a vida a meio curso nas glorias da tribuna, Caio Graccho antecede de poucos annos ao nascimento do principe dos oradores latinos. Marco Antonio (não o triumviro, porém o orador), Licinio Crasso, aos quaes Cicero põem respectivamente em parallelo com Demosthenes e Hyperides

[1] Hoc in oratore latino primum mihi videtur et lenitas apparuisse illa groecorum, et verborum comprehensio, etiam artifex, ut ita dicam, stylus. Cicer. *De clar. oratorib.* XXV.
[2] Cic. *De Claris Oratorib.* XXXII.

na sequencia dos artistas da palavra; [1] Curio, celebrado pelo esplendor e opulencia do seu dizer, apesar da sua profunda ignorancia em todos os generos de sciencia e erudição; Cesar, a quem Cicero attribue o primado entre os que fallaram com a maior eloquencia a correcta latinidade, e cujas orações, na phrase do grande orador romano, semelham quadros de boa pintura collocados em boa luz, engrandecem e nobilitam a tribuna pouco antes que a eloquencia romana tente as ultimas audacias e conquiste as mais illustres palmas pela voz de Cotta e Hortensio [2] e mais do que elles pela facundia inexcedivel de Marco Tullio, o qual se apodera da tribuna, para substituir e tornar quasi deslembrados os grandes oradores da republica expirante.

[1] Nam ego sic existimo, hos oratores fuisse maximos et in his primum cum groecorum gloria latine dicendi copiam aequatam. Ibid. XXXVI.

[2] Hoc (Hortensius) egitur florescente, Crassus est mortuus, Cotta pulsus, judicia intermissa bello, nos (Cicero) in forum venimus. *De Clar. Oratorib.* XXXVIII.

Em Cicero culmina a eloquencia e desde Cicero começa a descair.

Em Inglaterra a oratoria parlamentar brilha no seu mais lúcido esplendor nos tempos aureos da era georgiana, inflamma-se perante a grande revolução do continente, e forja os seus raios mais tremendos, quando a Gran-Bretanha atira a luva para um duello collossal ao gigante da victoria. A eloquencia artistica, culta, litteraria, primorosa, data do reinado de George III. Se os fastos parlamentares registam a tradição ou os fragmentos dos discursos vehementes e apaixonados pronunciados na tribuna nos dias calamitosos de Carlos I, se Strafford e Bolingbroke são numerados entre os mais antigos oradores, se Robert Walpole, o ministro corruptor, é citado como discreto discursista, aquelles nomes estão para os grandes vultos da tribuna ingleza na mesma proporção em que os Lelios, os Scipiões, os Metellos, os Servios Galbas para os formosos talentos oratorios da republica romana. A eloquencia cresce, altea-se, agiganta-se,

combate, alcança os maximos triumphos, nos annos que decorrem desde a secessão das colonias americanas até que Napoleão, exilado em Santa Helena, deu fim á epopea da revolução e da conquista. Desde então a eloquencia britannica, á semelhança de um athleta extenuado do combate, repousou na arena das suas victorias. A tribuna de heroica e bellicosa, que fôra d'antes, converteu-se em mercantil. O fluxo remansado da eloquencia é ainda a espaços tumultuoso e agitado nas luctas, que se assignalam pela discussão da *Reform Bill*. O *debater* expulsa da tribuna o orador.

É no ultimo quartel do seculo passado e nos primeiros annos do presente, que a oratoria britannica memora os mais explendidos talentos: Chatham, Burke, Fox, Pitt, Sheridan, Windham. Em vão a aguia da tribuna, dilatando a sua ampla envergadura, se esforça por manter-se na eminencia, a que subio. Canning, Brougham, Grey, Peel, Russell, Palmerston, são certo vigorosos oradores. Mas confrontados com os

seus predecessores gloriosos, são como os guerreiros de Annibal ou de Alexandre, comparados com os heroes semi-divinos da epopea grega. Parece, no dizer de um critico da oratoria, que a eloquencia é em certa maneira incompativel com os mais elevados graus da civilisação,[1] e principalmente, dizemos nós, com o tracto e predominio dos interesses positivos e materiaes da sociedade.

E é facil compreendel-o. A oratoria politica é antes de tudo uma arte, como a pintura, como a estatuaria. O seu objecto é o bello, é o ideal, que forceja por adaptar-se ás formas sociaes. A arte é pois de necessidade tanto mais levantada, mais formosa, mais esthetica, mais promovedora de puras e espirituaes deleitações, de commoções mais energicas e varonis, quanto os seus assumptos mais se desvestem do que é

[1] «On peut attribuer cette decroissance du talent oratoire à une cause, qui pour paraître d'abord étrange n'en est pas moins réelle ; c'ést que l'éloquence est incompatible avec un haut degré de civilisation.» Laluel, *Les orateurs de la Grande Bretagne* II. Pag. 108.

physico, interesseiro, sensual. E quaes são na vida publica as theses, que mais inflammam e enaltecem os espiritos, senão as que volteam na athmosphera politica, na presença de uma guerra, de uma invasão, de uma conquista? do territorio, que está a ponto de perder-se, da honra, que está a pique de empanar-se, da liberdade, que é necessario instituir, amparar, fortalecer? da magestade nacional, que cumpre desaffrontar n'uma republica, dos fóros civicos, que é forçoso vindicar n'uma temperada monarchia contra as irrupções da coroa, ou contra a prepotencia e arbitrio dos ministros?

Agora passemos o nivel de uma falsa, e corruptora tolerancia sobre todas as profundas dissidencias da opinião, deixemos apenas em presença as ambições nuas e estremes dos que contendem na conquista do poder; eliminemos do debate os grandes principios do direito e da moral, as questões epicas da humanidade; supprimamos as paixões nobres e generosas, e demos a primazia aos interesses egoistas e materiaes.

Assignemos o logar da liberdade á locomotiva e ao carril; o logar da honra nacional ao balanço do erario, o logar da magestade popular ás intrigas obscuras da ambição, nos bandos e parcerias. O que esperaes que venha a ser a eloquencia? Será apenas a rhetorica, a declamação, ou o discurso mercantil. Este fogo vivificador que se communica do tribuno ás multidões e das turbas ao orador, estará então extincto. A viciosa curiosidade virá succeder á agitada expectação do auditorio.

A eloquencia politica nasceu em Portugal em 1820. Foram aquelles os seus primordios. A sua forma era porém antes a dissertação do que o discurso. Não havia então combate de antagonistas irreconciliaveis no seu credo, senão parada de talentos e expansões de patriotico fervor. Faltou que se affrontassem na primeira assembléa popular os evangelisadores da idéa nova e os convictos defensores da velha monarchia. A eloquencia verdadeira só póde brotar do meio da agitação e da borrasca.

A ora:ria parlamentar principia em 1834 o seu pe:do florente, sobe na espontaneidade e na vehemencia durante as turbações civis da :volução de septembro; eleva-se á maior a:ura da sua gloria desde 1840 até ás luct: da espada ou da palavra com o governo d carta restaurada. Em 1851, a tribuna aind faz vibrar as vozes eloquentes dos antigos paladinos, mas a excitação do parlamento não responde á temperatura da opinião. O paiz está como que profundamente anesthsiado pelos primeiros vapores da locomotiva O fomento é a preoccupação universal. Os oradores descaem e resfriam. A ultima centlha da oratoria verdadeiramente apaixonada é a oração de José Estevão na questão *Charles et Georges*. Desde então apressa-se a largos passos a decadencia da tribuna. O *rostrum* já não é privilegio de oradores mas baldio commum de quantos tem a audacia de a levar á escala vista. Hoje ha ainda no parlamento bons engenhos, verbo facil e fluente, elocução correcta e vernacula algumas vezes, estylo

florido e engalanado mais do que cumpre porventura ao genero deliberativo. Ainda algum ou outro orador, menos refractario ao saudavel preceito de Marco Tullio, ousa em assembléas portuguezas fallar o nativo dizer da sua gente. Mas raream hoje em nossa terra os filhos mimosos da eloquencia. Como nas demais nações meridionaes, são geralmente os nossos compatriotas tambem verbosos, loquases, disertos, expeditos no discursar. Mas é mais do que isto a facundia no orador. E demos que alguns haja felizes na invenção, na estructura artistica do discurso, *apta et quasi rotunda constructio*, dialecticos no provar e retorquir, graves no pathetico, persuasivos no temperado, vehementes nas apostrophes, urbanos na ironia, decorosos no gracejo, rhythmicos no periodo, no estylo exemplares, e tersos na dicção. Ainda ahi não está completo o orador. Cumpre que a acção esforce e vivifique a idéa e a palavra. A palavra e a idéa são como a invenção e o desenho n'um painel: a acção é porém o colorido, o tom, a luz, o

claro-escuro. O discurso de per si é como as pinturas monochromaticas dos antigos, — um contorno e uma só côr. Da acção depende que na tela da oração avultem e resaltem as figuras e do simples recitador de phrases melodiosas e cadentes se difference o legitimo orador. Como de Marco Antonio referia Cicero, seja no artista da tribuna egual a preexcellencia na voz e no meneio: que o gesto não só exprima o sentido dos vocabulos, mas seja congruente com a sentença do discurso: que egualmente se harmonisem com a sentença a postura e movimentos do orador: *Gestus non verba exprimens, sed cum sententiis congruens: manus, humeri, latera, supplosio pedis, status, incessus, omnis que motus cum verbis sententiis que consentiens.* [1] E se estes requisitos do artista perfeitissimo se não verificam nos oradores contemporaneos, se elles não alcançam o primeiro logar na arte difficil da palavra, não é rasão que os não louvemos

[1] *De claris oratorib.* XXXVIII.

no segundo. Digamos com o grande mestre da eloquencia latina: *Cum summa mirare-mur, inferiora tamen probaremur... quum es-set Demosthenes, multi oratores magni et clari fuerunt, et antea fuerant, nec postea defece-runt.* [1]

A oratoria com todos aquelles predicados é rara na tribuna contemporanea e se que-remos ser severos, diremos que não existe em Portugal. Os seus ultimos representan-tes são vultos, que já hoje não tem voz. E entre elles foi um dos mais perfeitos Ro-drigo da Fonseca Magalhães.

A arte da palavra é de todas a mais ar-dua, complexa e trabalhosa. As suas obras coexistem com o artista. Tem a eloquencia de singular entre as mais artes, que os seus productos vão sendo exhibidos e gosados ao passo que o orador os vae creando. Nin-guem vê já a palheta e o pincel quando o quadro está exposto, ninguem percebe o es-quadro, o escopro, o cinzel e o compasso, de-

[1] Cic. *Orator.* XVII.

pois que a estatua se desentranhou do marmore excedente. Mas a oração, como discurso pronunciado e actual, só existe para o auditorio quando é contemporanea da voz, do gesto, do meneio, da attitude, da grave modulação, ou da flebil melodia. A acção é pois a sua condição essencial: *actio, quasi corporis quaedam eloquentia*, como lhe chamou em metaphora feliz e espressiva o maior artifice da palavra. [1] E em vincular com propriedade o verbo e a acção, não houve acaso em Portugal um só orador, que disputasse a palma a Rodrigo da Fonseca. De todos quantos floreceram na tribuna portugueza desde 1834 até 1856, ninguem teve em si consociados em mais regrada proporção e harmonia as multiplices faculdades, que a natureza cria, e a arte aperfeiçoa no orador.

A figura alta, a cabeça nobremente modelada e semelhante á de um senador romano de grave auctoridade; os olhos penetran-

[1] Cic. *Orator.* II.

tes e sagacissimos; a fronte larga e abobadada; os cabellos entre desalinhados e artisticos; o peito amplo; altiva a projecção do vulto, quando parecia accommetter o adversario; as mãos sem descairem nas *argutiae digitorum* [1], cifrando um como vocabulario complementar ao da palavra; o aspecto ora torvo, ora modesto, segundo o requeria a idéa ou a conjuncção; a voz percorrendo a escala e os accentos das paixões que exprimia ou simulava; o andamento vario, agora precipitando as phrases em bravissimas torrentes, logo deixando espreguiçar em meandros compassados o curso da oração. Eis ahi como Rodrigo da Fonseca animava pela acção a eloquencia. Não eram porém só estes os meritos e os primores do seu dizer. A locução fluente, facil, nem tão exornada, como asiatica, nem tão nua, como agreste: as imagens poucas e accommodadas ao genero deliberativo, não ao academico ou epidictico; a linguagem verna-

[1] Cic. Orator. XVIII.

cula, com um certo sabor classico, e uma grata reminiscencia vieirense; a syntaxe tão correcta e escrupulosa, que se a errava n'um minimo ponto o orador, apoz uma breve pausa, logo volvia a emendar o inciso começado: a pronuncia purissima, accentuada; distincta a prolação das syllabas, a declamação rhythmica, entoada como se Rodrigo, á feição dos oradores antigos, buscara fazer bem discerniveis na melopéa da tribuna, os metros do discurso, — o iambo, o dactylo, o *paeon*.

Tal era o orador, que encheu por mais de vinte annos com a sua voz eloquente o parlamento portuguez e com quem nos habituámos a ver a musa da tribuna sentada no banco do poder.

NOTA 16.ª

«Quiz ElRei suavisar-lhe os derradeiros momentos, levando a munificencia aonde já ninguem podia levar a esperança...» pag. 287.

A carta, com que Rodrigo da Fonseca, agradeceu, mas recusou o titulo de conde, quando elrei D. Pedro V lhe quiz honrar o filho com aquelle predicamento, é tão notavel e tão digna, que em seguida a transcrevemos, porque semelhantes documentos cumpre que se divulguem para exemplos de modestia e exempção. A carta era dirigida ao cavalheiro, que então presidia ao gabinete e dizia d'este modo:

«No momento de receber a participação, com que, por ordem de sua magestade, v. ex.ª me honra, apesar da oppressão, que sinto da molestia que padeço, não posso deixar de immediatamente elevar á augusta

presença de sua magestade a expressão do meu sincero agradecimento, de que jámais perderei a memoria. Mas meu filho... que me eguala em sentimentos de amor e gratidão á real pessoa de sua magestade, não pode deixar de proceder como procedeu, vivendo a rainha a sr.ª D. Maria II, de saudosa memoria, quando a recusa minha de egual titulo, que sua magestade me concedia, elle com decidida mas respeitosa resolução expoz ao duque de Saldanha, primeiro que em quanto seu pae vivesse, elle não tomaria na sociedade uma qualificação superior á d'elle; segundo, que não reputava os serviços de seu pae, por grandes que fossem, para serem recompensados na pessoa do filho, que nenhuns tinha feito ainda.

Estes termos, que eu mesmo tive a honra de repetir a sua magestade a rainha a sr.ª D. Maria II, mereceram a real approvação d'aquella esclarecidissima soberana, o que para mim e para meu filho servio de maior prova da benevolencia de sua ma-

gestade e do profundo senso de justiça, com que ella avaliava os actos dos seus subditos.

Sua magestade elrei, o sr. D. Fernando, soube e teve a bondade de approvar esse procedimento meu e de meu filho.

Rogo a v. ex.ª a graça de fazer d'elle sabedor a sua magestade elrei, repetindo na sua augusta presença os mesmos motivos, que hoje nos determinam, e que decerto hão de merecer a approvação do mesmo senhor, a quem desde já protestamos o nosso agradecimento.

Lisboa 18 de abril de 1858.»

LIVRARIA DE A. M. PEREIRA

50, Rua Augusta, 52.

DE REBELLO DA SILVA

Varões Illustres das tres epochas constitucionaes. 1 volume adornado de 6 retratos, brox. — 1:000 réis.

DO CONDE DA CARNOTA

Memorias do Marquez de Pombal, sua biographia e historia do seu governo e do desenvolvimento industrial, commercial e scientifico que deu a Portugal; 1 volume adornado de retratos, brox.— 1:200 réis.

DE PINHEIRO CHAGAS

Historia da Communa de Paris contendo a revolução, doutrinas e atrocidades do governo da Communa, o processo, julgamento e condemnação dos seus membros, com os respectivos retratos, 2 volumes brox. — 1:500 réis.

DE F. E. LEONI

Camões e os Lusiadas, contendo uma larga introducção, a vida do poeta e a analyse do poema *Os Lusiadas*, 1 volume in-8.º brox. — 1:000 réis.

DE JULIO MACHADO

Da Loucura e das manias em Portugal, 1 volume 2.ª edição. brox. — 500 réis.

DE JOSÉ DE TORRES

Lendas Peninsulares, collecção de romances historicos, 2 volumes brox. — 1:200 réis.

DE SANTOS NAZARETH

Problemas e soluções, sobre a questão social do *Homem-Mulher*, brox. — 200 réis.

DO VISCONDE DE CASTILHO

Os Fastos de Ovidio, seguidos de copiosas annotações de 106 escriptores portuguezes, 6 volumes brox. 3:600 réis.

Tartufo, comedia de Moliére, 1 volume brox. — 500 réis.

O Medico á força, dito, 1 volume brox. 500 réis.

As sabichonas, dito, 1 volume brox. 500 réis.

DE D. FR. FRANCISCO DE S. LUIZ

Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Oceania, ou historia das descobertas navegações e conquistas dos portuguezes nos paizes de além-mar, 7 volumes adornados de muitos retratos brox. 3:000 réis.

DE SOUSA MONTEIRO

Diccionario Geographico das provincias e possessões portuguezas no ultramar, 1 volume brox. 1000 réis.

DE SANT'ANNA E VASCONCELLOS

Patria e amor, collecção de poesias, 1 volume brox. 600 réis.

DE D. ANTONIO DA COSTA

A Instrucção Nacional, 1 volume in-8.º brox. 500 réis.

DE EDUARDO VIDAL

Crepusculos, collecção de poesias, 1 volume in-8.º brox. 500 réis.

1873, Lallemant frères, Typ. Lisboa.